PROJETO

SALVADOR SBN

# Marco de Gestão Ambiental e Social - MGAS

Versão 02

Salvador - Outubro de 2026

Projeto de Mitigação de Risco em Comunidades Urbanas por meio de Soluções Baseadas na Natureza (SBN): Requalificação de Canabrava e Vila Mar — Projeto Salvador SBN

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**

**Prefeito**
Bruno Soares Reis

**CASA CIVIL**

**Secretário**
Luís Antônio Vasconcellos Carreira

**Diretor do Programa Salvador Social**
Paulo Hermida Gonzalez

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Secretário**
Sosthenes Tavares de Macêdo Almeida

**FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA**

Presidente
Tânia Scofield Almeida

**Diretora de Engenharia**
Ana Cândida Melo

**Diretora de Projetos Urbanísticos**
Nise Cartaxo

**Diretora de Projetos Estruturantes**
Yveline Hardmann

**Diretor de Planejamento e Informações**
Fernando Teixeira

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJETO SALVADOR SBN**

**Coordenação FMLF**
Yveline Hardmann

**Equipe**
Ludmila Gavazza Andrade – Arquiteta e Urbanista
Maísa da Silva Cordeiro – Arquiteta e Urbanista
Tiago Ribeiro – Gerente de informações
Valentina Tridello – Gerente de Planejamento

**Consultoras**
Ana Beatriz Esteves – Socióloga
Liliane Hobeica – Arquiteta e Urbanista

**Colaboração**
Adriana Cardoso de Freitas – Técnica Social
Simone Marque Barreto – Assessora Social
Sofia Reis – Assessora de Produção de Dados Geográficos

PRELIMINAR

**APRESENTAÇÃO**

Este documento apresenta o **Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)** do **Projeto de Mitigação de Risco em Comunidades Urbanas por meio de Soluções Baseadas na Natureza (SBN): Requalificação de Canabrava e Vila Mar**, denominado abreviadamente de **Projeto Salvador SBN**. O MGAS foi elaborado sob orientação da instituição financiadora do projeto, o Banco Mundial, em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), por meio da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), com o intuito de atender aos requisitos do Quadro Ambiental e Social (QAS) dessa instituição.

Este MGAS apresenta um diagnóstico e uma avalição socioambiental das ações previstas no **Projeto Salvador SBN**, além da indicação de ações e planos para reduzir, mitigar e/ou neutralizar os riscos e impactos potenciais identificados. O MGAS traz também informações sobre os órgãos e entidades responsáveis por gerir tais riscos e impactos, além de indicar instrumentos, já elaborados ou em preparação, para apoiar essa gestão no âmbito do Projeto.

Esta versão preliminar do MGAS será levada à consulta pública para a coleta de contribuições das partes interessadas entre 17 e 31 de agosto de 2026, período que precede a Avaliação do Projeto, prevista para setembro de 2026. As contribuições recebidas serão analisadas e integradas ao documento, se pertinentes e factíveis, tornando-o mais robusto e legítimo perante a sociedade.

PRELIMINAR

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Mapa de localização..... 14
Figura 2: Localização de equipamentos de grande porte. ..... 16
Figura 3: Objetivos do Projeto Salvador SBN. ..... 17
Figura 4: Estrutura de cogestão proposta no Projeto Salvador SBN. ..... 19
Figura 5: Síntese das propostas. ..... 24
Figura 6: Poligonal integrada do Projeto Salvador SBN. ..... 27
Figura 7: Mapa hipsométrico. ..... 28
Figura 8: Hidrologia da bacia do Mocambo. ..... 29
Figura 9: Mapa de áreas ambientalmente sensíveis. ..... 33
Figura 10: Raio de análise da área de estudo. ..... 34
Figura 11: Antigo lixão de Canabrava. ..... 38
Figura 12: UDHs que englobam Canabrava e Vila Mar. ..... 40
Figura 13: Mapa de vulnerabilidade social. ..... 42
Figura 14: Mapa de equipamentos e serviços socioassistenciais. ..... 46
Figura 15: Mapa áreas de riscos. ..... 48
Figura 16: Situação fundiária, ZEIS e REURB. ..... 52
Figura 17: Fundiário e ZEIS de interesse do projeto ..... 53
Figura 18: Orientação para gestão de riscos e impactos no Projeto Salvador SBN. ..... 90
Figura 19: Sistema de Gestão Ambiental e Social do Projeto Salvador SBN. ..... 94
Figura 20: Organograma da PMS. ..... 97
Figura 21: Arranjo institucional do Projeto Salvador SBN. ..... 103

PRELIMINAR

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Componentes do Projeto Salvador SBN. ..... 17
Quadro 2: Detalhamento das intervenções típicas do Projeto Salvador SBN. ..... 20
Quadro 3: Dados sociodemográficos para as comunidades no Projeto Salvador SBN..... 39
Quadro 4: Indicadores de vulnerabilidade social de Canabrava e Vila Mar, e Salvador em 2010..... 40
Quadro 5: Dados sobre o entorno para as comunidades no Projeto Salvador SBN..... 43
Quadro 6: Dados sociodemográficos para as comunidades no Projeto Salvador SBN..... 44
Quadro 7: Relevância das NAS para o Projeto Salvador SBN..... 57
Quadro 8: NAS aplicáveis ao Projeto Salvador SBN..... 58
Quadro 9: Marco regulatório correlato ao Projeto Salvador SBN. ..... 66
Quadro 10: Lacunas entre o marco regulatório correlato ao Projeto Salvador SBN e as NAS. ..... 70
Quadro 11: Riscos e impactos sociais e ambientais preliminares do Projeto Salvador SBN. ..... 74
Quadro 12: Matriz preliminar de risco e avaliação de impactos do Projeto Salvador SBN..... 75
Quadro 13: Etapas do licenciamento ambiental. ..... 92
Quadro 14: Ações a serem desenvolvidas no Projeto Salvador SBN conforme a metodologia PDCA. ..... 96
Quadro 15: Iniciativas recentes da PMS com mutuário de organismos multilaterais de crédito..... 98
Quadro 16: Iniciativas recentes da PMS com agências internacionais de cooperação. ..... 99
Quadro 17: Planos e projetos recentes da PMS relativos à urbanização integrada em áreas periféricas..... 100
Quadro 18: Planos e projetos correlatos ao Salvador SBN..... 101
Quadro 19: Estrutura da UGP do Projeto Salvador SBN..... 103
Quadro 20: Consultorias a serem contratadas para apoio ao Projeto Salvador SBN. ..... 105
Quadro 21: Entidades municipais de apoio ao Projeto Salvador SBN..... 106
Quadro 22: Entes responsáveis pela gestão de risco e atribuições no Projeto Salvador SBN..... 107

PRELIMINAR

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ACA | Agente Comunitário Ambiental |
| APCP | Área de Proteção Cultural e Paisagística |
| APP | Áreas de Preservação Permanente |
| APRN | Área de Proteção de Recursos Naturais |
| ASV | Autorização de Supressão de Vegetação |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CadÚnico | Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal |
| CAF | Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe |
| CAIXA | Caixa Econômica Federal |
| CAO | Comissão de Acompanhamento de Obras e Reassentamento |
| CdC | Código de Conduta |
| CEMADEC | Centro de Monitoramento de Alerta e Alarme da Defesa Civil |
| CFF | C40 Cities Finance Facility |
| CHESF | Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (atual Axia Energia Nordeste) |
| CIPM | Companhia Independente da Polícia Militar da Bahia |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CODESAL | Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Salvador |
| COELBA | Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CONTRAN | Conselho Nacional de Trânsito |
| CRAS | Centro de Referência da Assistência Social |
| DIAP | Declaração de Intervenção em Área Protegida |
| EAS/AS | Exploração, Abuso e Assédio Sexual |
| EMBASA | Empresa Baiana de Águas e Saneamento |
| EOO | Extensão de Ocorrência |
| EPP | empresa de pequeno porte |
| FGM | Fundação Gregório de Mattos |
| FGTS | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| FJP | Fundação José Pinheiro |
| FMLF | Fundação Mário Leal Ferreira |
| GIZ | Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit |
| GT-SBN | Grupo de Trabalho Intersetorial de Soluções Baseadas na Natureza |
| HIS | habitação de interesse social |
| IBAT | Integrated Biodiversity Assessment Tool |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDESH | Índice de Desenvolvimento do Habitat |
| INEMA | Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| INMET | Instituto Nacional de Meteorologia |
| IPCC | Intergovernmental Panel on Climate Change |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| IVS | Índice de Vulnerabilidade Social de Salvador |
| LGBTQIAPN+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binárie |
| LGPD | Lei Geral de Proteção de Dados |
| LI | Licença de Instalação |
| LIMPURB | Empresa de Limpeza Urbana de Salvador |
| LO | Licença de Operação |
| LOUOS | Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo |
| LP | Licença Prévia |
| MCID | Ministério das Cidades |
| ME | microempresa |
| MEI | microempreendedor individual |
| MGAS | Marco de Gestão Ambiental e Social |
| MGQR | Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações |
| MRI | Marco de Reassentamento Involuntário |
| NAS | Norma Ambiental e Social (Banco Mundial) |
| NBR | Norma Brasileira |
| NR | Normas Regulamentadoras da ABNT |
| NUPDEC | Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil |
| ODS | Objetivo de Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPEX | operational expenditure (despesas operacionais) |
| OSC | Organizações da Sociedade Civil |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PAE | Plano de Ações Estruturais (CODESAL) |
| PCA | Plano de Controle Ambiental |
| PCAS | Plano de Compromisso Ambiental e Social |
| PCC | Plano Contínuo de Capacitação |
| PDAU | Plano Diretor de Arborização Urbana |
| PDCA | *Plan, Do, Check, Act* (planejar, executar, verificar, agir corretivamente) |
| PDDU | Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano |
| PEPI | Plano de Engajamento das Partes Interessadas |
| PEQUI | Plano de Equidade de Gênero |
| PESA | Plano de Educação Sanitária e Ambiental |
| PGMS | Procuradoria-Geral do Município de Salvador |
| PGRCC | Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| PGRS | Protocolo de Gestão de Riscos de Segurança |
| PMAGT-Canabrava | Programa de Monitoramento Ambiental, Geotécnico e dos Trabalhadores do Antigo Lixão de Canabrava |
| PMAMC | Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas |
| PMM | Plano de Manutenção e Monitoramento |
| PMRR | Plano Municipal de Redução de Riscos |
| PMS | Prefeitura Municipal de Salvador |
| PMSPDS | Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social |
| PNATRANS | Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito |
| PPA | Plano Plurianual de Desenvolvimento |
| PPB | Plano de Proteção da Biodiversidade |
| PPRE | Plano de Preparação e Resposta a Emergências |
| PPREASAS | Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual |
| PRI | Plano de Reassentamento Involuntário |
| PRMS | Planos de Restauração de Meios de Subsistência |
| PTTS | Projeto de Trabalho Técnico Social |
| QAS | Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial |
| REURB | Regularização Fundiária Urbana |
| SAVAM | Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural |
| SBN | soluções baseadas na natureza |
| SECIS | Secretaria de Sustentabilidade, Resiliência, Bem-Estar e Proteção Animal |
| SECULT | Secretaria Municipal de Cultura e Turismo |
| SEDUR | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano |
| SEFAZ | Secretaria Municipal da Fazenda |
| SEINFRA | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas |
| SEMAN | Secretaria de Manutenção da Cidade |
| SEMDEC | Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda |
| SEMOP | Secretaria Municipal de Ordem Pública |
| SEMPRE | Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer |
| SGAS | Sistema de Gestão Ambiental e Social |
| SUCOP | Superintendência de Obras Públicas |
| TTS | trabalho técnico social |
| TVL | Termo de Viabilidade de Localização |
| UDH | Unidade de Desenvolvimento Humano |
| UEFS | Universidade Estadual de Feira de Santana |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UGP | Unidade de Gestão do Projeto (FMLF) |
| UIP | Unidade de Implementação do Projeto (SUCOP) |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |
| UPP | Unidade de Preparação do Projeto |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| VBG | violência baseada em gênero |
| ZEIS | Zona Especial de Interesse Social |

PRELIMINAR

**SUMÁRIO**


1. INTRODUÇÃO ..... 12
2. CONTEXTO E DESCRIÇÃO DO PROJETO ..... 13
   2.1 Contexto e Antecedentes ..... 13
   2.2 Descrição do Projeto ..... 16
   2.3 Intervenções Típicas do Projeto ..... 20
3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL E SOCIAL DA ÁREA DO PROJETO ..... 25
   3.1 Caracterização Física e Ambiental ..... 25
   3.2 Caracterização Socioeconômica ..... 39
   3.3 Áreas de Risco ..... 47
   3.4 Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais ..... 49
   3.5 Contexto de Segurança Pública e Violência Territorial ..... 49
   3.6 Situação Fundiária ..... 51
4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS AFETADOS PELO PROJETO ..... 54
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NORTEADORES DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ..... 56
   5.1 Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial ..... 56
   5.2 Harmonização Normativa entre a Legislação Local e o QAS ..... 66
   5.3 Análise de Lacunas, Fragilidades e Propostas de Adequação ..... 69
6. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ..... 73
   6.1 Construção de Matriz de Risco e Avaliação de Impactos ..... 73
   6.2 Riscos e Impactos Potenciais do Projeto Salvador SBN ..... 73
7. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NORTEADORES DA GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ..... 90
   7.1 Prioridade do Uso da Hierarquia de Mitigação ..... 91
   7.2 Reconhecimento do Sistema Nacional como Quadro de Gestão de Riscos Socioambientais do Projeto 91
   7.3 Estruturação do Mecanismo de Gestão Ambiental e Social do Projeto ..... 93
   7.4 Ações de Aperfeiçoamento do SGAS ..... 95
8. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E PAPÉIS INSTITUCIONAIS ..... 97
   8.1 Estrutura Organizacional da PMS ..... 97
   8.2 Histórico da PMS com Entidades Bilaterais e Multilaterais de Desenvolvimento ..... 98
   8.3 Histórico da PMS como Executora de Projetos de Urbanização Integrada em Áreas Periféricas .100
   8.4 Planos e Projetos Municipais Correlatos ao Salvador SBN ..... 101
   8.5 Arranjo Institucional do Projeto ..... 102
9. INSTRUMENTOS DO MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL ..... 110


PRELIMINAR

9.1 Marco de Reassentamento Involuntário (MRI) ..... 110
9.2 Plano Contínuo de Capacitação (PCC) ..... 111
9.3 Plano de Controle Ambiental (PCA) ..... 112
9.4 Plano de Educação Sanitária e Ambiental (PESA) ..... 113
9.5 Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) ..... 114
9.6 Plano de Equidade de Gênero (PEQUI) ..... 115
9.7 Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) ..... 116
9.8 Plano de Preparação e Resposta a Emergências (PPRE) ..... 118
9.9 Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (PPREASAS) .119
9.10 Plano de Proteção da Biodiversidade (PPB) ..... 120
9.11 Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) ..... 121
9.12 Programa de Monitoramento Ambiental, Geotécnico e dos Trabalhadores do Antigo Lixão de Canabrava (PMAGT-Canabrava) ..... 122
10. APÊNDICES ..... 124
10.1 Apêndice 1: Marco de Reassentamento Involuntário (MRI) ..... 124
10.2 Apêndice 2: Minuta do Protocolo de Gestão de Riscos de Segurança (PGRS) ..... 124
10.3 Apêndice 3: Minuta do Código de Conduta (CoC) ..... 124
10.4 Apêndice 4: Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (PPREASAS) ..... 124
10.5 Apêndice 5: Plano de Manutenção e Monitoramento das SBN (PMM) ..... 124
11. ANEXOS ..... 124
11.1 Anexo 1: Projeto Mata Atlântica Salvador: Classificação dos estágios sucessionais da vegetação do bioma Mata Atlântica. Área de influência da Avenida Luís Viana: Remanescente Canabrava. 2010. ..... 124
11.2 Anexo 2: Projeto Preliminar da Unidade de Compostagem ..... 124

PRELIMINAR

## 1. INTRODUÇÃO

O MGAS tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes, procedimentos e instrumentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais associados ao **Projeto Salvador SBN**, a ser financiado pelo Banco Mundial. Para tanto e para assegurar o cumprimento do Quadro Ambiental e Social (QAS) desta entidade ao longo de todo o ciclo do projeto, o MGAS orienta a implementação do Projeto em conformidade com:

- A legislação ambiental, urbanística, fundiária, trabalhista e social aplicável nos níveis federal, estadual e municipal;
- As Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial; e
- Os princípios de prevenção, mitigação, participação social, inclusão, transparência e gestão adaptativa.

O MGAS estabelece as bases para que o Projeto consiga:

- Prevenir, minimizar ou compensar impactos ambientais e sociais adversos, bem como potencializar os riscos e impactos positivos associados à execução da operação de crédito;
- Fortalecer a saúde e segurança de trabalhadores e comunidades;
- Orientar processos de aquisição de terras e reassentamento involuntário;
- Promover participação social significativa e mecanismos acessíveis de escuta e resolução de queixas;
- Assegurar atenção adequada a grupos vulneráveis;
- Apoiar a incorporação de soluções baseadas na natureza (SBN), para resiliência climática, redução de riscos de desastres e geração de trabalho e renda;
- Fortalecer a capacidade institucional para gestão ambiental e social durante a execução do Projeto.

O MGAS constitui o instrumento guarda-chuva da gestão ambiental e social do Projeto, sendo acompanhado pelo Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI), que visa garantir a consulta e a participação efetiva das partes interessadas, incluindo tanto as comunidades quanto os entes públicos envolvidos em sua implementação. O MGAS é complementado pelos seguintes instrumentos específicos, incluídos como apêndice:

- Marco de Reassentamento Involuntário (MRI), no Apêndice 1;
- Protocolo de Gestão de Riscos de Segurança (PGRS), no Apêndice 2;
- Código de Conduta (CdC), no Apêndice 3;
- Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (PPREASAS), no Apêndice 4;
- Plano de Manutenção e Monitoramento das SBN (PMM), no Apêndice 5.

O Plano de Equidade de Gênero (PEQUI), a ser posteriormente elaborado, também é parte integrante do MGAS.

Esse conjunto de instrumentos demonstra a importância dada às questões ambientais e sociais no âmbito do Projeto Salvador, a qual é refletida no Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS), documento no qual a PMS se compromete com a execução das atividades e obras de acordo com o QAS e as NAS do Banco Mundial.

PRELIMINAR

## 2. CONTEXTO E DESCRIÇÃO DO PROJETO

### 2.1 Contexto e Antecedentes

O município de Salvador, capital do Estado da Bahia, é uma das principais metrópoles brasileiras. Possui cerca de 2,42 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando-se por sua diversidade étnico-cultural e pelos intensos contrastes socioespaciais. A cidade apresenta um processo histórico de urbanização marcado pela ocupação informal de encostas e fundos de vale, impulsionado pela insuficiência de políticas habitacionais e pela exclusão da população de baixa renda do mercado formal de terras urbanas. Atualmente, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016 delimita 234 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), das quais 214 correspondem a assentamentos precários, abrangendo cerca de 20% do território municipal. Dados do IBGE (2022) indicam que 41,8% dos domicílios de Salvador estão situados em favelas e comunidades urbanas.

A configuração geomorfológica da cidade, caracterizada por relevo acidentado, vales e encostas íngremes, associada à precariedade da infraestrutura urbana em áreas vulneráveis, intensifica a exposição da população aos riscos geohidrológicos, especialmente deslizamentos de terra e inundação decorrentes de eventos climáticos extremos. Esses impactos atingem de forma mais severa as comunidades de baixa renda, evidenciando a relação entre vulnerabilidade social, desigualdade urbana e mudanças climáticas.

Em 2019, a FMLF desenvolveu o Índice de Desenvolvimento do Habitat (IDESH) que traçou um panorama das condições de habitabilidade das ZEIS. O índice associa dados do Censo Demográfico do IBGE com o mapeamento das áreas de risco, utilizando 12 variáveis relacionadas a: acesso a serviços básicos, instalações sanitárias, densidade demográfica, infraestrutura, renda e alfabetização. O estudo revelou que 67 ZEIS apresentam altíssima precariedade, das quais 22 foram classificadas como prioritárias do Grupo 1A, por apresentarem também áreas de risco muito alto.

As comunidades de Vila Mar e Canabrava, formadas pelas ZEIS 105 - Nova Brasília de Baixo, ZEIS 147 - Canabrava e ZEIS 69 - Canabrava II, enquadram-se neste Grupo 1A (Figura 1). Segundo dados da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Salvador (CODESAL), de 2023, essas áreas possuem 995 imóveis em situação de alto de risco, sendo 978 imóveis sob o risco de deslizamento e 17 sob o risco de inundação.

Em termos fisiográficos, Canabrava e Vila Mar apresentam uma rede hídrica bastante capilarizada sobre encostas íngremes. As cumeadas, com habitações mais consolidadas e mais adensadas, possuem em parte acesso a saneamento. Mas nas encostas e nos vales, as condições tornam-se mais precárias, em termos de serviços e infraestruturas urbanas, sem atendimento de rede de esgotamento sanitário e alta precariedade das condições de drenagem de água pluvial.

A construção da Avenida Mário Sérgio Pontes de Paiva em 2018, na planície aluvial do Rio Mocambo, rompeu laços sociais e econômicos entre essas duas localidades e exacerbou os problemas ligados ao extravasamento do rio. Também, a acessibilidade criada por esta via induziu novos processos de expansão urbana informal, predominantemente, no fundo dos vales, que antes eram pouco acessíveis aos moradores das cumeadas.

A mobilidade nestas comunidades é complexa, em função das poucas conexões que apresentam com seu entorno imediato e com o restante a cidade, o que implica na dificuldade de acesso aos polos de emprego, às oportunidades de trabalho e aos serviços básicos de educação e saúde. Os deslocamentos internos são um desafio diante das condições topográficas e da infraestrutura viária precária. Destaca-se também, a deficiente oferta de equipamentos urbanos de saúde, educação, além da escassez de espaços públicos de lazer, esporte e convivência qualificados para o uso das comunidades.

PRELIMINAR

Figura 1: Mapa de localização.




Esse contexto de precariedade agrava-se diante das vulnerabilidades do perfil socioeconômico da sua população. Com base em dados do Censo do IBGE de 2022, em toda a poligonal de intervenção do Projeto Salvador SBN há uma pequena predominância feminina (52%) e uma maioria da população autodeclarada preta (47%) e parda (44%). A estrutura etária mostra uma população jovem, com 50% dos moradores com até 30 anos e apenas 12% com mais de 50 anos e 4% idosos (acima de 60 anos), indicando uma longevidade reduzida na área. A maioria dos responsáveis por domicílios vive com rendimentos baixos, sendo que 70% ganham até dois salários-mínimos.

A complexidade do problema de gestão territorial nas comunidades urbanas reflete-se na carência de um ordenamento urbano qualificado, agravada pelo intenso dinamismo das ocupações informais. Esse cenário frequentemente resulta em construções de moradias que avançam sobre encostas com susceptibilidade a deslizamento, provocando situações de risco.

Diante desse cenário, a PMS vem estruturando políticas e investimentos voltados à redução de riscos, adaptação climática e melhoria das condições de habitabilidade, incluindo o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMAMC) e a Estratégia de Resiliência.

Relatórios recentes do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) destacam que os impactos das mudanças climáticas afetam de forma mais severa as populações pobres, especialmente em áreas urbanas de ocupação informal e com infraestrutura precária. Diante disso, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) visa tornar as cidades mais inclusivas,

seguras, resilientes e sustentáveis, reforçando a conexão entre proteção social, riscos e meio ambiente no contexto urbano.

Após as fortes chuvas de 2015 em Salvador, que resultaram em perdas humanas, materiais e um prejuízo econômico de cerca de R$ 46 milhões, a gestão municipal reconheceu a necessidade de reestruturar a CODESAL, priorizando ações de prevenção. Entre as medidas estão a criação do Centro de Monitoramento de Alerta e Alarme da Defesa Civil (CEMADEC), a instalação do sistema de alerta e alarme, o mapeamento de áreas de risco e o fortalecimento das ações educativas e de engajamento comunitário.

Ademais, foram elaborados diversos Planos de Ações Estruturais (PAEs), que indicam soluções geotécnicas, ambientais e de manejo de águas pluviais para reduzir o risco nas áreas mapeadas pela CODESAL. A elaboração dos PAEs evoluiu tecnicamente com o uso de softwares, drones e SBN. Atualmente, são 171 áreas de risco mapeadas e 22 PAEs desenvolvidos, incluindo para as comunidades de Canabrava e Vila Mar.

Em 2022, os dois PAEs de Vila Mar foram selecionados para receber apoio do C40 *Cities Finance Facility* (CFF), por conformarem um projeto de infraestrutura tangível e com potencial de replicabilidade, além da presença de remanescentes de Mata Atlântica na comunidade. Sob coordenação da FMLF e com forte atuação da CODESAL, foram elaborados em 2024 os projetos preliminares de requalificação urbana e adaptação climática, com a incorporação de SBN e a elaboração de estudos e estratégias voltados à equidade e inclusão.

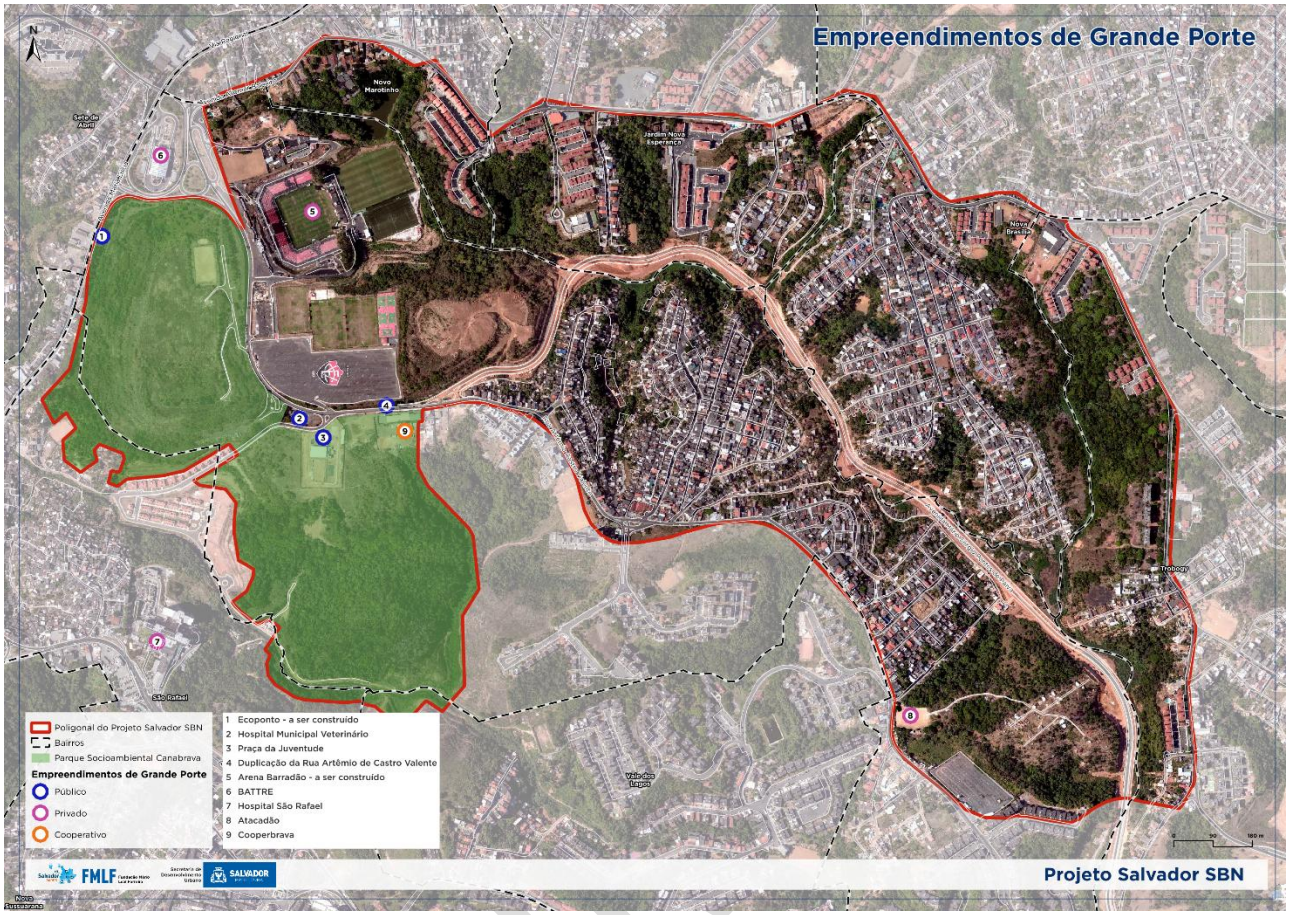
Em 2023, a FMLF, no âmbito do Planejamento Estratégico Municipal, elaborou o Plano de Bairro de Canabrava, visando o desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo desta localidade. O plano aborda temas como habitação, acesso a serviços, economia solidária e circular, energia renovável, valorização dos ativos ambientais e segurança alimentar, abrangendo os PAEs Padre Ugo, Três Mangueiras I e Três Mangueiras II. Além do Plano de Bairro, a FMLF coordena a elaboração do projeto executivo do Parque Socioambiental de Canabrava, que busca devolver à sociedade um espaço no qual funcionou, entre 1970 e 2000, o depósito de lixo municipal. O Parque prevê extensas áreas verdes e de preservação ambiental, além da implantação de equipamentos urbanos, com destaque para um horto municipal e uma unidade de compostagem, que tiveram um plano de negócios elaborado com apoio do *Gap Fund*. Na seção 3.1.6 do diagnóstico ambiental, a seguir, há uma descrição das atividades desenvolvidas e dos estudos e projetos realizados para a remediação do passivo ambiental do lixão.

Apesar de integrarem o mesmo território de abrangência, Canabrava e Vila Mar foram abordadas pela FMLF através de instrumentos de planejamento com diferentes escopos, metodologias e graus de aprofundamento. Assim, o nível de informação disponível sobre a realidade socioterritorial de cada comunidade não é equivalente, tampouco o aprofundamento projetual é correspondente.

O projeto para um Ecoponto na Via Regional, em Canabrava (2017); a implantação da Praça da Juventude (2018) e do Hospital Público Veterinário Municipal (2024) nas imediações do parque; e a duplicação da Rua Artêmio Castro Valente (2024), no trecho junto ao Estádio Manuel Barradas, o Barradão, também colaboram para a reversão do estigma associado à área do antigo lixão. O conjunto de ações da PMS na área da intervenção proposta tem incentivado o investimento privado no entorno do Parque, como a transformação, em curso, do Barradão em uma arena multiuso para receber grandes eventos corporativos, gastronômicos e musicais com até 60.000 pessoas. A Figura 2 traz esses equipamentos de grande porte inseridos na poligonal de intervenção ou junto dela.

PRELIMINAR

Figura 2: Localização de equipamentos de grande porte.

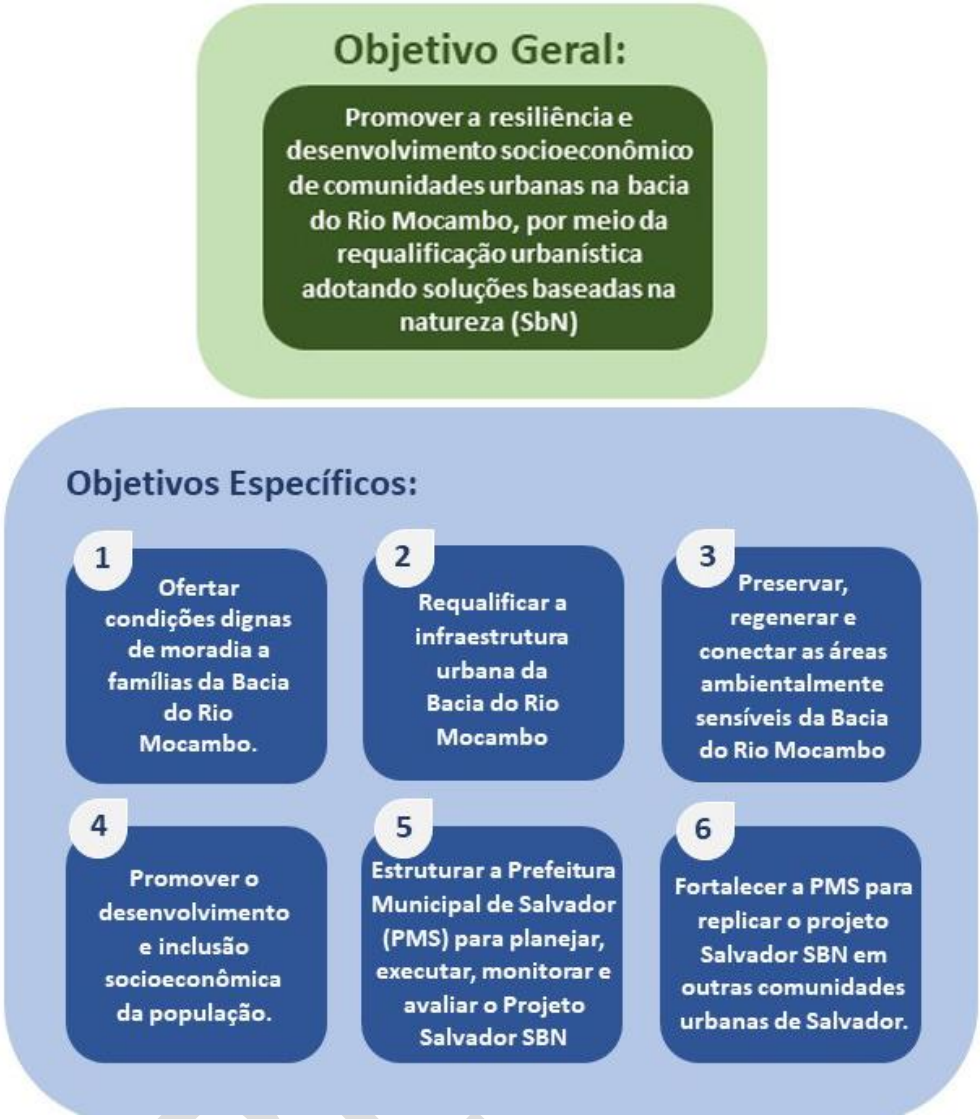



Nesse contexto, insere-se o **Projeto Salvador SBN**, desenvolvido para promover a requalificação urbana e socioambiental das comunidades de Canabrava e Vila Mar, localizadas na bacia hidrográfica do Rio Mocambo, na região do "Miolo" de Salvador. O Projeto Salvador SBN parte do princípio de que a adoção de soluções convencionais isoladas é insuficiente para fazer face ao quadro de precariedade que se coloca nesta bacia. Por isso, prevê intervenções integradas de urbanização de assentamentos precários, infraestrutura urbana, manejo de águas pluviais, estabilização de encostas, recuperação ambiental, produção habitacional, implantação de equipamentos públicos, fortalecimento comunitário e fomento a meios de vida, em particular com recurso a SBN. Desta forma, pretende-se que a intervenção em Canabrava e Vila Mar as reconfigurem em territórios modelos que evidenciam como ZEIS podem se converter em comunidades socialmente inclusivas, economicamente fortes e resilientes do ponto de vista climático.

## 2.2 Descrição do Projeto

O Projeto Salvador SBN tem os seguintes objetivos geral e específicos (Figura 3):

Figura 3: Objetivos do Projeto Salvador SBN.




Para a realização deste conjunto de objetivos, o Projeto Salvador SBN foi estruturado em dois componentes, cada um deles com dois subcomponentes, os quais são apresentados no Quadro 1, junto com uma indicação de custo de cada um deles. O Quadro 2 traz um detalhamento do conteúdo de cada subcomponente.

Quadro 1: Componentes do Projeto Salvador SBN.

| **Componente 1**<br>**Resiliência e Oportunidades nas Comunidades de Vila Mar e Canabrava**<br>**(84 milhões de dólares)** | **Componente 2**<br>**Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto**<br>**(16 milhões de dólares)** |
|---|---|
| Componente 1.1 – Investimentos em Infraestrutura Urbana Híbrida, Mitigação de Riscos, Recuperação e Preservação Ambiental<br>(70,07 milhões de dólares) | Componente 2.1 – Fortalecimento Institucional<br>(2,97 milhões de dólares) |
| • Infraestrutura urbana de drenagem/controle de cheias, abastecimento de água e saneamento<br>• SBN urbanas para solução/redução de riscos de | • Desenvolvimento e/ou atualização de instrumentos e ferramentas essenciais para identificação, mapeamento e gestão de riscos |

| Componente 1<br>Resiliência e Oportunidades nas Comunidades de Vila Mar e Canabrava<br>(84 milhões de dólares) | Componente 2<br>Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto<br><br>(16 milhões de dólares) |
|---|---|
| deslizamentos, inundações e calor urbano, e promoção da biodiversidade<br>• Melhorias em mobilidade e acessibilidade (escadas, rampas e caminhos) integradas às soluções de infraestrutura e SBN<br>• Parque Canabrava (incluindo equipamentos correlatos)<br>• Implantação e/ou reabilitação de espaços públicos e de lazer, centros comunitários e equipamentos multifuncionais<br>• Construção de habitações para reassentamento in situ das famílias retiradas de áreas de risco não-mitigável pelo Projeto<br>• Melhorias habitacionais para as famílias vivendo em risco mitigável na área do Projeto<br>• Estudos técnicos, projetos e gerenciamento e supervisão de obras | climáticos multiameaças<br>• Fortalecimento do CEMADEC, incluindo a aquisição de equipamentos e ferramentas; o desenvolvimento e/ou atualização de protocolos de gestão de riscos e alertas climáticos e de sistemas de alerta precoce para deslizamentos de terra, inundações, ondas de calor e elevação do nível do mar; e atividades de sensibilização, treinamento e capacitação para servidores municipais e comunidades<br>• Elaboração de estudos técnicos para áreas prioritárias com vistas à replicação da abordagem integrada da resiliência climática do Projeto em outras comunidades vulneráveis de Salvador<br>• Fortalecimento do sistema de gestão de dados e informações de Salvador (Salvador Dados, IDESH etc.) – inclui assistência técnica para geração de análise e dados, revisão/elaboração de protocolos, capacitação de recursos humanos, arranjos institucionais correlatos e equipamentos<br>• Capacitação de servidores municipais e comunidades em SBN |
| Componente 1.2 – Sustentabilidade, Inclusão Socioeconômica e Empregos<br>(13,93 milhões de dólares) | Componente 2.2 – Gestão do Projeto<br>(13,03 milhões de dólares) |
| • Comunicação e engajamento comunitário<br>• Investimentos em trabalho social para o planejamento e a implementação do reassentamento (inclui pós reassentamento)<br>• Compensações relacionadas ao reassentamento<br>• Capacitação profissional e geração de empregos para a população das áreas do Projeto<br>• Apoio ao desenvolvimento e implementação progressiva de um sistema de operação e manutenção de SBN, incluindo: (a) plano de SBN; (b) parcerias e arranjo de governança; (c) treinamentos (jardineiros urbanos, agentes ambientais e gestores comunitários) e sensibilização comunitária; e (d) desenvolvimento de alternativas de OPEX<br>• Dinamização econômica local, com apoio ao empreendedorismo (MEIs, MEs, EPPs) | • Operação da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e da coexecutora: equipe, consultorias, capacitação e custos administrativos e operacionais incrementais<br>• Apoio à gestão fiduciária: aquisições, gestão financeira, sistemas e auditorias externas<br>• Gestão de riscos ambientais e sociais: preparação e implementação dos instrumentos do Quadro de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, engajamento de partes interessadas, Mecanismo de Reclamações e Queixas e monitoramento da performance ambiental e social<br>• Atividades de monitoramento, avaliação e aprendizado (ex. pesquisas de linha de base, revisão de meio-termo e avaliação final do projeto e acompanhamento de resultados e verificação independente incluindo recortes de gênero e juventude)<br>• Comunicação e engajamento cidadão: divulgação, sensibilização, transparência e monitoramento |

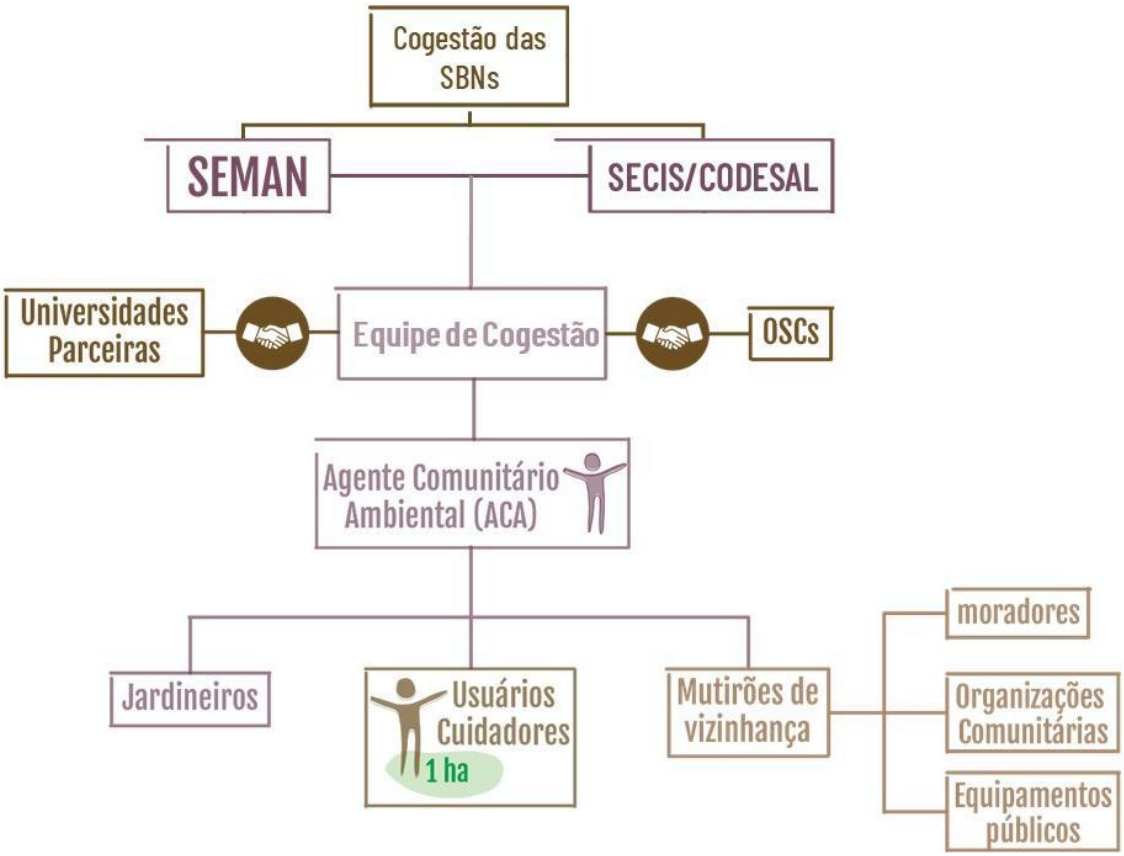
Por conta de seu potencial de integrar benefícios ambientais e socioeconômicos em contextos sensíveis, as SBN conformam o pilar estratégico inovador do Projeto Salvador SBN, em linha com os objetivos pretendidos pelo Grupo de Trabalho Intersetorial de Soluções Baseadas na Natureza (GT-SBN) da PMS. Entendidas como

PRELIMINAR

intervenções inspiradas ou apoiadas em processos naturais, as SBN orientam-se para a redução de riscos socioambientais e adaptação climática, além de promover a melhoria das condições de urbanidade, em particular pelo potencial paisagístico que lhes é associado. Integradas à infraestrutura urbana convencional conformando soluções híbridas, as SBN alinham-se às diretrizes de resiliência climática e de recuperação ambiental urbana, sendo fundamentais para o atendimento dos objetivos do Projeto Salvador SBN. A escala de intervenção adotada, a da bacia hidrográfica, é particularmente adequada tanto para endereçar os desafios territoriais presentes quanto para a adoção de SBN, considerando a relação entre degradação ambiental e condições precárias de moradia.

Neste Projeto, as SBN não se configuram como intervenções isoladas de paisagismo ou recuperação ambiental, mas como uma estratégia integrada de requalificação urbana e ambiental. Prevê-se sua utilização, em associação com soluções cinzas convencionais, em dispositivos para drenagem urbana, estabilização de encostas, recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), melhoria microclimática e qualificação de espaços públicos, articulando intervenções localizadas, como pequenos parques verdes de vizinhança, hortas terraceadas e recuperação de nascentes, com ações de maior envergadura, como bacias de amortecimento, corredores verdes e o Parque Socioambiental de Canabrava. Todas as soluções propostas serão integradas em um sistema de gestão compartilhada envolvendo órgãos públicos, Organizações da Sociedade Civil (OSC), universidades parceiras e agentes locais de operação e manutenção, com participação comunitária em funções como Agente Comunitário Ambiental (ACA), jardineiros e usuários cuidadores (Figura 4).

Figura 4: Estrutura de cogestão proposta no Projeto Salvador SBN.




Dessa forma, as SBN assumem papel relevante também na geração de trabalho e renda, no fortalecimento da resiliência da população e da gestão democrática da cidade, alinhando-se aos objetivos do Banco Mundial de erradicação da pobreza extrema e promoção da prosperidade socioambiental compartilhada. Os

requerimentos associados à implantação, operação e manejo das SBN estão devidamente incluídos neste MGAS, enquadrados nos procedimentos de triagem, avaliação de impactos, mitigação e monitoramento previstos no documento.

### 2.3 Intervenções Típicas do Projeto

Com intuito de mapear os principais riscos e impactos que poderão ser gerados com a implementação do Projeto, o Quadro 2 resume as intervenções típicas esperadas na execução do Projeto, com o detalhamento preliminar de ações elegíveis. A Figura 5 traz uma síntese das intervenções propostas.

Quadro 2: Detalhamento das intervenções típicas do Projeto Salvador SBN.

| TIPO DE INTERVENÇÃO | DETALHAMENTO PRELIMINAR DAS AÇÕES |
|---|---|
| **Componente 1: Resiliência e Oportunidades nas Comunidades de Vila Mar e Canabrava** | |
| **Componente 1.1 – Investimentos em Infraestrutura Urbana Híbrida, Mitigação de Riscos, Recuperação e Preservação Ambiental** | |
| **Infraestrutura urbana de drenagem/controle de cheias, abastecimento de água e saneamento** | Implantação de obras de esgotamento sanitário, macrodrenagem e microdrenagem, e abastecimento de água potável. |
| **SBN urbanas para solução/redução de riscos de deslizamentos, inundações e calor urbano, e promoção da biodiversidade** | Implantação de obras de infraestrutura verde, cinza e híbrida para contenção de encostas e mitigação das inundações, com uso de SBN: muro de gabião; solo grampeado com face verde; paliçada; retaludamento superficial com hidrossemeadura; hortas urbanas terraceadas; sistemas agroflorestais; corredor verde-azul e alagados construídos flutuantes, dentre outros.<br>Implantação de ações para preservar, regenerar e conectar as áreas verdes existentes na Bacia do Rio Mocambo: gestão adequada de resíduos sólidos; proteção e monitoramento dos recursos hídricos; preservação e recuperação do meio ambiente; implementação dos corredores verde e das áreas de agrofloresta. |
| **Melhorias em mobilidade e acessibilidade (escadas, rampas e caminhos) integradas às soluções de infraestrutura e SBN** | Obras de implantação, recuperação e requalificação de infraestrutura de mobilidade e circulação, incluindo novas vias, caminhos, rampas, escadas e passarelas, de forma integrada às soluções de infraestrutura verde e cinza. |
| **Parque Canabrava (incluindo equipamentos correlatos)** | Implementação do projeto do Parque Socioambiental Canabrava, incluindo os equipamentos previstos. |
| **Implantação e/ou reabilitação de espaços públicos e de lazer, centros comunitários e equipamentos multifuncionais** | Implantação de equipamentos urbanos para melhoria do acesso aos serviços públicos por parte da população local, contemplando, inicialmente, a construção de: uma escola; uma unidade de saúde; dois centros de referência de assistência social (CRAS); dois centros comunitários; um mercado popular e feira.<br>Implantação de espaços públicos equipados para esporte, lazer e convivência, incluindo, por identificação preliminar de demanda: praça; largos; dois campos de futebol; cantinhos ecológicos para a coleta seletiva.<br>A identificação da demanda por equipamentos e espaços públicos será confirmada durante o processo participativo associado à elaboração dos projetos executivos de arquitetura e urbanismo. |
| **Construção de habitações para reassentamento in situ das famílias retiradas de áreas de risco não-mitigável pelo Projeto** | Construção de unidades habitacionais e suas respectivas infraestruturas, destinadas às famílias que serão remanejadas de áreas de risco. |
| **Melhorias habitacionais para as famílias vivendo em risco** | Execução de melhorias habitacionais nas moradias em condições precárias de habitabilidade que não precisam de reassentamento. Contempla intervenções de |

PRELIMINAR

| TIPO DE INTERVENÇÃO | DETALHAMENTO PRELIMINAR DAS AÇÕES |
|---|---|
| **mitigável na área do Projeto** | melhoria da iluminação, ventilação, recuperação de telhados, pisos e paredes, além de soluções para sanitários e realização das ligações domiciliares às redes de saneamento básico, dentre outros. |
| **Estudos técnicos, projetos e gerenciamento e supervisão de obras** | Realização de estudos técnicos e projetos necessários à implantação das intervenções físicas do Projeto Salvador SBN: levantamentos topográficos, estudos geotécnicos, hidrológicos, ambientais, fundiários e socioeconômicos; estudos de viabilidade; projetos básicos e executivos de desenho urbano, infraestrutura, habitação, micro e macrodrenagem, contenção de encostas, recuperação ambiental e SBN, entre outros; bem como os serviços de gerenciamento e supervisão das obras, incluindo o acompanhamento técnico das obras e atividades correlatas. |
| **Componente 1.2 – Sustentabilidade, Inclusão Socioeconômica e Empregos** | |
| **Comunicação e engajamento comunitário** | Desenvolvimento das ações de comunicação social e mobilização comunitária voltadas ao planejamento e à implementação das intervenções nas áreas do Projeto, incluindo divulgação de informações operacionais às comunidades, realização de reuniões, oficinas e consultas comunitárias, apoio aos processos participativos relacionados às obras, reassentamento e demais ações territoriais, comunicação preventiva sobre cronogramas e interferências das intervenções, fortalecimento do diálogo permanente com moradores, lideranças comunitárias e organizações locais, conforme previsto no PEPI. |
| **Investimentos em trabalho social para o planejamento e a implementação do reassentamento (inclui pós reassentamento)** | Ações de trabalho social destinadas às pessoas e famílias potencialmente afetadas por processos de reassentamento, incluindo o cadastramento e diagnóstico socioeconômico, atendimento e orientação individualizada, apoio ao planejamento da mudança, acompanhamento das negociações, preparação para a transição, acompanhamento durante a relocação, ações de integração no novo local de moradia ou atividade econômica, monitoramento pós-reassentamento e apoio à restauração dos meios de subsistência. |
| **Compensações relacionadas ao reassentamento** | Definição detalhada e implementação das medidas compensatórias previstas no Marco de Reassentamento Involuntário (MRI), incluindo indenizações, reposição de bens e benfeitorias, compensações por perdas econômicas, provisão de soluções habitacionais, auxílios transitórios, apoio à mudança e demais formas de compensação aplicáveis que forem indicadas nos Planos de Reassentamento Involuntário (PRIs) a serem elaborados. |
| **Capacitação profissional e geração de empregos para a população das áreas do Projeto** | Ações voltadas ao fortalecimento da inclusão produtiva e da geração de oportunidades econômicas para a população residente nas áreas de intervenção, incluindo: programas de qualificação profissional; oficinas de empreendedorismo; articulação com instituições para capacitação e intermediação de mão de obra; apoio ao fortalecimento de pequenos negócios; incentivo, quando tecnicamente viável e em conformidade com a legislação aplicável, à contratação de mão de obra local pelas empresas envolvidas na implementação do Projeto. |
| **Apoio ao desenvolvimento e implementação progressiva de um sistema de operação e manutenção de SBN, incluindo: (a) plano de SBN; (b) parcerias e arranjo de governança; (c) treinamentos (jardineiros urbanos, agentes ambientais e gestores comunitários) e sensibilização comunitária; e (d) desenvolvimento de alternativas de OPEX** | Desenvolvimento e implementação progressiva do sistema de operação e manutenção das SbN implantadas, incluindo a revisão e complementação do plano de manutenção e monitoramento elaborado para Vila Mar, para uma definição detalhada dos arranjos institucionais e comunitários de governança, capacitação de jardineiros urbanos, agentes ambientais e gestores comunitários, sensibilização da população e desenvolvimento de alternativas para custeio da operação e manutenção. |
| **Dinamização econômica** | Fortalecimento da economia local e ao desenvolvimento de pequenos negócios |

PRELIMINAR

| TIPO DE INTERVENÇÃO | DETALHAMENTO PRELIMINAR DAS AÇÕES |
|---|---|
| **local, com apoio ao empreendedorismo (MEIs, MEs, EPPs)** | nas áreas de intervenção do Projeto, incluindo: apoio técnico e capacitação para microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs); incentivo à formalização; promoção de redes de cooperação, cadeias produtivas locais e iniciativas voltadas à ampliação das oportunidades de geração de renda e ao desenvolvimento econômico sustentável. |
| **Componente 2: Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto** | |
| **Componente 2.1 – Fortalecimento Institucional** | |
| **Desenvolvimento e/ou atualização de instrumentos e ferramentas essenciais para identificação, mapeamento e gestão de riscos climáticos multiameaças** | Revisão, atualização e/ou elaboração de PAEs para áreas de risco prioritárias, com abordagem de SBN. |
| **Fortalecimento do CEMADEC, incluindo a aquisição de equipamentos e ferramentas; o desenvolvimento e/ou atualização de protocolos de gestão de riscos e alertas climáticos e de sistemas de alerta precoce para deslizamentos de terra, inundações, ondas de calor e elevação do nível do mar; e atividades de sensibilização, treinamento e capacitação para servidores municipais e comunidades** | Ampliação do parque tecnológico do CEMADEC, com a aquisição e instalação de equipamentos meteorológicos capazes de medir variáveis atmosféricas tais como: temperatura, umidade relativa do ar, pressão atmosférica, velocidade e direção do vento, precipitação e radiação solar, para a realização de previsões climáticas e o monitoramento ambiental em escala local.<br>Análise dos dados meteorológicos coletados e realização de estudos sobre o microclima para mensurar o impacto real das intervenções no bem-estar da população local, fornecendo subsídios técnicos para futuras ações de planejamento urbano e ambiental. |
| **Elaboração de estudos técnicos para áreas prioritárias com vistas à replicação da abordagem integrada da resiliência climática do Projeto em outras comunidades vulneráveis de Salvador** | Realização de estudos, levantamentos e diagnósticos destinados à replicação da abordagem do Projeto em outras áreas, com a identificação de áreas e comunidades em situação de vulnerabilidade, para futuras intervenções de resiliência climática, considerando: diagnóstico socioterritorial integrado; estudos de viabilidade técnica, ambiental, social e econômica; desenvolvimento de diretrizes, metodologias e instrumentos de planejamento que subsidiem a replicação da abordagem integrada adotada no Projeto Salvador SBN enfocando adaptação climática, SBN e desenvolvimento urbano sustentável. |
| **Fortalecimento do sistema de gestão de dados e informações de Salvador (Salvador Dados, IDESH etc.) – inclui assistência técnica para geração de análise e dados, revisão/elaboração de protocolos, capacitação de recursos humanos, arranjos institucionais correlatos e equipamentos** | Apoio à atualização dinâmica do IDESH e das publicações técnicas de mapeamento de riscos urbanos da CODESAL, mediante incorporação periódica de dados territoriais, socioeconômicos, ambientais e de risco, fortalecendo os instrumentos municipais de monitoramento, planejamento e priorização de intervenções em áreas vulneráveis e sujeitas a riscos socioambientais.<br>Fortalecimento do Sistema de Informações Municipais “Salvador Dados”, promovendo a análise e definição de indicadores a partir de dados primários e secundários que possam subsidiar a formulação de políticas públicas. |
| **Capacitação de servidores municipais e comunidades em SBN** | Capacitação dos servidores da PMS para implementar, monitorar, e manter SBN em comunidades urbanas, priorizando servidores e/ou colaboradores dos órgãos envolvidos no núcleo permanente de articulação do Projeto Salvador SBN. |
| **Componente 2.2 – Gestão do Projeto** | |
| **Operação da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e da Unidade de Implementação** | Estruturação de equipe da PMS dedicada exclusivamente à gestão do Projeto Salvador SBN, efetuada pela UGP que será vinculada ao gabinete da presidência da FMLF, e com a coordenação de implementação e execução efetuada pela UIP, |

PRELIMINAR

| TIPO DE INTERVENÇÃO | DETALHAMENTO PRELIMINAR DAS AÇÕES |
|---|---|
| **do Projeto (UIP): equipe, consultorias, capacitação e custos administrativos e operacionais incrementais** | que será vinculada ao gabinete da Presidência da SUCOP.<br>Previsão dos custos operacionais e administrativos para implementar o Projeto Salvador SBN, incluindo contratação de consultoria especializadas para dar apoio à UGP e à UIP nas atividades de: gerenciamento do Projeto; supervisão de obras; desenvolvimento de estudos e projetos, dentre outras atividades de interesse. |
| **Apoio à gestão fiduciária: aquisições, gestão financeira, sistemas e auditorias externas** | Fortalecimento da capacidade institucional da UGP e UIP para a gestão fiduciária do Projeto, incluindo o apoio técnico às atividades de aquisições e gestão de contratos, a implantação e o aprimoramento do sistema financeiro, contábil e contratual, capacitação das equipes envolvidas e a realização de auditorias financeiras externas independentes, visando assegurar a eficiência, a transparência, a conformidade e a adequada prestação de contas na execução do Projeto. |
| **Gestão de riscos ambientais e sociais: preparação e implementação dos instrumentos do Quadro de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, engajamento de partes interessadas, Mecanismo de Reclamações e Queixas e monitoramento da performance ambiental e social** | Implementação do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do Projeto, compreendendo a preparação, atualização e execução dos instrumentos previstos no Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial; a triagem e gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais; a supervisão do cumprimento dos requisitos ambientais e sociais pelas empresas contratadas; a coordenação do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR); o monitoramento da conformidade ambiental e social das intervenções; a elaboração de relatórios periódicos de desempenho e o fortalecimento da capacidade institucional da UGP e UIP para a gestão ambiental e social. |
| **Atividades de monitoramento, avaliação e aprendizado (ex. pesquisas de linha de base, revisão de meio-termo e avaliação final do projeto e acompanhamento de resultados e verificação independente incluindo recortes de gênero e juventude)** | Planejamento e implementação do sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem do Projeto Salvador SBN, incluindo a realização de estudos de linha de base, pesquisas de acompanhamento, revisões de meio-termo, avaliação final, verificação independente de resultados e demais estudos avaliativos necessários. Contempla o acompanhamento dos indicadores de desempenho, produtos, resultados e impactos do Projeto, bem como a sistematização das lições aprendidas para subsidiar o aperfeiçoamento contínuo da implementação e a tomada de decisão. Estas ações deverão incorporar recortes de gênero, juventude e outros grupos em situação de vulnerabilidade na produção, análise e divulgação das informações. |
| **Comunicação e engajamento cidadão: divulgação, sensibilização, transparência e monitoramento** | Desenvolvimento da comunicação institucional do Projeto, incluindo divulgação de seus objetivos, investimentos, intervenções, resultados e indicadores, campanhas de sensibilização sobre resiliência climática e SBN, produção de materiais de comunicação acessíveis, manutenção de canais de transparência e acesso à informação, prestação de contas à sociedade, divulgação de relatórios e resultados, e avaliação da efetividade das estratégias de comunicação adotadas. |

PRELIMINAR

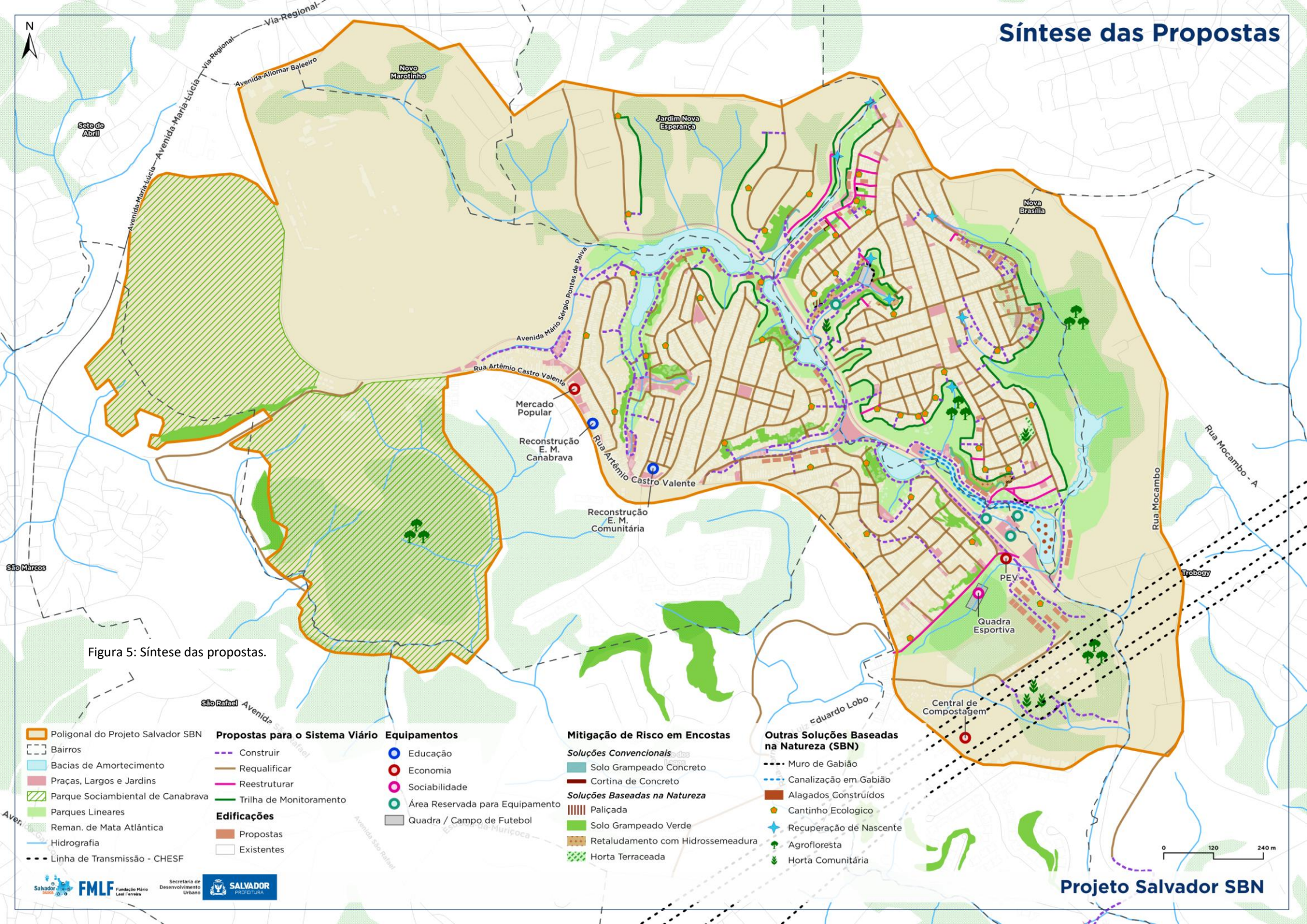



Figura 5: Síntese das propostas.

# 3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL E SOCIAL DA ÁREA DO PROJETO

O território das comunidades de Canabrava e Vila Mar que conformam o Projeto Salvador SBN apresenta ocupação progressiva sobre encostas, fundos de vale e áreas ambientalmente frágeis, com déficit histórico de infraestrutura urbana, saneamento e serviços públicos (Figura 6). Observa-se também a coexistência de importantes remanescentes vegetais e áreas ambientalmente sensíveis em processo de degradação, especialmente por conta da intensa pressão urbana. Por sua vez, a população que o ocupa apresenta indicadores socioeconômicos que evidenciam acentuada condição de vulnerabilidade, incluindo a falta de acesso à habitação formal e o seu consequente quadro de ocupação de áreas inadequadas à construção., com alta propensão a riscos.

Como Canabrava e Vila Mar apresentam características físicas e sociais similares, optou-se por apresentar as duas comunidades de maneira agregada. Os diagnósticos realizados no âmbito da elaboração do Plano de Bairro de Canabrava e dos projetos para Vila Mar foram as principais fonte dos dados consideradas, as quais foram parcialmente atualizadas considerando o Censo de 2022 do IBGE. É importante ressaltar que o diagnóstico de Canabrava agrega uma leitura territorial feita pelos próprios moradores, já foi realizado através de uma abordagem participativa, com a realização de seis oficinas. Estes encontros estão detalhados no PEPI.

## 3.1 Caracterização Física e Ambiental

### 3.1.1. Geomorfologia e Solos

A geologia e o relevo da bacia do Rio Mocambo exercem influência direta sobre a ocupação urbana e os riscos socioambientais presentes neste território. Nele predominam três unidades geológicas: o embasamento cristalino, a Formação Barreiras e os depósitos sedimentares recentes.

O embasamento cristalino ocorre nas zonas de vale e meia encosta e, embora apresente solos argilo-arenosos suscetíveis a movimentos de massa em áreas íngremes, possui rochas graníticas profundas com boa resistência estrutural. Já a Formação Barreiras, localizada nas partes mais altas e cumeadas, apresenta solos com elevada suscetibilidade à erosão, especialmente onde houve remoção da vegetação e ocupação urbana sem infraestrutura adequada de drenagem. Nos fundos de vale ocorrem depósitos sedimentares recentes e áreas úmidas associadas ao Rio Mocambo, que funcionam naturalmente como reguladoras de cheias. Essas áreas possuem baixa resistência para fundações e são susceptíveis a inundações, motivo pelo qual sua ocupação com edificações é considerada inadequada.

O relevo na bacia do Rio Mocambo apresenta variações altimétricas entre 10 e 90 m, e encostas com declividades elevadas, acima de 30%, que influenciam diretamente o escoamento superficial das águas, os processos erosivos e a estabilidade das encostas (Figura 7). Os vales são encaixados e as zonas de topo são relativamente aplanadas. As áreas com alta declividade apresentam maior restrição à ocupação urbana, conforme a legislação federal nº 6.766/1979, embora historicamente tenham sido ocupadas de forma irregular. Isso significa que as edificações foram, em geral, erguidas sem os devidos recursos de arquitetura e engenharia para lidar com as condições geotécnicas locais, especialmente sem fundação adequada, o que se alia como fator de risco à precariedade da drenagem superficial.

Tal situação é mais aguda nos setores de ocupação mais recente, onde se nota a ausência da infraestrutura urbana: encostas mais íngremes e fundos de vale. Este é o caso, em especial, da área lindeira à Avenida Mário Sérgio, cuja ocupação foi encorajada após sua implantação em 2018. Nestes locais, concentram-se processos

PRELIMINAR

associados à instabilidade de taludes, erosão e deslizamentos, em geral ligados à execução de cortes e aterros irregulares para favorecer a autoconstrução em encostas.

PRELIMINAR

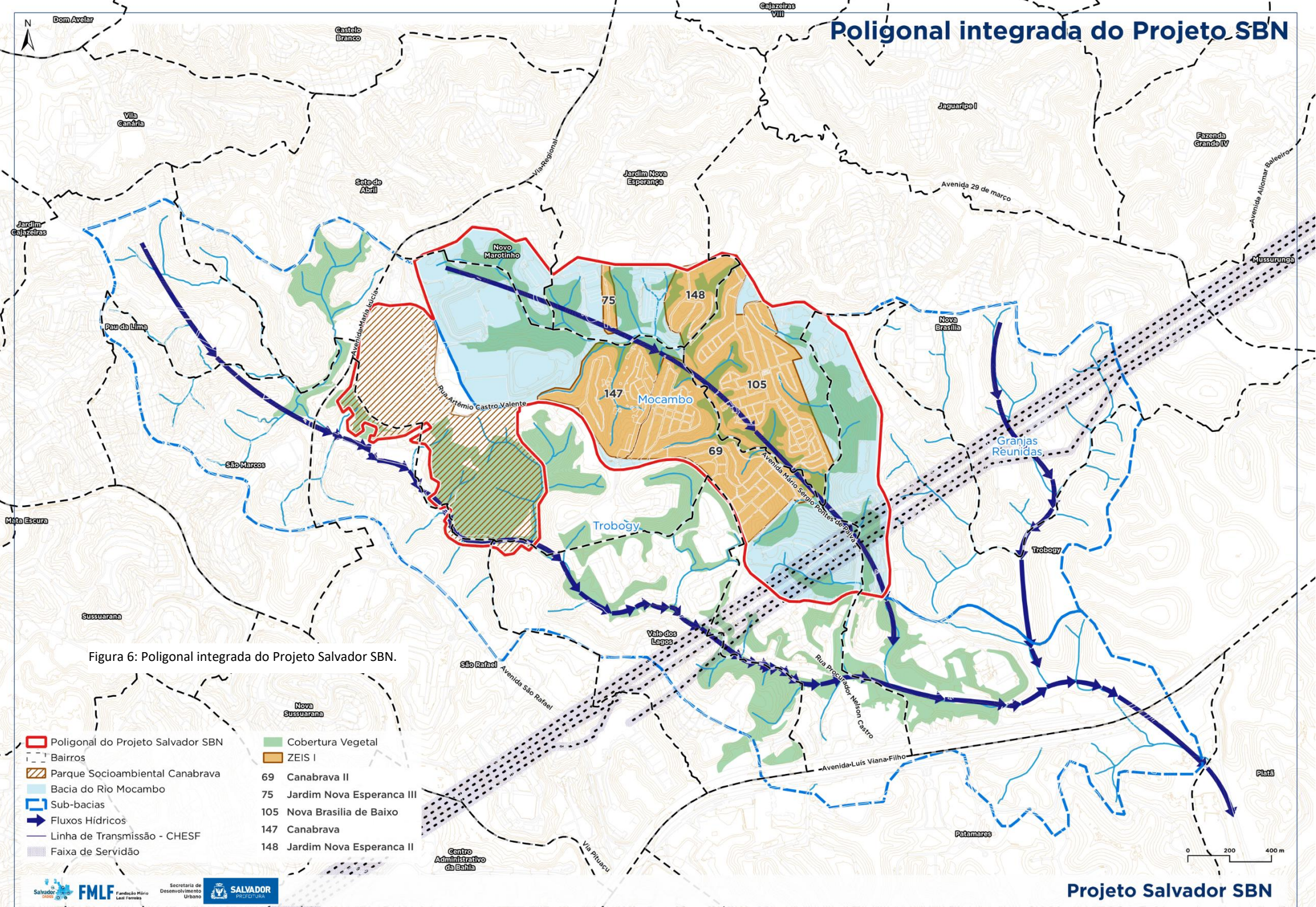
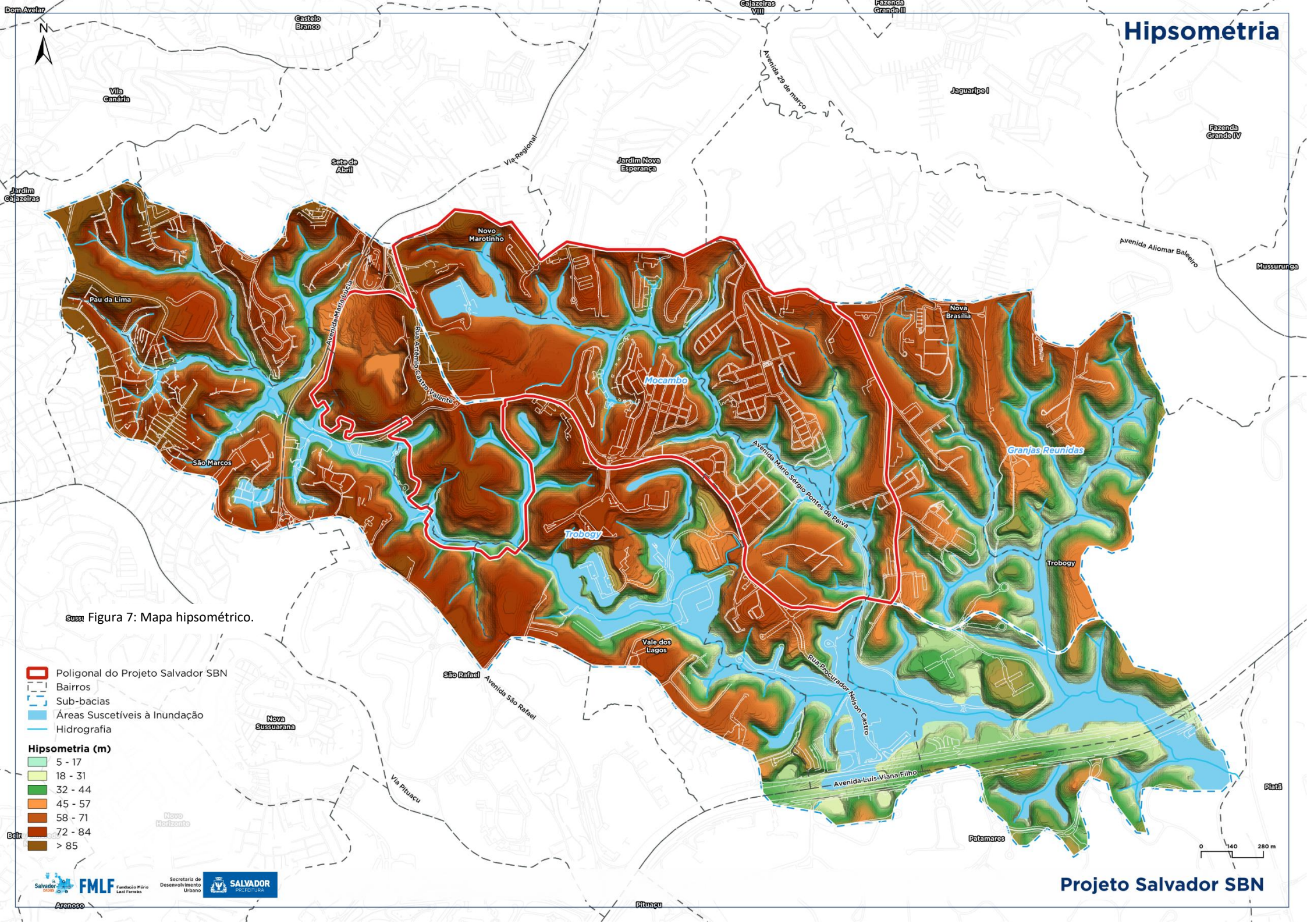



Figura 6: Poligonal integrada do Projeto Salvador SBN.




Fonte: Figura 7: Mapa hipsométrico.

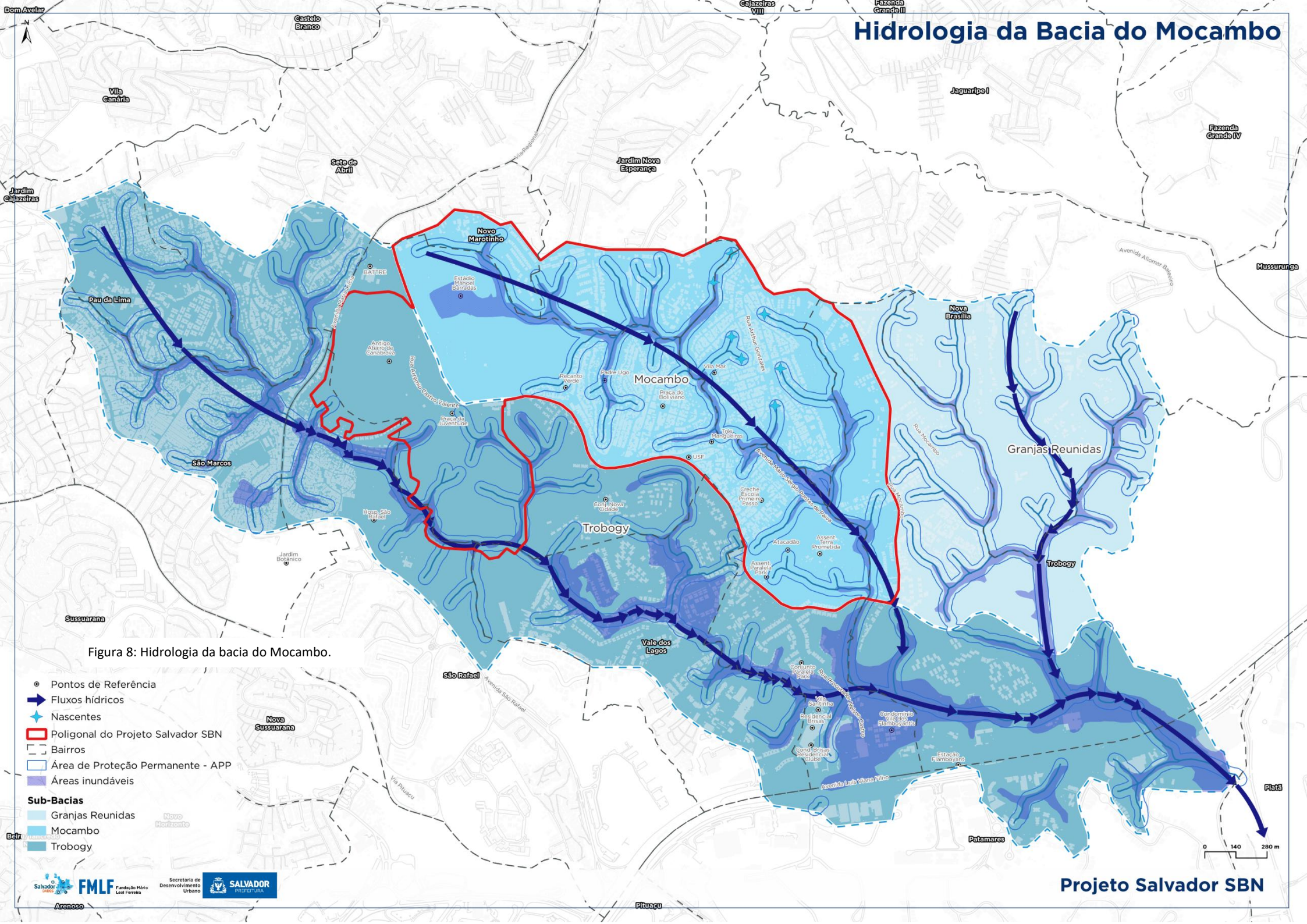



Figura 8: Hidrologia da bacia do Mocambo.

### 3.1.2. Hidrografia

O Rio Mocambo, principal eixo hidrográfico da poligonal de intervenção (Figura 8), apresenta elevado grau de degradação ambiental em virtude da ausência de saneamento básico e do passivo ambiental do lixão que existiu a montante, em Canabrava (tópico detalhado na seção 3.1.5). Sua nascente principal encontra-se junto ao Barradão, próximo a um dos setores do antigo lixão. A ocupação urbana ao longo do Rio Mocambo e dos córregos afluentes, situados em vales relativamente encaixados nas duas comunidades, contribui diretamente para a contaminação hídrica com o lançamento de esgoto doméstico in natura. A maioria das nascentes secundárias, outrora fonte de água para o consumo das populações que inicialmente ocuparam o território, como na Travessa Padre Ugo, em Canabrava, ou na Primeira Travessa Artur Gonzales, em Vila Mar, encontram-se atualmente em contexto urbanizado, o que compromete a qualidade das águas.

A planície de inundação do Rio Mocambo e seus tributários são setores ambientalmente sensíveis e suscetíveis a eventos de cheia periódica. Além disso, a implantação da Avenida Mário Sérgio na APP que corresponde à planície aluvial do Rio Mocambo intensificou processos de impermeabilização e comprometeu o escoamento natural das águas, potencializando inundações. Houve não só uma alteração na dinâmica hidrológica local, mas também a indução de novos processos de ocupação urbana em áreas ambientalmente frágeis, em função da acessibilidade facilitada por esta via de fundo de vale.

Em Vila Mar, a confluência de tributários localizados em sua porção sul forma uma extensa planície inundável, que já se encontra parcialmente ocupada por edificações vulneráveis. Em Canabrava, os fundos de vale também sofreram alterações decorrentes da implantação de vias e habitações, reduzindo a capacidade natural de drenagem. Alguns córregos, a exemplo dos que correm na Alameda Sete e na Travessa Padre Ugo, em Canabrava, estão parcialmente encobertos por edificações.

Diante disto, tais áreas devem ser consideradas prioritárias para ações de recuperação ambiental, controle da ocupação urbana e implantação de infraestrutura de saneamento adequada, especialmente diante da vulnerabilidade das comunidades a eventos climáticos extremos. Os processos de assoreamento, descarte irregular de resíduos sólidos e redução da capacidade natural de drenagem somam-se à insuficiência dos sistemas de micro e macrodrenagem. As características geomorfológicas e hidrológicas das duas comunidades evidenciam a necessidade de intervenções urbanas associadas à drenagem, estabilização de encostas, recuperação ambiental e controle da ocupação em áreas de risco, especialmente diante do agravamento dos eventos climáticos extremos e da expansão urbana sobre áreas ambientalmente frágeis.

### 3.1.3. Clima

A área do projeto insere-se em contexto climático tropical úmido, caracterizado por elevadas temperaturas médias e alta pluviosidade anual, com períodos de chuvas intensas concentradas. A análise climatológica da bacia do Rio Mocambo considerou dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), com base nas Normais Climatológicas do período 1991–2020, referentes à estação Salvador/Ondina. Embora representem o comportamento climático em escala municipal, esses dados devem ser interpretados considerando as especificidades microclimáticas locais, influenciadas pelo relevo, densidade construtiva, cobertura vegetal e impermeabilização do solo.

Salvador apresenta pequena amplitude térmica anual devido à influência marítima. Segundo o INMET, fevereiro corresponde ao mês mais quente, com média máxima de 31,1°C e registros de até 37°C em março, enquanto agosto apresenta as menores médias mínimas, em torno de 21°C. A umidade relativa do ar permanece elevada durante todo o ano, variando entre 78,7% e 85,1%, e a precipitação média anual é de aproximadamente 1.833 mm, concentrando-se principalmente entre abril e junho, período em que os volumes mensais podem ultrapassar 230 mm.

PRELIMINAR

Em Salvador, o regime pluvial impacta os solos espessos e argilosos, que podem se tornar instáveis quando submetidos a chuvas intensas, aumentando a suscetibilidade a deslizamentos de terra. Na bacia do Rio Mocambo, a combinação entre relevo acidentado, urbanização precária, deficiência de drenagem, impermeabilização do solo e eventos extremos de precipitação aumenta a suscetibilidade a processos erosivos, assoreamento, deslizamentos e inundações.

As projeções climáticas apresentadas no PMAMC indicam aumento das temperaturas médias, maior frequência de ondas de calor, intensificação da variabilidade climática e ocorrência mais frequente de eventos extremos de precipitação nas próximas décadas. Embora exista tendência de redução da pluviosidade média anual e potencial agravamento da penúria hídrica, os cenários indicam um aumento da concentração das chuvas em períodos mais curtos e intensos, o que tende a ampliar significativamente os riscos de inundação, movimentos de massa, erosão e sobrecarga dos sistemas de drenagem urbana.

Esses impactos possuem grande relevância para Canabrava e Vila Mar, por conta de suas características geomorfológicas, do padrão de ocupação urbana presentes nelas e da deficiência de infraestrutura de saneamento. Nesse contexto, as mudanças climáticas reforçam a necessidade de incorporação de estratégias de adaptação climática ao planejamento e às intervenções previstas pelo Projeto Salvador SBN.

#### 3.1.4. Cobertura Vegetal e Remanescentes de Mata Atlântica

A bacia do Rio Mocambo ainda apresenta remanescentes vegetais associados ao bioma Mata Atlântica, incluindo fragmentos florestais, matas ciliares, áreas úmidas e vegetação em regeneração natural, mesmo que a maior parte dos fragmentos florestais nela tenha sido suprimida pela urbanização. Esses remanescentes possuem relevância ambiental para:

- Estabilidade das encostas;
- Infiltração das águas pluviais;
- Conectividade ecológica;
- Redução de ilhas de calor;
- Proteção de nascentes e cursos d'água.

No documento *Projeto Mata Atlântica Salvador. Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador*, elaborado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em conjunto com a Fundação José Silveira em 2013, o remanescente associado ao aterro de Canabrava foi analisado em detalhes. Foram amostrados 319 indivíduos vivos e mortos ainda em pé, correspondente a 28 famílias, 37 gêneros e 43 espécies, numa área de 0,24 ha. De acordo com o documento, a mata que então existia no local era "um remanescente de Floresta Ombrófila Densa, Mata Atlântica, com a vegetação secundária nos três estágios sucessionais, definidos conforme a Resolução 005/1994 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Entretanto, [havia] predominância da vegetação secundária no estágio médio de regeneração" (p. 94). As espécies mais frequentes foram: *Tapirira guianensis* (pau-pombo), *Himatanthus bracteatus* (janaúba), *Henriettea succosa* (mundururu) e *Byrsonima sericea* (murici).

Dentre as conclusões do estudo está que a "biomassa seca e a espessura vertical da serrapilheira são atributos de adoção recomendável para estudo de diagnóstico de remanescente florestal", sendo que dos remanescentes estudados, os maiores valores de biomassa seca da serrapilheira foram registrados para o aterro de Canabrava. Tal informação indica a importância deste fragmento, que deve ser preservado.

O mapa que se encontra na p. 96 do estudo foi incluído no Anexo 1, no sentido de evidenciar que a área em questão corresponde principalmente ao trecho categorizado no PDDU de 2016 como Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN) de São Marcos. No Plano de Bairro de Canabrava e no projeto executivo para o Parque Socioambiental de Canabrava, foi prevista a implantação de uma agrofloresta neste local.

PRELIMINAR

Apesar de sua importância, as áreas vegetadas sofrem pressão contínua decorrente da expansão urbana informal, ocupação de APPs, descarte inadequado de resíduos e supressão vegetal associada à autoconstrução. Em Canabrava e Vila Mar, foram identificadas nascentes e áreas úmidas degradadas pela ocupação informal e pelo lançamento de esgoto.

### 3.1.5. Áreas Ambientalmente Sensíveis

A Lei Federal nº 12.651/2012, conhecida como Novo Código Florestal, define APP como uma "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas". A manutenção das APPs tem uma importância fundamental para reforçar a resiliência climática.

O Art. 4º desta lei delimita as APPs e estabelece sua preservação como condição de base. Em seu inciso I, alínea a), esta lei define como APP a zona de 30 metros medidos para cada lado da calha de uma linha d'água com largura inferior a 10 m. O inciso IV estabelece que são APPs as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, no raio mínimo de 50 m. Já o inciso V define como APPs as encostas ou partes destas com declividade superior a 45° (o que equivale a 100% de declividade).

A poligonal do Projeto Salvador SBN inclui as APPs associadas ao Rio Mocambo e seus afluentes e a encostas com elevada declividade, além de áreas sujeitas a inundação e fragmentos vegetais relevantes para a biodiversidade urbana (Figura 9). Parte dessas áreas encontra-se ocupada por moradias e infraestrutura precária, gerando conflitos entre preservação ambiental, permanência da população e necessidade de mitigação de riscos. As áreas ambientalmente sensíveis desempenham papel estratégico para a implantação das SBN previstas no Projeto, especialmente em relação à drenagem urbana, recuperação ambiental e adaptação climática.

No entorno da poligonal de intervenção, encontram-se quatro áreas incluídas no Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM) previsto no PDDU de 2016, sendo, portanto, protegidas legalmente, ainda que não constituam propriamente unidades de conservação. Duas delas enquadram-se como APRN, uma como parque urbano e uma como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP). A APRN 6, denominada de São Marcos, corresponde em grande parte ao setor 2 do Parque Socioambiental de Canabrava; já a APRN 8, denominada Jaguaribe, visa proteger o Rio Jaguaribe e suas nascentes. O parque urbano, com 17 ha, refere-se ao Jardim Botânico de Salvador, também conhecido como Mata dos Oitis. Em 2020, este espaço foi requalificado pela PMS, conformando uma importante área de estudo, manutenção e conservação da Mata Atlântica. Nele, destacam-se espécies sagradas para religiões de matriz africana, além de um herbário com cerca de 61 mil espécies vegetais. A APCP 19 refere-se ao Terreiro Onzó Ngunzo Za Nkisi Dandalunda Ye Tempo (Terreiro Mokambo).

PRELIMINAR

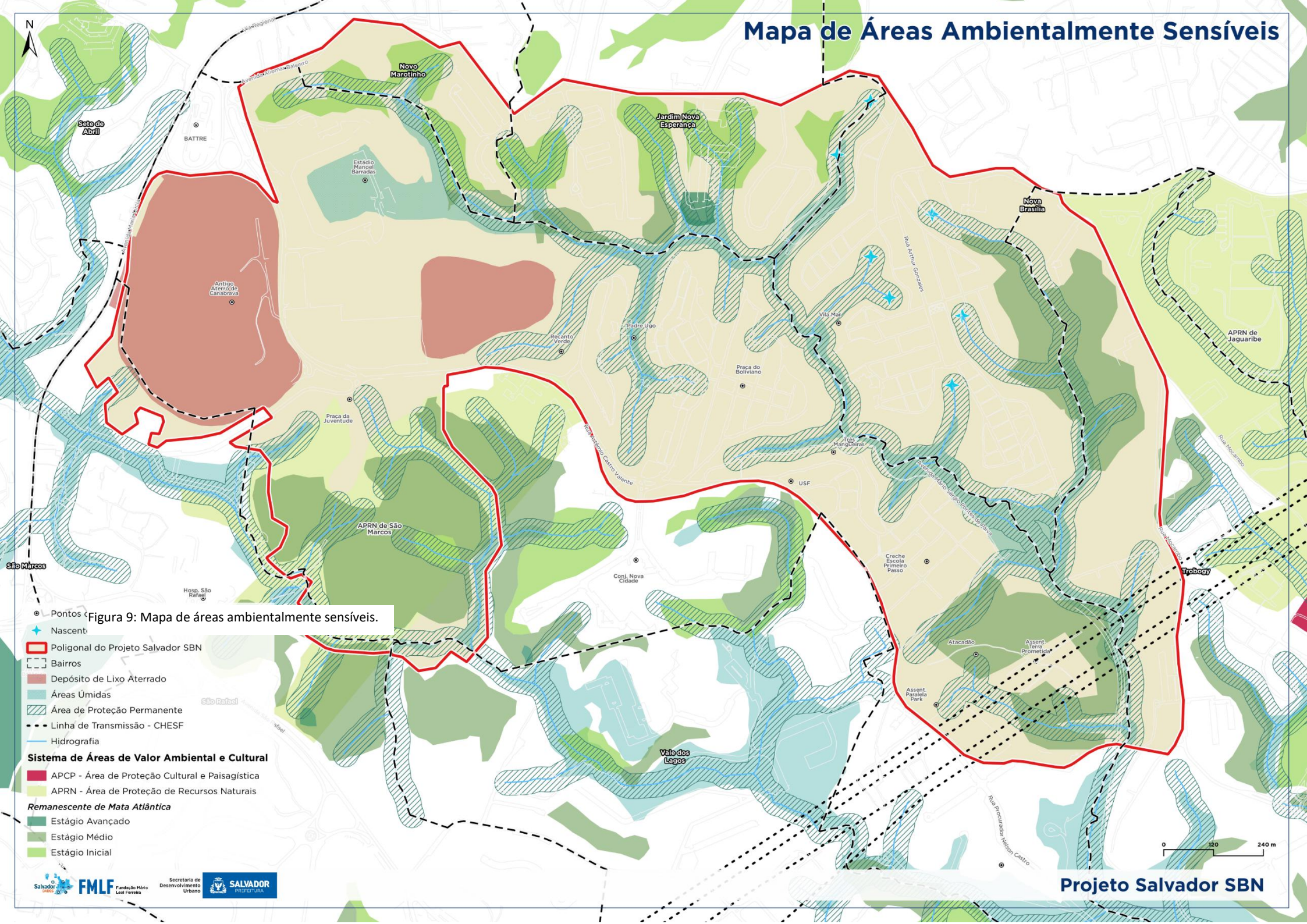
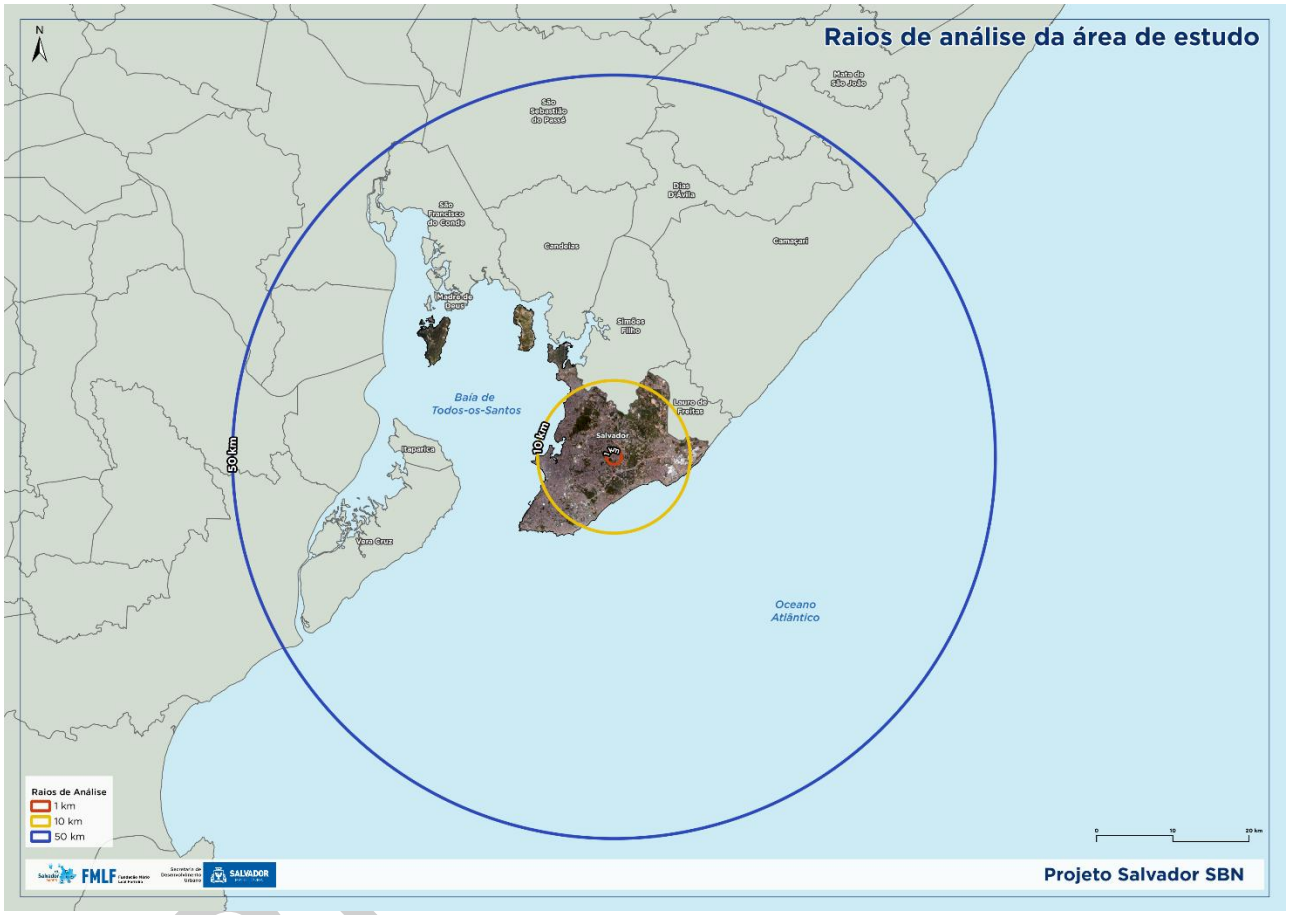



Figura 9: Mapa de áreas ambientalmente sensíveis.

Para uma avaliação preliminar das características da biodiversidade na poligonal do Projeto Salvador SBN, foi realizada uma análise preliminar utilizando o IBAT (*Integrated Biodiversity Assessment Tool*), ferramenta de referência internacional para a avaliação de sensibilidade da biodiversidade, utilizando a área de intervenção como referência. Para essa análise, foi considerado uma zona tampão de 1 km no entorno da área de estudo, limite adotado em razão da condição de adensamento da urbanização na poligonal de intervenção.

Figura 10: Raio de análise da área de estudo.




A partir dessa análise preliminar, não foi identificada qualquer possibilidade de ocorrência de habitats críticos na área de estudo ou em seu entorno imediato. Embora o IBAT tenha indicado a sobreposição da EOO (Extensão de Ocorrência) de 13 espécies (considerados em perigo ou criticamente em perigo de extinção) com o recorte espacial utilizado para a análise, não é esperada a ocorrência de qualquer dessas espécies, uma vez que estas são ecologicamente exigentes e os ambientes incluídos na área de estudo se encontram profundamente alterados pelo processo de antropização.

Tanto na área de estudo como em seu entorno imediato, são identificadas apenas áreas verdes de pequena extensão, representadas, em sua maioria, por manchas de vegetação em processo de sucessão secundária e sob forte pressão antrópica. Além disso, as manchas de vegetação apresentam baixa conectividade e se inserem em uma matriz praticamente impermeável aos processos que dão suporte à manutenção da diversidade biológica. É importante ressaltar, ainda, que, para o recorte espacial adotado, não foi identificada nenhuma Unidade de Conservação, nem Área-Chave para a Biodiversidade, tampouco Sítio do Patrimônio Mundial.

### 3.1.6. Passivos Ambientais Ligados ao Antigo Aterro de Canabrava

O bairro de Canabrava abriga o antigo lixão de Salvador, configurando importante passivo ambiental (Figura 11). O processo de remediação do lixão, envolvendo sua desativação e o tratamento e a estabilização do maciço de resíduos, foi iniciado em 1992 pela Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB), com a implantação de um aterro celular, com sistema de drenagem de chorume, gases e águas superficiais. Em 1995, o local retornou à condição de vazadouro a céu aberto, situação que levou à realização de ações adicionais de saneamento ambiental em 1997, conformando-o num aterro controlado. Em 1998, o lixo doméstico deixou de ser depositado em Canabrava, tendo sido transferido para o Aterro Metropolitano Centro. No entanto, Canabrava continuou recebendo entulho proveniente da construção civil, resíduos de podas e jardins e os resíduos de serviços de saúde, até o início dos anos 2000s.

Em 2003, a empresa Golder Associates elaborou um Estudo de Viabilidade para Reabilitação do Aterro de Canabrava, com análise de águas subterrâneas em poços de monitoramento. No mesmo ano, a PMS criou o Parque Socioambiental de Canabrava, com a intenção de transformá-lo em uma Área de Proteção Ambiental. Após o encerramento do lixão, houve uma avaliação da possibilidade de extração de gases gerados no aterro para produção de energia, a qual indicou sua inviabilidade econômica, por conta do baixo volume.

Depois da criação do Parque, o topo do antigo aterro recebeu uma quadra esportiva por iniciativa da população local, em consequência da ausência de equipamentos de lazer no bairro. Mais recentemente, em 2024, a PMS implantou um pátio de estacionamento junto à quadra, o qual foi reconhecido como uma medida de mitigação da geração de chorume.

Em 2023, a FMLF contratou a elaboração de um Estudo de Avaliação Ambiental do Parque Socioambiental de Canabrava. Em novembro de 2023, foi realizada visita técnica de monitoramento de líquidos e gases no aterro. As campanhas amostrais de campo foram conduzidas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) entre 25 e 28 de março de 2024, e o Relatório Final deste estudo (Produto 04) foi emitido em 13 de maio de 2024. Este documento indica potencial risco de contaminação decorrente do histórico de deposição inadequada de resíduos. As análises evidenciam potenciais contaminação das águas subterrâneas, geração residual de gases, instabilidades geotécnicas e alterações na morfologia original do terreno, agravadas pela precariedade dos registros operacionais e pela continuidade de usos e ocupações sobre a área aterrada. O relatório aponta, no entanto, que a requalificação do Parque Socioambiental de Canabrava permanece viável, desde que seja realizado o monitoramento contínuo e sejam definidos usos compatíveis com as condições do terreno. Este estudo destaca ainda a importância estratégica da área para o desenvolvimento socioambiental de Canabrava, sugerindo intervenções voltadas à recuperação ambiental, inclusão social e implantação de equipamentos sustentáveis compatíveis com os riscos e limitações identificados. As recomendações técnicas deste estudo deverão ser consideradas e detalhadas nas etapas subsequentes de elaboração dos instrumentos de gestão ambiental e social, para assegurar a observância dos requisitos necessários à manutenção da viabilidade da intervenção.

Para remediação desses impactos, a FMLF contratou a seguir um Mapeamento de Biogases e Projeto de Drenagem da Área do Antigo Aterro de Canabrava, que orienta a implantação de um sistema de fertirrigação no antigo aterro, utilizando o chorume maturado tratado como recurso hídrico e fonte de nutrientes para irrigação de áreas verdes do aterro. Este mapeamento recomenda o manejo gradual da fertirrigação, priorizando o controle de erosão, a segurança sanitária, a compatibilidade com a legislação ambiental vigente e o acompanhamento contínuo das condições do solo, da vegetação e da qualidade do efluente reutilizado.

O mapeamento concluiu que o “chorume amostrado não tem características que indiquem grande potencial de produção de biogás, porém algum gás ainda será gerado [...], pois existem quantidades expressivas de lixo

PRELIMINAR

acumulado depositado no maciço do aterro. As concentrações de nutrientes no chorume monitorado mostram baixa disponibilidade de fósforo e mediana de nitrogênio, ainda suficientes para sustentar atividade biológica no maciço do aterro com baixa, porém efetiva, produção de biogás" (p. 10 do relatório do mapeamento). Indica ainda que a impermeabilização do topo do aterro é uma medida benéfica para a mitigação de riscos, o que ocorreu com a implantação do estacionamento. No entanto, ressalta-se que "cuidados devem ser tomados para que o biogás formado não se acumule e venha a formar bolsões de gases capazes de aumentar a instabilidade da encosta que tem cerca de 50 m de altura" (p. 38 do relatório).

"Sendo assim devem ser mantidos livres drenos para monitoramento e exaustão de forma evitar o acúmulo de biogases já que esses sempre escapam verticalmente. Um bolsão de gás confinado sob o asfalto exerceria pressões laterais e tenderia a gerar pressões internas capazes de alterar a estabilidade da encosta do Aterro. Recomenda-se a preservação e proteção dos drenos de gases identificados no topo do aterro no levantamento topográfico de 2023 fornecido pela PMS para manter o equilíbrio atualmente existente:

- 10 na área asfaltada do futuro estacionamento;
- 8 na área livre não pavimentada correspondente ao antigo espaço de destinação de lixo hospitalar e campo de futebol com vegetação situada em torno do futuro estacionamento" (p. 39 do relatório).

Além dos riscos ambientais, o antigo lixão influenciou diretamente o processo de ocupação e formação social do bairro, incluindo a constituição de atividades econômicas relacionadas à coleta e reciclagem de resíduos. Portanto, a recuperação ambiental da área constitui um componente estratégico do Projeto Salvador SBN, incluindo a implantação do Parque Socioambiental de Canabrava e a realização de ações voltadas à educação ambiental, economia circular e valorização da memória dos catadores.

O Parque Socioambiental de Canabrava foi concebido como um espaço multifuncional para promover a recuperação ambiental desta área do antigo lixão, associando conservação da biodiversidade, educação ambiental, equipamentos esportivos e de lazer, e geração de oportunidades relacionadas à economia verde. A proposta do parque prioriza a manutenção da vegetação existente, a ampliação da cobertura vegetal por meio do uso de espécies nativas e a utilização de espécies com potencial de fitorremediação, buscando conciliar benefícios ambientais e paisagísticos, e facilidade de manutenção. O parque foi estruturado em dois setores complementares. O setor 1 agrega atividades de educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, além de espaços esportivos e estacionamento. O setor 2 é voltado para atividades de cultura, lazer e esporte ao ar livre, contendo espaços de convivência e um memorial para valorização da memória do bairro, e agregando ainda horta e agrofloresta para preservação ambiental.

No setor 1, destacam-se dois equipamentos solicitados pela PMS: um horto e uma unidade de compostagem, que dispõem de uma via de acesso exclusivo para veículos pesados. O horto municipal destina-se à produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para sua utilização na arborização e recuperação ambiental. O estudo de sua viabilidade realizado com apoio do Gap Fund incluiu um banco de dados georreferenciado sobre árvores matrizes e informações sobre coleta de sementes, fenologia e conservação das espécies.

O horto municipal a ser implantado no Parque Socioambiental de Canabrava tem capacidade projetada para a produção de 70.000 mudas anuais de espécies nativas da Mata Atlântica, tendo sido prevista a coleta de sementes nas Unidades de Conservação da Reserva da Sapiranga e do Parque das Dunas, assegurando adequação genética e ecológica das mudas ao bioma regional. As mudas produzidas abastecerão tanto as ações de recuperação ambiental do próprio Parque, quanto projetos municipais de arborização urbana, incluindo o Programa Salvador Capital da Mata Atlântica.

A unidade de compostagem foi concebida para receber e processar resíduos orgânicos previamente segregados na origem, provenientes principalmente da comercialização de frutas, legumes e verduras em

PRELIMINAR

feiras livres, além de resíduos de podas urbanas e aparas de gramíneas. O sistema prevê a coleta seletiva de resíduos orgânicos, reduzindo significativamente a presença de materiais inadequados no processo e favorecendo a produção de composto de elevada qualidade agronômica. O projeto adotou um método de compostagem em leiras projetadas para favorecer a aeração natural, utilizando tecnologias já consolidadas no Brasil, compatíveis com a legislação vigente e concebidas para operação em escala economicamente viável e passível de replicação em outros locais do município. Trata-se do Método LAPA (Leiras Aeróbico-termofílicas Estáticas Projetadas para a Aeração Natural), adotado com sucesso em composteiras implantadas em áreas urbanas consolidadas, como no Pátio de Compostagem da Lapa, no centro de São Paulo, em operação desde 2015. Seus impactos são muito reduzidos em termos de emissão de odores, gases e ruídos, assim como de atração de vetores. O Projeto Preliminar da Unidade de Compostagem está incluído como Anexo 2 neste documento.

A unidade de compostagem prevista para o Parque Canabrava terá capacidade de processamento de 20 toneladas por dia de resíduos orgânicos, contribuindo para a redução do volume de resíduos encaminhados a aterros e para a produção de composto utilizado nas ações de recuperação ambiental e arborização do próprio parque e do município.

Diferentemente de instalações destinadas ao tratamento convencional de resíduos sólidos urbanos, a unidade de compostagem foi concebida como uma instalação de reciclagem biológica de resíduos orgânicos previamente selecionados, funcionando simultaneamente como infraestrutura operacional e espaço de educação ambiental. Por conta da segregação prévia dos resíduos, da ausência de recebimento de resíduos domiciliares misturados e do método adotado, os principais riscos ambientais estimados restringem-se aos aspectos operacionais usuais de unidades de compostagem, tais como o controle da drenagem superficial, manejo de águas pluviais, controle de odores, vetores, ruído e segurança ocupacional. Estes são passíveis de mitigação mediante procedimentos operacionais e boas práticas de operação e manutenção previstos para a implantação e gestão da unidade, ainda mais por se considerar que não há moradia nas proximidades do local de sua implantação.

As intervenções no Parque Socioambiental de Canabrava deverão observar as orientações contidas nos estudos ambientais contratados pela FMLF como condição para a emissão da ordem de serviço para obras. Durante a execução, deverão ser observados protocolos específicos de saúde e segurança ocupacional e de controle ambiental para obras sobre sítio com passivo ativo de biogás, tal como indicado no escopo do Programa de Monitoramento Ambiental, Geotécnico e dos Trabalhadores do Antigo Lixão de Canabrava (PMAGT-Canabrava) a ser elaborado para o Projeto (ver seção 9.12).

A operação do sistema de fertirrigação do chorume está condicionada à obtenção de autorização do órgão ambiental competente e à conclusão do sistema de pré-tratamento previsto nos estudos técnicos. O destino do efluente no período anterior à operação do sistema deverá ser formalizado no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), a ser elaborado para o Projeto e cujas diretrizes estão descritas na seção 9.7.

Os dois estudos contratados pela FMLF recomendam ainda a implementação de um programa integrado de monitoramento ambiental e geotécnico do sítio por, no mínimo, três anos após a conclusão das intervenções, com periodicidades e parâmetros definidos em instrumento específico a ser elaborado antes do início das obras.

PRELIMINAR

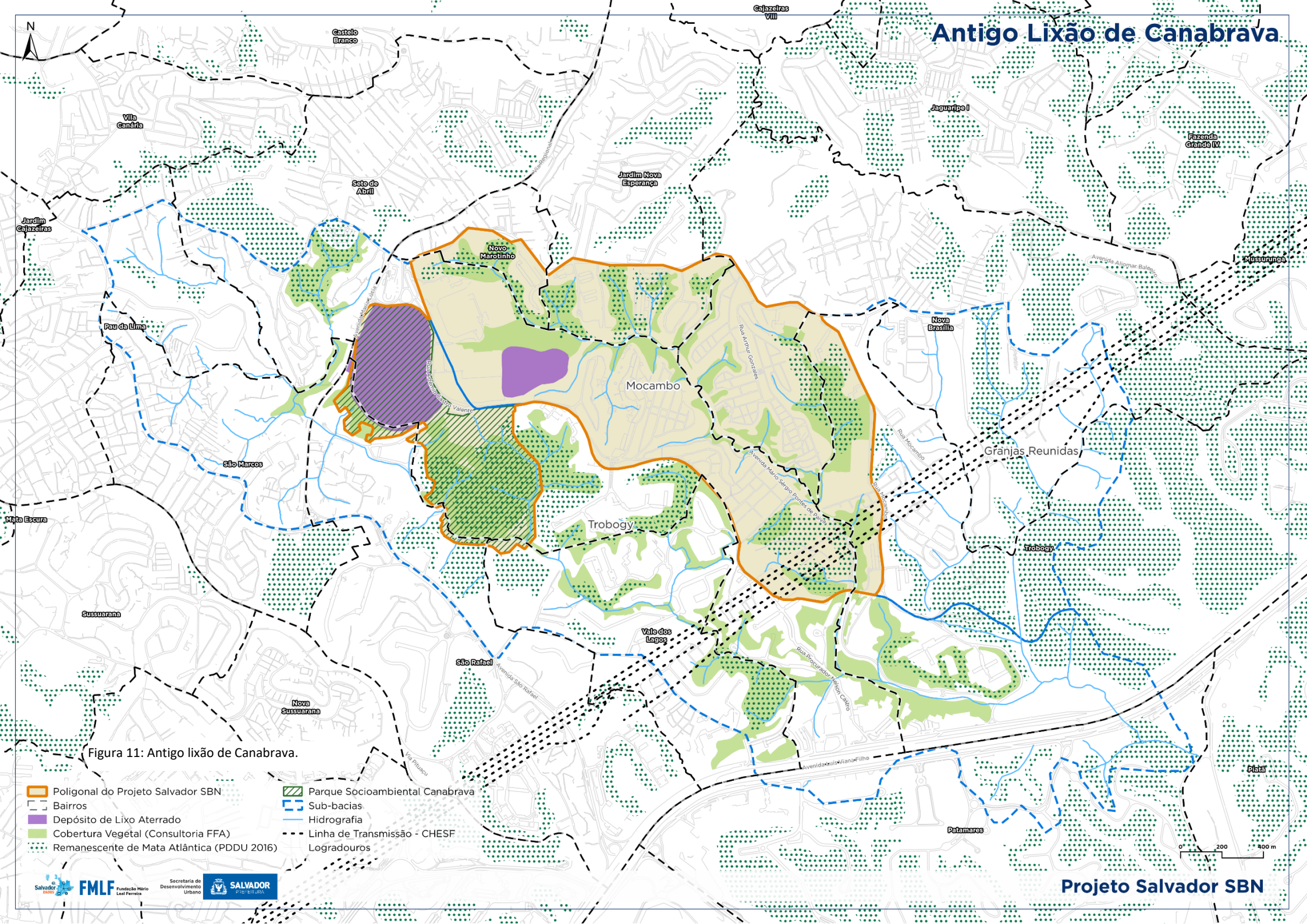



Figura 11: Antigo lixão de Canabrava.

## 3.2 Caracterização Socioeconômica

### 3.2.1. Perfil Populacional

As comunidades de Canabrava e Vila Mar apresentam características sociodemográficas semelhantes, marcadas por elevada vulnerabilidade social, baixa renda, elevada densidade urbana e forte presença de população negra e parda, além de jovens.

Segundo dados do Censo de 2022, nessas duas comunidades incluídas no Projeto Salvador SBN, vivem 13.155 habitantes em 6.202 domicílios particulares ocupados, o que significa uma média de 2,12 moradores por domicílio. Como as comunidades ocupam uma área de cerca de 0,94 km², isso representa uma elevada densidade populacional (cerca de 14 mil hab./km²). A ZEIS Canabrava destaca-se pela maior densidade demográfica na poligonal de intervenção. No Quadro 3 estão dados sociodemográficos do Censo de 2022 relativo a favelas e comunidades urbanas para a totalidade do território incluído no Projeto Salvador SBN. Notar que ainda não estão disponíveis os dados de nível de instrução desagregados.

Quadro 3: Dados sociodemográficos para as comunidades no Projeto Salvador SBN.

| Indicador | Canabrava e Vila Mar |
|---|---|
| Cor ou raça | |
| Parda | 47,15% |
| Preta | 43,26% |
| Branca | 9,28% |
| Indígena | 0,17% |
| Amarela | 0,14% |
| Alfabetização (pessoas de 18 anos ou mais de idade) | |
| Pessoas alfabetizadas | 93,82% |
| Pessoas não alfabetizadas | 6,18% |

Desta população, há uma pequena predominância de mulheres (53%), perfil semelhante ao observado em outras áreas periféricas de Salvador. A estrutura etária mostra uma população jovem, com 45% dos moradores com até 30 anos (a idade mediana geral é 33 anos).

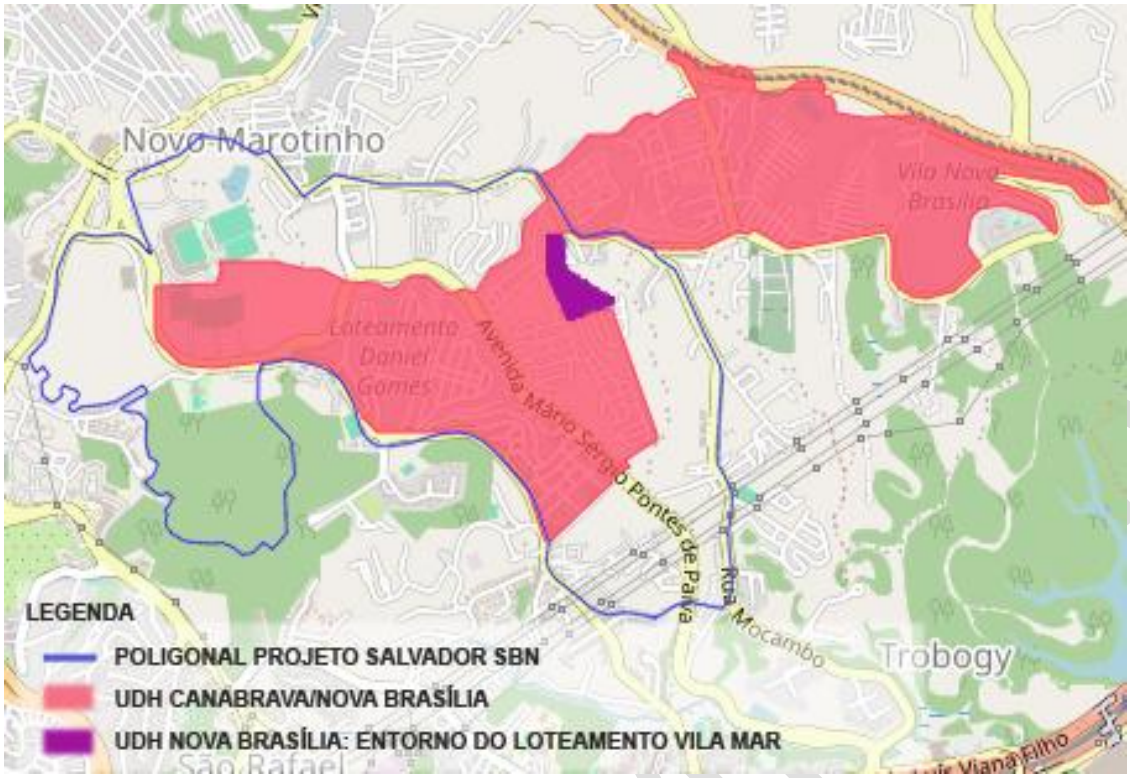
### 3.2.2. Vulnerabilidade Socioeconômica

Como os dados do Censo de 2022 que permitem a caracterização da vulnerabilidade socioeconômica ainda não estão disponíveis desagregados por setor censitário, apresentamos esses dados relativos ao Censo de 2010 (Figura 12 e Quadro 4). No entanto, casos esses dados se tornem disponíveis a tempo, serão atualizados na versão final destes documentos que será divulgada. Importante notar que:

- Se utilizou os dados em percentual, pois a poligonal da Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) Canabrava/Nova Brasília agrega territórios no bairro de Nova Brasília (no qual Vila Mar se insere), que são externos à poligonal de intervenção do Projeto Salvador SBN;
- A UDH Nova Brasília: Entorno do Loteamento Vila Mar se refere ao núcleo mais antigo de Vila Mar, com melhores condições espaciais e socioeconômicas que o restante desta ZEIS. Seus dados não refletem a realidade de Vila Mar;
- Com a realização do cadastro social no âmbito do projeto, os dados socioeconômicos da população de Canabrava e Vila Mar serão atualizados, para refletir de maneira mais fiel à sua realidade.

PRELIMINAR

Figura 12: UDHs que englobam Canabrava e Vila Mar.




Quadro 4: Indicadores de vulnerabilidade social de Canabrava e Vila Mar, e Salvador em 2010.

| Indicadores | Nova Brasília: Entorno do Loteamento Vila Mar | Canabrava/ Nova Brasília | Salvador |
|---|---|---|---|
| **Crianças e jovens** | | | |
| % de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza | 2,34 | 14,79 | 11,26 |
| % de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres | 3,11 | 11,00 | 7,32 |
| **Adultos** | | | |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal | 9,57 | 34,20 | 22,51 |
| % de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade | 7,5 | 53,09 | 13,34 |
| % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos | 0,56 | 3,31 | 1,82 |
| **Renda e trabalho** | | | |
| % de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho | 0,47 | 4,57 | 23,3 |
| **Condição de moradia** | | | |
| % da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada | 98,66 | 89,06 | 95,09 |

Os valores dos indicadores para Canabrava/Nova Brasília são maiores do que os da média de Salvador, indicando uma situação de precariedade significativa. Contudo, o indicador "% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade" é particularmente alarmante. Este valor era quase quatro vezes maior do que a média da cidade, evidenciando que o grupo formado por tais mulheres precisa ser alvo de uma atenção especial. Famílias monoparentais chefiadas por mulheres, ainda mais de baixa escolaridade, apresentam maior vulnerabilidade social por conta do acesso

mais precário ao mercado de trabalho, além de muitas vezes auferirem rendimentos inferiores aos homens, ainda que exercendo a mesma atividade.

Esta avaliação pode ser complementada com estudos mais recentes desenvolvidos no município. Com o intuito de identificar as famílias mais vulneráveis e poder priorizar as ações de inclusão social, a PMS está elaborando o Índice de Vulnerabilidade Social de Salvador (IVS), através da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), em parceria com a FMLF. Este instrumento técnico tomará como base os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e quatro dimensões: perfil familiar, trabalho e renda, educação e moradia. Os indicadores considerados incluirão, por exemplo: desemprego, presença de crianças na primeira infância, pessoas com deficiência, idosos, insegurança alimentar e precariedade habitacional. O mapa municipal com uma versão preliminar do IVS está na Figura 13, na qual foi destacada a poligonal do Projeto Salvador SBN.

PRELIMINAR

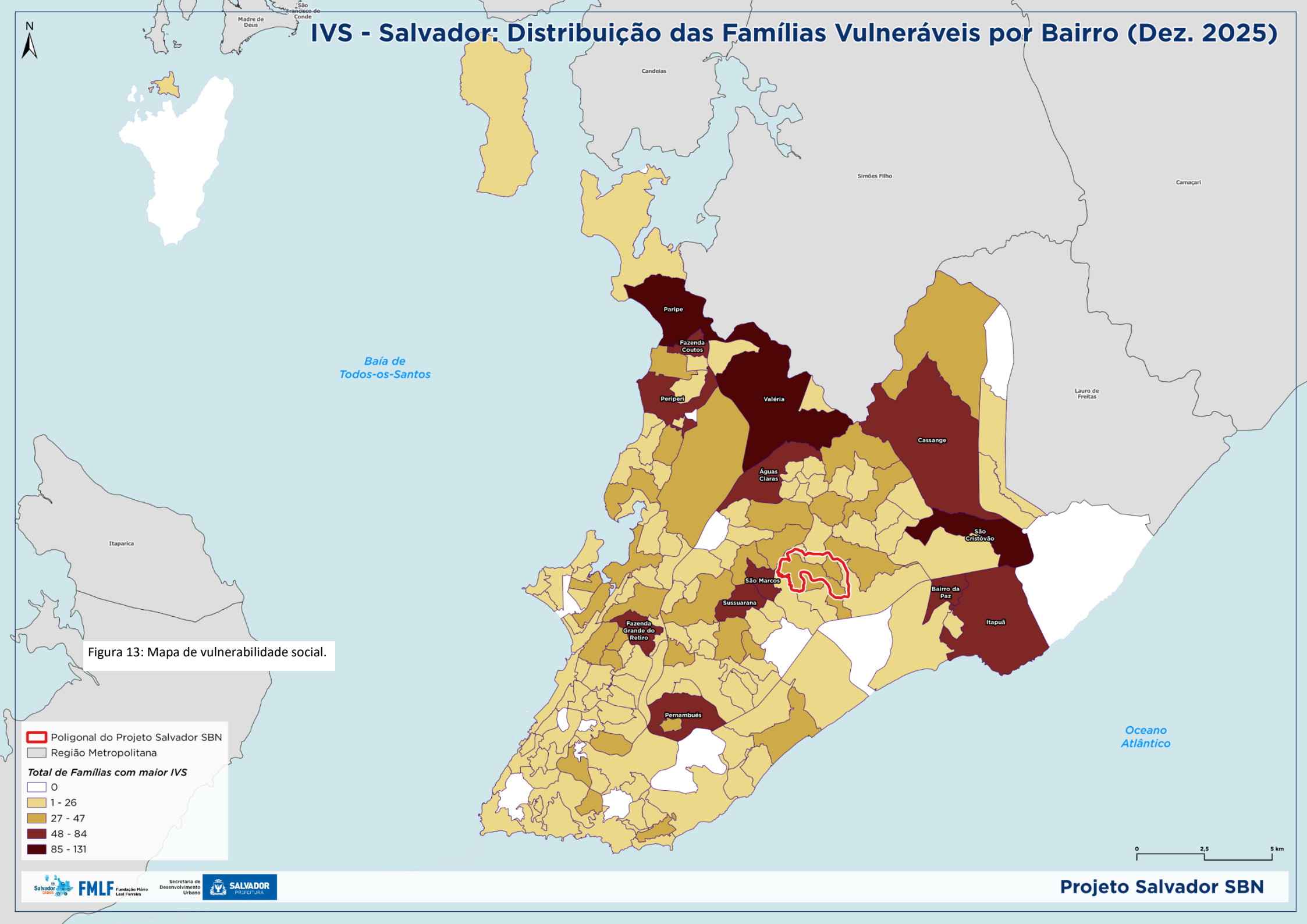



Figura 13: Mapa de vulnerabilidade social.

### 3.2.3.Condições Habitacionais

Os dados do Censo de 2022 relativos a favelas e comunidades urbanas trazem informação que caracteriza as condições habitacionais existentes nessas localidades. O Quadro 5 traz os dados disponíveis relativos ao entorno das comunidades. Importante notar que o Censo de 2022 relativo a favelas e comunidades urbanas considera a ZEIS 147 - Canabrava como a "comunidade urbana Canabrava"; a ZEIS 69 - Canabrava II como a "comunidade urbana Loteamento das Mangueiras"; e ZEIS 105 - Nova Brasília de Baixo como a comunidade urbana com mesmo nome. Essa última, contudo, inclui o Condomínio Residencial Bosque do Aeroporto que não faz parte da ZEIS. Desta forma, os dados indicados no Quadro 5 devem ser lidos com alguma cautela.

Quadro 5: Dados sobre o entorno para as comunidades no Projeto Salvador SBN.

| Indicador | Comunidade urbana Canabrava | Comunidade urbana Loteamento das Mangueiras | Comunidade urbana Nova Brasília de Baixo |
|---|---|---|---|
| Arborização no entorno | 29,7% | 33,5% | 18,91% |
| Via pavimentada no entorno | 89,18% | 92,2% | 99,21% |
| Bueiro ou boca de lobo no entorno | 57,13% | 39,86 | 13,26% |
| Iluminação pública no entorno | 99,45% | 92,95% | 99,21% |
| Ponto de ônibus ou van no entorno | 9,87% | 5,12% | 4,22% |
| Circulação de ônibus e caminhões na via no entorno | 32,45% | 50,72% | 84,48% |
| Via sinalizada para bicicletas no entorno | 2,59% | 5,74% | zero ou sem informação |
| Calçada ou passeio no entorno | 27,12% | 35,62% | 25% |
| Obstáculo na calçada no entorno | 25,71% | 33,94% | 11,59% |
| Rampa para cadeirantes no entorno | 1,33% | 0,62% | zero ou sem informação |

Esses indicadores evidenciam que o entorno das comunidades incluídas no Projeto Salvador SBN dispõe de cobertura relativamente consolidada de infraestrutura viária e iluminação pública, refletindo um processo de urbanização já avançado nas vias coletoras que dão acesso às ZEIS. Tal não se reflete necessariamente no interior dessas ZEIS. Ainda considerando a situação do entorno, nota-se que persistem limitações importantes relacionadas à qualidade do espaço público. A arborização é bastante reduzida, não colaborando para propiciar conforto ambiental, situação também presente no interior das comunidades. Os resultados também apontam fragilidades na infraestrutura de drenagem urbana, especialmente no entorno de Vila Mar, indicando a necessidade de intervenções voltadas ao manejo adequado das águas pluviais e à redução de situações de alagamento.

Em relação à mobilidade, observa-se que a circulação de transporte coletivo é relativamente favorecida em parte da malha viária do entorno. Contudo, as visitas de campo indicam que internamente às ZEIS, o acesso ao transporte público é bastante limitado; mesmo as vias principais apresentam estreitamento não compatível com a carga. No entorno, as condições para deslocamentos a pé e por bicicleta também são restritas. A presença de calçadas é limitada, muitas delas apresentam obstáculos; a infraestrutura cicloviária é praticamente inexistente. A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida constitui um dos principais desafios identificados, em razão da reduzida presença de elementos de adaptação urbana, como rampas e percursos acessíveis. Esse cenário, que espelha a situação interna nas ZEIS, reduz a segurança e o conforto dos deslocamentos não motorizados.

Considerando a área no Projeto Salvador SBN de forma agregada, no Quadro 6 temos os dados disponíveis sobre as características dos domicílios e canalização de água, do Censo de 2022 relativos a favelas e comunidades urbanas. Estes dados devem ser lidos com cautela, pois as observações, os registros fotográficos

PRELIMINAR

e as conversas com moradores durante as visitas de campo realizadas, assim como os relatos dos moradores nas oficinas do Plano de Bairro de Canabrava, evidenciam desigualdade nos níveis de acesso a saneamento nessa ZEIS.

Quadro 6: Dados sociodemográficos para as comunidades no Projeto Salvador SBN.

| Indicador | Canabrava e Vila Mar |
|---|---|
| Característica dos domicílios | |
| Banheiro de uso exclusivo | 99,59% |
| Abastecimento de água pela rede geral | 97,99% |
| Coleta de lixo | 98,36% |
| Conexão à rede de esgoto | 76,06% |
| Canalização de água | |
| Até dentro da habitação | 98,47% |
| Apenas no terreno | 1,05% |
| Sem água canalizada | 0,48% |

Outra questão que relativiza esses resultados é o nível de atendimento dos serviços de saneamento pelos domicílios, por exemplo a intermitência do abastecimento de água ou da coleta de resíduos. Estes não são considerados exemplares pelos moradores, de acordo com a pesquisa *QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia*, realizada pelas Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Contudo, este estudo também aponta para as deficiências existentes na rede e nos serviços de esgotamento sanitário.

Nas comunidades incluídas no Projeto Salvador SBN, predominam moradias autoconstruídas, com diferentes níveis de consolidação e precariedade construtiva, o que se constitui como uma das características das ZEIS. Com base nos dados da CODESAL para as duas localidades, foram identificadas habitações localizadas em áreas de risco geotécnico e hidrológico, além de setores com:

- Deficiência de drenagem;
- Esgoto a céu aberto;
- Acessibilidade precária;
- Infraestrutura urbana insuficiente;
- Ocupação de APPs e fundos de vale.

Os levantamentos de campo realizados para a elaboração do Plano de Bairro de Canabrava permitiram a identificação de 155 habitações caracterizadas como precárias, 236 habitações na faixa de servidão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), e 366 habitações em áreas de risco geohidrológico. De acordo com o documento *Déficit habitacional municipal do Brasil 2010*, elaborado em 2013 pela Fundação José Pinheiro (FJP) para a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (MCID), habitação precária engloba (i) domicílios improvisados: locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia; e (ii) domicílios rústicos: aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças em decorrência das suas condições de insalubridade.

De acordo com os levantamentos agregados de Canabrava e Vila Mar para o Projeto Salvador SBN, cerca de 770 edificações localizam-se em áreas sujeitas a reassentamento ou intervenções de redução de risco.

#### 3.2.4. Dinâmicas Socioeconômicas Locais

De acordo com os dados levantados em campo para a elaboração do Plano de Bairro de Canabrava, a economia local nesta ZEIS baseia-se predominantemente em pequenos comércios, prestação de serviços e

PRELIMINAR

trabalho informal, em especial, atividades de reciclagem. De modo geral, tais ocupações são precárias e de baixa remuneração. A atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos em Canabrava possui relevância histórica e social associada ao antigo lixão, incluindo a atuação de cooperativas e organizações comunitárias ligadas à economia solidária. Em ambas Canabrava e Vila Mar, no diagnóstico realizado, também foram identificadas iniciativas locais de cultura, educação ambiental, esporte e fortalecimento comunitário com potencial de apoio às estratégias sociais do Projeto.

De acordo com dados do Censo de 2022 relativos a favelas e comunidades urbanas, o território englobado pelo Projeto Salvador SBN dispõe de 22 estabelecimentos de ensino, 4 unidades de saúde, 49 instituições religiosas e 734 estabelecimentos destinados a outras atividades. Vila Mar concentra a maior parcela da população e dos equipamentos educacionais, que são na maioria privados; enquanto Canabrava reúne a maior parte dos estabelecimentos de saúde e religiosos.

#### 3.2.5.Grupos Vulneráveis

Os principais grupos vulneráveis identificados em Canabrava e Vila Mar incluem:

- Famílias residentes em áreas de risco;
- Mulheres chefes de família;
- Crianças e adolescentes, grupo que de 0 a 14 anos representa 20% da população, e de 0 a 19 anos representa 31%. Do total populacional, 7% enquadram-se como crianças em idade de creche e pré-escola.
- Idosos, grupo que corresponde a 10% da população;
- Pessoas com deficiência, que são mapeadas pela CODESAL no âmbito das atividades do Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC);
- Trabalhadores informais;
- Famílias sujeitas a reassentamento involuntário, cujo número pode chegar a 770, segundo estimativas iniciais do Projeto Salvador SBN, as quais teriam acesso a soluções habitacionais na própria área de intervenção. Este número será revisto para baixo, utilizando-se a hierarquia de mitigação, de acordo com as definições nas fases de projeto básico e executivo.

Os equipamentos públicos educacionais, de saúde e de assistência social que atendem a população das duas comunidades encontram-se indicados na Figura 14, que evidencia a relativa baixa cobertura dentro da poligonal de atuação do Projeto Salvador SBN.

PRELIMINAR

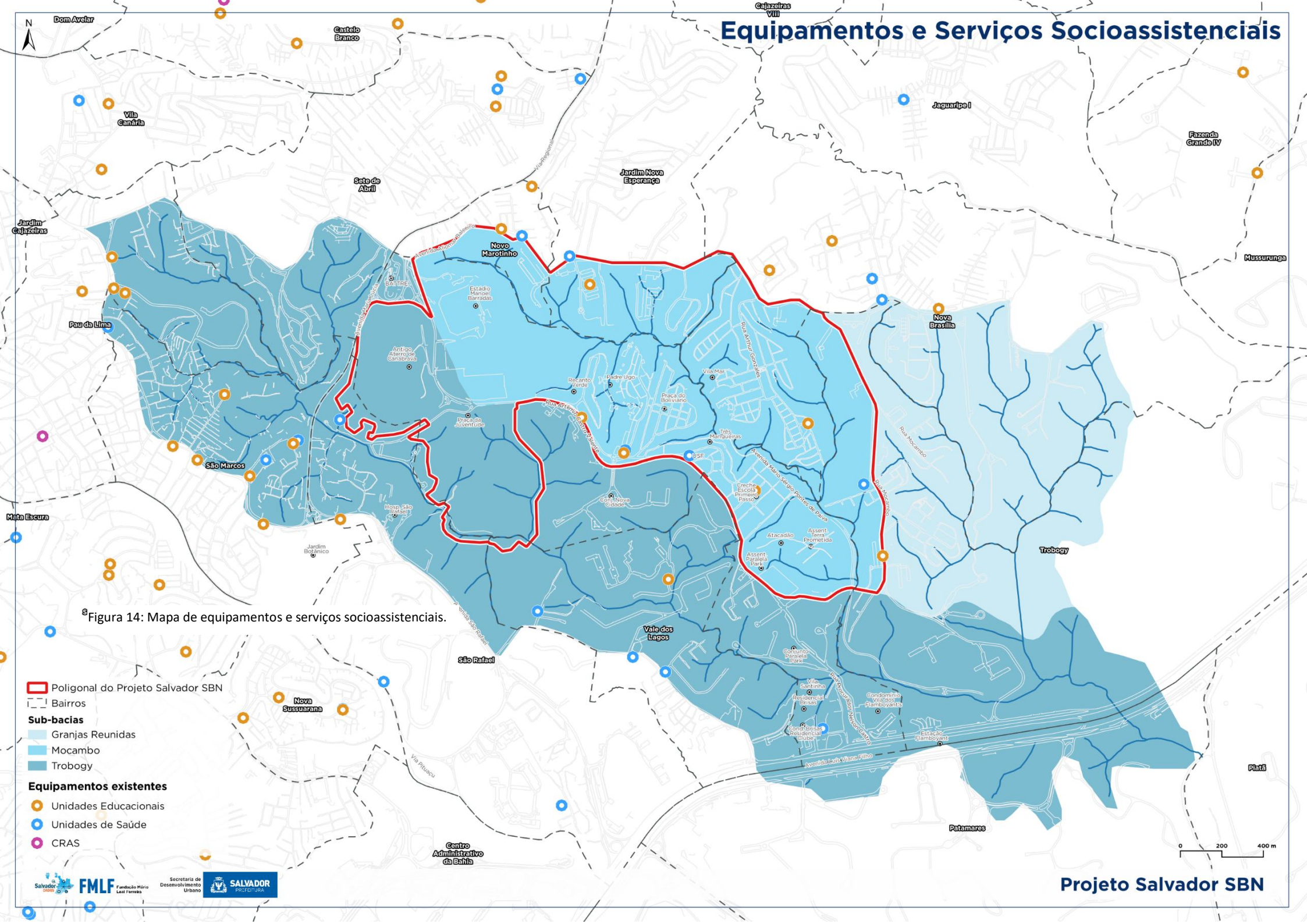



Figura 14: Mapa de equipamentos e serviços socioassistenciais.

### 3.3 Áreas de Risco

Combinando a caracterização física e socioeconômica, as áreas de risco são definidas como aquelas que refletem a ocupação de zonas susceptíveis a deslizamento ou inundações por edificações não adaptadas às condições desafiadoras do território, nas quais habitam pessoas vulneráveis. O território do Projeto Salvador SBN possui diversos setores classificados como áreas de risco pela CODESAL, como indicado na Figura 15. Os principais fatores de risco identificados incluem:

- Ocupação de encostas íngremes, especialmente com cortes inadequados;
- Ocupação de APPs e áreas inundáveis;
- Deficiência de drenagem;
- Supressão vegetal e impermeabilização do solo;
- Lançamento de esgoto em corpos hídricos;
- Descarte irregular de resíduos sólidos;
- Precariedade construtiva das moradias.

Como já indicado, as mudanças climáticas tendem a ampliar a frequência e intensidade dos eventos extremos, aumentando a vulnerabilidade das populações residentes. Ao mesmo tempo, a modelagem hidrológica e hidráulica realizada na bacia do Rio Mocambo ressaltou que, para o incremento do risco de inundação no futuro, o impacto da urbanização irregular é mais importante do que os cenários pluviométricos previstos. Assim, a provisão de moradia adequada e o controle da ocupação são condições primordiais para a redução de risco e o aumento da resiliência climática das comunidades de Canabrava e Vila Mar.

PRELIMINAR

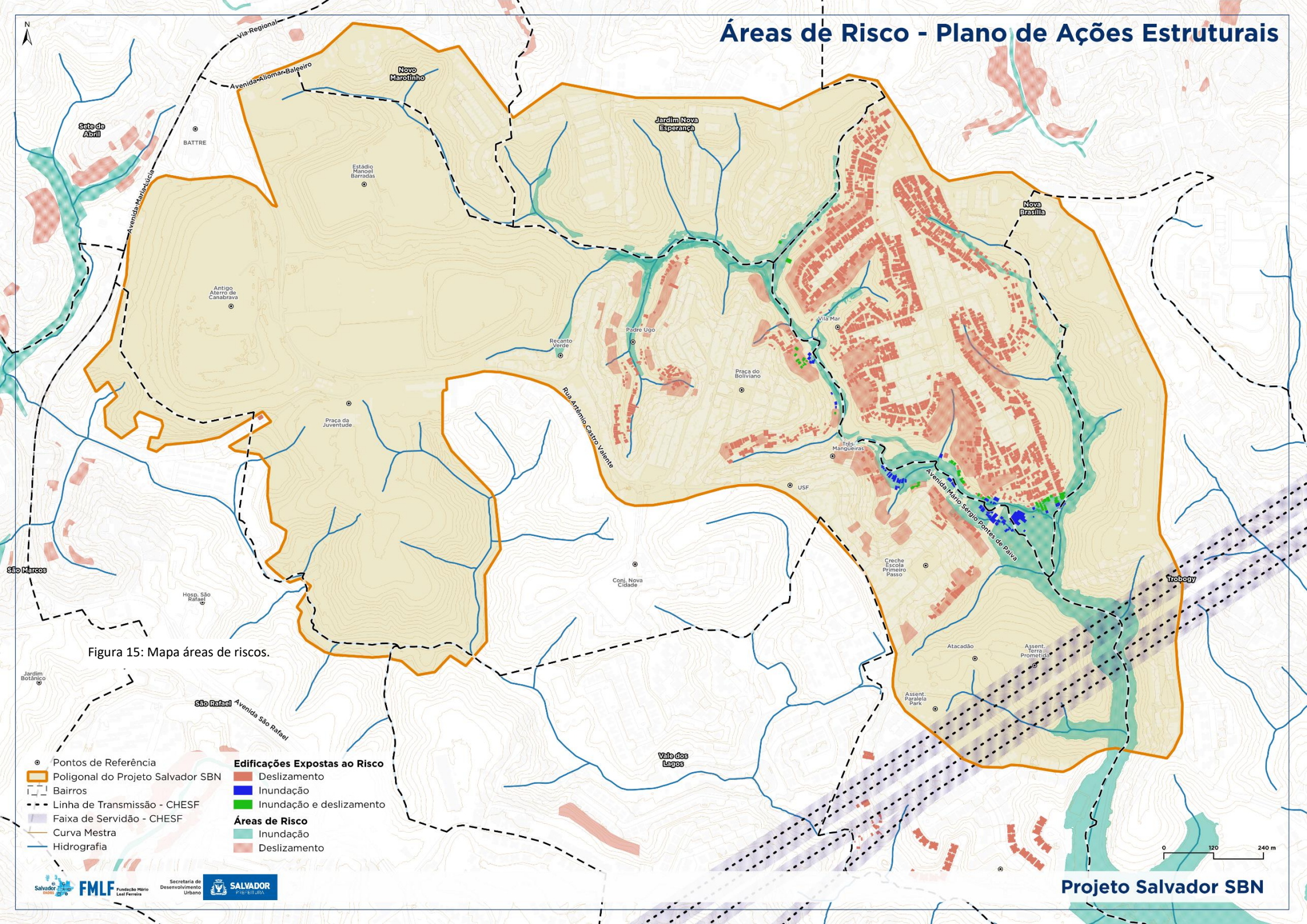



Figura 15: Mapa áreas de riscos.

### 3.4 Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais

As comunidades de Canabrava e Vila Mar inserem-se em território de forte identidade afro-brasileira e intensa produção cultural comunitária, características marcantes do Miolo de Salvador. O território abriga práticas culturais, religiosas e associativas vinculadas às trajetórias históricas de ocupação popular, resistência urbana e organização comunitária. Alguns espaços de culto para religiões de matriz africana encontram-se em zona inundável e em encostas susceptíveis a deslizamentos.

Em Canabrava, a memória social relacionada ao antigo lixão e à trajetória dos catadores constitui elemento relevante do patrimônio cultural local, atualmente incorporado às propostas de recuperação ambiental e valorização comunitária associadas ao futuro Parque Socioambiental de Canabrava. Caso sejam identificados impactos sobre as atividades de catadores de materiais recicláveis durante a elaboração dos PRIs e Planos de Restauração de Meios de Subsistência (PRMS), será elaborado um Plano de Transição de Meios de Subsistência específico para esse público como apêndice ao respectivo PRMS. Este plano deverá ser desenvolvido com base em um diagnóstico socioeconômico atualizado, e através de um processo participativo com os catadores e instituições competentes. Deverá contemplar medidas para minimizar os impactos sobre seus meios de subsistência e apoiar a transição para alternativas sustentáveis de geração de renda, considerando a articulação com políticas públicas e iniciativas existentes.

Embora não haja na bacia do Rio Mocambo comunidades tradicionais formalmente reconhecidas nos termos da legislação federal, o que será confirmado quando do cadastramento da área, as futuras intervenções deverão considerar potenciais impactos sobre patrimônios culturais materiais e imateriais, incluindo territórios de matriz africana e práticas culturais comunitárias. As visitas de campo realizadas para a elaboração do Plano de Bairro de Canabrava permitiram identificar um terreiro em área de risco de deslizamento, e o diagnóstico realizado para Vila Mar indicou a presença de um terreiro em zona inundável. No primeiro caso, o reassentamento deste equipamento religioso poderá ser evitado, a depender das soluções de projeto de urbanismo e engenharia adotados nas fases subsequentes do Projeto Salvador SBN. No segundo caso, em que a remoção e o reassentamento são processos mais incontornáveis, serão adotadas as metodologias específicas desenvolvidas pela PMS nesse tema no âmbito do projeto Novo Mané Dendê, no qual oito terreiros foram afetados pela intervenção e sofreram reassentamento/compensação.

Apesar de as áreas das obras serem amplamente antropizadas e não haver indícios de patrimônio arqueológico, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Gregório de Mattos (FGM) serão envolvidos e consultados, quando pertinente.

### 3.5 Contexto de Segurança Pública e Violência Territorial

As comunidades de Canabrava e Vila Mar integram um território periférico marcado por alta vulnerabilidade socioeconômica, o que tem consequências em termos da segurança pública, que é influenciada por dinâmicas associadas à presença do tráfico de drogas, ao recrutamento de adolescentes por redes ilícitas e à ocorrência de conflitos armados e restrições à circulação. Este território como um todo é atendido pela 50ª Companhia Independente da Polícia Militar da Bahia. No caso do projeto de Vila Mar, o acesso à área foi sempre realizado com o acompanhamento de representantes da CODESAL e da Prefeitura-Bairro Pau da Lima, entidades municipais que possuem capilaridade e experiência em transitar e atuar nos territórios de ZEIS. Já no caso do Plano de Bairro de Canabrava, as visitas de campo foram realizadas com acompanhamento de lideranças e equipe social da FMLF. O Projeto Salvador SBN contará com tais suportes para a entrada nas duas comunidades e a construção de relação de confiança.

PRELIMINAR

As duas comunidades apresentam um padrão de violência estrutural relacionado à combinação entre desigualdade urbana, baixa oferta de oportunidades para a juventude e presença de economias ilícitas. Em Canabrava, o aumento recente dos crimes violentos letais intencionais evidenciado no Anuário da Segurança Pública da Bahia de 2021 consultado na elaboração do Plano de Bairro de Canabrava, e os relatos de moradores nas oficinas sobre a desconfiança em relação às abordagens policiais indicam a necessidade de fortalecer estratégias de policiamento comunitário e de prevenção social. Em Canabrava, destacam-se também a violência contra mulheres e o roubo de veículos como ocorrências frequentes, como referido nas entrevistas realizadas com moradores e oficiais lotados na 50ª Companhia Independente da Polícia Militar da Bahia (CIPM) que abrange o bairro. Em Vila Mar, registros divulgados na mídia confirmam a persistência de disputas e mecanismos de controle territorial por grupos ligados ao tráfico. Este quadro demanda estratégias contínuas de engajamento comunitário, comunicação territorial e atuação integrada entre equipes sociais, ambientais e operacionais do Projeto Salvador SBN.

Apesar disso, ambos os territórios contam com organizações comunitárias que promovem esporte, cultura e lazer como instrumentos de proteção social e prevenção da violência. Na leitura dos moradores de Canabrava, relatada nas oficinas e incluída no diagnóstico do Plano de Bairro de Canabrava, a vizinhança é tranquila e segura, e que os assaltantes são pessoas de fora do bairro. Considerando a escala da bacia hidrográfica, a segurança pública deve ser tratada de forma integrada às ações de urbanização, saneamento, regularização fundiária e inclusão social, reconhecendo que a melhoria das condições urbanas e o fortalecimento das redes comunitárias são fatores centrais para reduzir a vulnerabilidade e ampliar a sensação de segurança.

Dado o contexto de presença de facções criminosas e conflitos armados nas duas comunidades, o Projeto Salvador SBN adotará um conjunto proporcional de medidas de gestão de riscos de segurança, a ser formalizado no âmbito do PCAS e do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS). Essas medidas incluem:

- A elaboração e implementação de um PGRS (uma minuta deste está no Apêndice 2), estabelecendo procedimentos de acesso seguro às áreas de intervenção, arranjos de comunicação com autoridades civis e a CODESAL, sensibilidade a conflitos nas atividades de obra e mecanismos de reporte de incidentes. Tal sensibilidade refere-se à identificação, prevenção e gestão de riscos de tensões ou disputas sociais que possam surgir durante a execução das obras;
- Um pacote integrado de prevenção e resposta à exploração, abuso e assédio sexual (EAS/AS), composto por Código de Conduta (CdC) obrigatório para todos os trabalhadores (uma minuta deste está no Apêndice 3), canais de registro confidencial e separado do MRI geral do projeto, mapeamento de prestadores de serviços de violência de gênero em Salvador com celebração de acordos operacionais, e um Plano de Ação de EAS/AS com indicadores mensuráveis de desempenho; e
- Percursos de gestão de risco centrados nas pessoas sobreviventes, garantindo escolha informada, não investigação da vítima e encaminhamento ágil a serviços especializados. Esses instrumentos deverão ser finalizados antes da mobilização das obras civis e seus principais requisitos incorporados nos contratos de empreitada como obrigações contratuais vinculantes.

A realização do Projeto Mané Dendê também agregou experiência à PMS sobre como lidar com essas situações durante a realização das obras. Como boa prática decorrente dele, o Projeto Salvador SbN poderá incorporar um/a profissional especialista em segurança pública na equipe social, caso isso se mostre uma necessidade ao longo do processo.

PRELIMINAR

### 3.6 Situação Fundiária

Foram realizadas avaliações preliminares da situação fundiária na poligonal de intervenção do Projeto Salvador SBN no âmbito da elaboração tanto do Plano de Bairro de Canabrava quanto do Projeto de Adaptação Climática de Vila Mar. Parte da ZEIS Canabrava I tem sido objeto de regularização fundiária promovida pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA) da PMS. Este processo tem sido realizado desde 2022 através do programa "Casa Legal". De acordo com informação fornecida pela SEINFRA durante a elaboração do Plano de Bairro de Canabrava, em 2023 havia sido feita a selagem de 1.783 unidades, das quais 641 já tinham seus cadastros físicos e socioeconômicos realizados. Já a ZEIS Canabrava II foi originalmente aforada pela PMS a proprietário particular, e nela foi implantado o loteamento Parque Residencial Três Mangueiras, de propriedade de uma empresa do ramo imobiliário, conforme Termo de Acordo e Compromisso para sua implantação firmado em 23 de fevereiro de 1987.

A situação fundiária em Vila Mar foi levantada pela Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), que emitiu um parecer de dominialidade em 2022, no qual se indica que, na poligonal dos dois PAEs apresentada, integram o patrimônio fundiário do Município de Salvador as áreas de uso e gozo comum do povo, caracterizadas como via, passeio, canteiro, praça, escola. O parecer da SEFAZ de 2023, já considerando a poligonal de projeto adotada no âmbito do financiamento do CFF, indica outras áreas de domínio pleno da PMS: no vale que separa Vila Mar do restante do bairro de Nova Brasília e ao longo da Avenida Mário Sérgio. São neste último local onde se concentra a maior parte das intervenções de mitigação de risco de inundação e reassentamento em Vila Mar. Assim, um estudo mais detalhado da situação fundiária na poligonal do Projeto Salvador SBN, em articulação com as definições do projeto executivo, poderá esclarecer as eventuais necessidades de desapropriação, cujas soluções de compensação fazem parte dos instrumentos de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais do Projeto, conforme legislação nacional aplicável e normativa complementar representada pelo QAS do Banco Mundial, quando pertinente.

Na poligonal do projeto são encontradas cinco ZEIS (Zonas especiais de Interesse Social), assim discriminadas: ZEIS 69 – Canabrava II, ZEIS 75 Jardim Nova Esperança III, ZEIS 105 Nova Brasília de Baixo, ZEIS Canabrava e ZEIS 148- Jardim Nova Esperança II, conforme a Figura 16. O instituto da ZEIS, no plano local do Município de Salvador, encontra fundamento na Lei Complementar Municipal nº 074/2020, que instituiu normas específicas para a regularização fundiária urbana no Município, existe também o Decreto Municipal nº 33.421/2020, que regulamenta a aplicação da REURB, no âmbito municipal, estabelecendo competências, fluxos administrativos e atribuições dos órgãos envolvidos. Esse arcabouço normativo confere segurança jurídica ao processo, legitima a atuação do Município como agente promotor da regularização e assegura a conformidade legal dos atos administrativos e registrais decorrentes da REURB nas Comunidades, objeto de intervenções.

Nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 13.465/2017, os Municípios estão expressamente legitimados a requerer a Regularização Fundiária Urbana, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta, bem como, a promover todos os atos necessários à sua efetivação, inclusive requerer os atos de registro junto ao cartório de registro de imóveis. Nesse contexto, o Município de Salvador possui competência legal não apenas para requerer a REURB nas comunidades que compõem o Projeto SBN Salvador, mas também, atuar como promotor da regularização fundiária, exercendo o papel de agente instrutor do processo administrativo de regularização.

PRELIMINAR

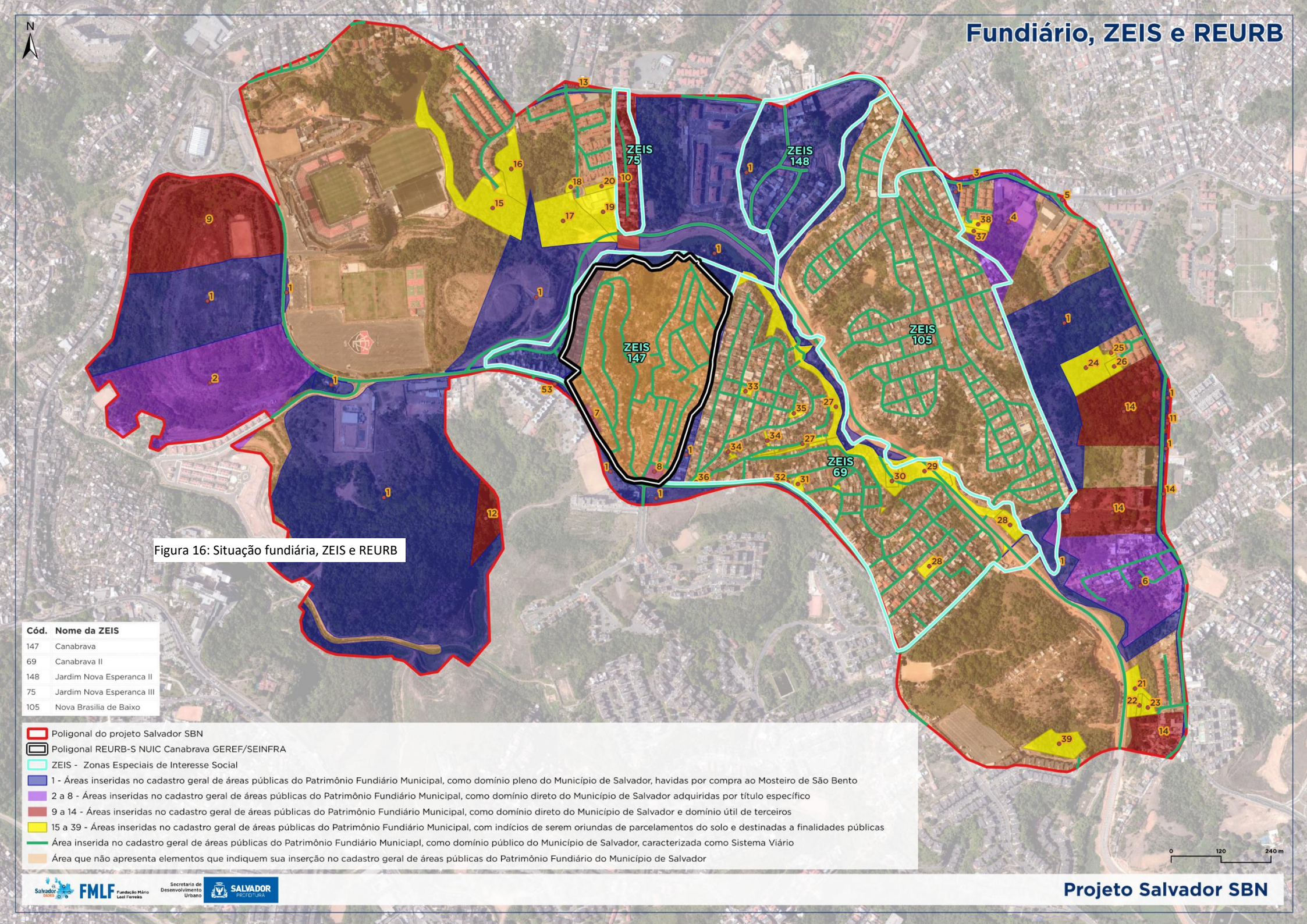



Figura 16: Situação fundiária, ZEIS e REURB

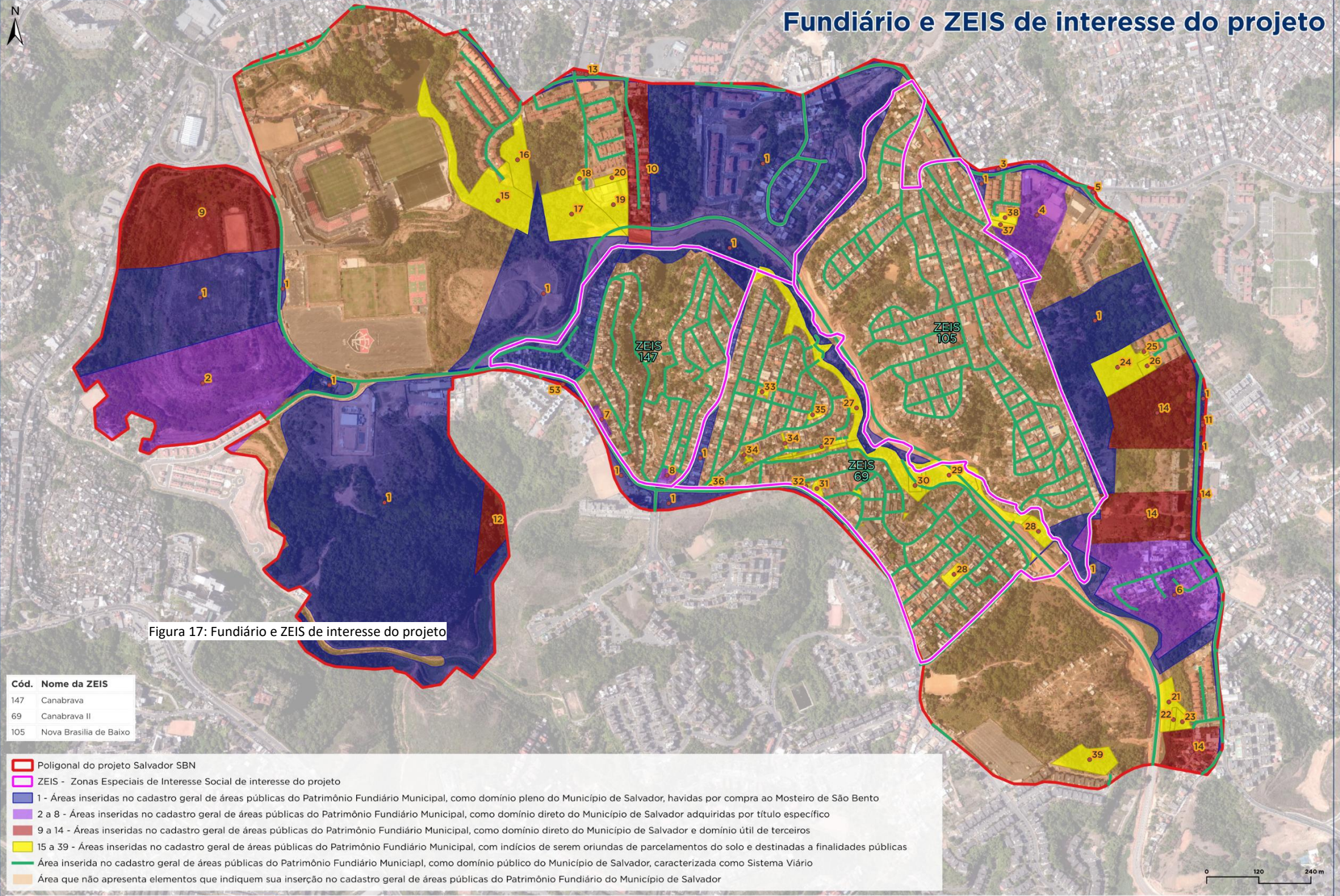



Figura 17: Fundiário e ZEIS de interesse do projeto

A Lei Federal nº 13.465/2017, em seu art. 15, prevê um rol amplo e exemplificativo de instrumentos jurídicos que podem ser empregados no âmbito da Regularização Fundiária Urbana, dentre os quais se destacam a legitimação fundiária, a legitimação de posse, a usucapião, a desapropriação em favor dos possuidores, a arrecadação de bem vago, o consórcio imobiliário, a desapropriação por interesse social, o direito de preempção, a transferência do direito de construir, a intervenção do poder público em parcelamento irregular, a alienação de imóvel pela administração pública ao detentor, a concessão de uso especial para fins de moradia, a concessão de direito real de uso, a doação e a compra e venda, sem prejuízo de outros instrumentos juridicamente adequados ao caso concreto.

A definição do(s) instrumento(s) jurídico(s) a ser (em) utilizado(s) na Regularização Fundiária do referido projeto dependerá dos resultados mais aprofundados do estudo fundiário e dominial a ser realizado pelo Município, o qual identificará a titularidade da área, a natureza jurídica do imóvel (público ou privado), à situação registral, eventuais ônus ou gravames e as condições de ocupação em maior detalhe. Ressalta-se que, no âmbito da política municipal de regularização fundiária, tem sido priorizada a utilização do instituto da legitimação fundiária, especialmente nos casos em que a área é de domínio do próprio Município, por se tratar de instrumento célere, eficaz e juridicamente adequado para a titulação definitiva dos ocupantes, garantindo segurança jurídica da posse e promovendo a inclusão formal dos beneficiários no sistema registral imobiliário.

Parte da ZEIS Canabrava I tem sido objeto de regularização fundiária promovida pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA) da PMS, conforme demonstrado na Figura 16. Este processo tem sido realizado desde 2022 através do programa “Casa Legal”. De acordo com informação fornecida pela SEINFRA durante a elaboração do Plano de Bairro de Canabrava, em 2023 havia sido feita a selagem de 1.783 unidades, das quais 641 já tinham seus cadastros físicos e socioeconômicos realizados. Já a ZEIS Canabrava II foi originalmente aforada pela PMS a proprietário particular, e nela foi implantado o loteamento Parque Residencial Três Mangueiras, de propriedade de uma empresa do ramo imobiliário, conforme Termo de Acordo e Compromisso para sua implantação firmado em 23 de fevereiro de 1987.

A fim de viabilizar as intervenções previstas no Projeto, deverá ser publicado Decreto de Utilidade Pública (DUP), declarando de utilidade pública as áreas necessárias à implantação das obras, equipamentos públicos, novas habitações e demais intervenções urbanas previstas.

## 4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS AFETADOS PELO PROJETO

O Projeto Salvador SBN terá como beneficiários diretos os moradores da Bacia do Rio Mocambo, abrangendo uma população de cerca de 22.359 habitantes (Censo de 2022), caracterizada predominantemente por pessoas vulneráveis de baixa renda, parte delas residentes em áreas de risco.

Estima-se que as intervenções previstas possam gerar impactos positivos relacionados à melhoria das condições de habitabilidade, infraestrutura urbana, saneamento, mobilidade, redução de riscos e qualificação ambiental. Contudo, elas poderão também trazer impactos adversos temporários e permanentes, especialmente associados a obras urbanas, restrições de acesso, interferências sobre atividades econômicas e necessidade de reassentamento involuntário de famílias situadas em áreas diretamente afetadas pelas intervenções.

Os principais grupos afetados identificados até o momento incluem:

- Moradores da área de intervenção, em particular em Canabrava e Vila Mar;
- Famílias moradoras em áreas de risco nessas localidades;

PRELIMINAR

- Comerciantes e trabalhadores locais, incluindo trabalhadores informais e catadores;
- Usuários dos espaços públicos e equipamentos urbanos;
- Associações locais, dentre elas coletivos culturais, esportivos e religiosos, incluindo comunidades de religião de atriz africana com espaços de culto em Canabrava e Vila Mar;
- Famílias potencialmente afetadas por reassentamento físico ou econômico.

Também foram identificadas partes interessadas institucionais relevantes, incluindo órgãos municipais, organizações da sociedade civil, entidades profissionais, setor privado, instituições religiosas, imprensa e organizações de apoio técnico e social, que devem ser articuladas no processo de planejamento e execução.

Além desses, destacam-se como grupos potencialmente mais vulneráveis no âmbito do Projeto Salvador SBN:

- Mulheres, especialmente chefes de família monoparentais;
- População negra;
- Idosos;
- Pessoas com deficiência;
- Crianças e adolescentes;
- População LGBTQIAPN+;
- Pessoas passíveis de reassentamento;
- Trabalhadores informais;
- Famílias em extrema vulnerabilidade socioeconômica.

A combinação entre vulnerabilidades socioeconômicas, raciais, territoriais, de gênero e exposição ambiental contribui para ampliar a suscetibilidade desses grupos aos impactos das mudanças climáticas. Assim, a intervenção deve adotar abordagens diferenciadas de participação, comunicação e mitigação de impactos em consonância com os diversos grupos afetados e envolvidos.

Considerando o estágio atual de elaboração dos projetos de urbanismo, infraestrutura urbana e arquitetura, ainda existem lacunas de informação relativas a:

- O quantitativo de famílias potencialmente afetadas, ainda que os levantamentos agregados de Canabrava e Vila Mar para o Projeto Salvador SBN já tenham identificado uma necessidade preliminar de remoção de 770 imóveis, por estarem majoritariamente em situação de risco. Deve-se considerar, no entanto, que este número poderá ser reduzido em função das decisões de projeto em nível executivo, que deverão considerar medidas para evitar remoções de imóveis e o consequente reassentamento de famílias e negócios;
- O perfil socioeconômico das famílias sujeitas a reassentamento;
- A identificação pormenorizada de grupos vulneráveis específicos; e
- A caracterização das dinâmicas econômicas locais.

Essas informações serão detalhadas e continuamente atualizadas no âmbito do PEPI, do MRI e dos demais instrumentos socioambientais do projeto, que estabelecerão os mecanismos de engajamento, comunicação, consulta e tratamento de queixas ao longo de todo o ciclo de vida do Projeto Salvador SBN.

PRELIMINAR

# 5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NORTEADORES DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

## 5.1 Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial

A Política Ambiental e Social do Banco Mundial para Financiamento de Projetos de Investimento estabelece os requisitos que esta instituição deve cumprir para apoiar seus clientes no desenvolvimento e na implementação de programas e projetos que sejam sustentáveis de um ponto de vista socioambiental, assim como para fortalecer a capacidade deles de avaliar e gerir riscos e impactos socioambientais.

Para o alcance dos seus requisitos, o Banco Mundial exige que os Mutuários conduzam uma avaliação ambiental e social dos programas propostos para financiamento, de acordo com a Norma Ambiental e Social (NAS) 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais. A partir desta avaliação, o Banco Mundial considera a natureza e importância dos potenciais riscos e impactos socioambientais, o tempo de desenvolvimento e implementação do projeto, a capacidade do Mutuário e de outras entidades envolvidas no desenvolvimento e implementação do projeto e as medidas e ações específicas a serem implementadas ou adotadas pelo Mutuário para lidar com tais riscos e impactos.

De acordo com a Política Ambiental e Social do Banco Mundial para o Financiamento de Projetos de Investimento, estes podem ser classificados como de:

- Risco Ambiental e Social Alto, que incluem as operações, projetos ou atividades que tendem a gerar uma ampla gama de riscos e impactos adversos significativos para as populações humanas e o ambiente como consequência de sua grande escala, natureza perigosa e/ou da sensibilidade de sua localização, cujas medidas de mitigação de impactos possam não ser possíveis ou efetivas.
- Risco Ambiental e Social Substancial, que incluem as operações, projetos ou atividades que sejam menos complexas, menores em escala ou menos sensíveis que as de alto risco, que possam ser preparadas e implementadas em ambientes onde a capacidade técnica e as tecnologias de se podem evitar, minimizar, reduzir ou mitigar seus impactos adversos mais significativos.
- Risco Ambiental e Social Moderado, que incluem as operações, projetos ou atividades que ou (i) apresentam um potencial limitado de levarem a riscos e impactos ambientais e sociais adversos, ou (ii) cujos impactos adversos são menores em número, geralmente restritos em sua área de influência, passíveis de serem revertidos por medidas de mitigação amplamente conhecidas ou (iii) apresentam um número muito limitado de riscos e impactos ambientais e sociais adversos que sejam diversos, irreversíveis ou sem precedentes.
- Risco Ambiental e Social Baixo, que incluem as operações, projetos ou atividades que apresentam um potencial mínimo ou negligenciável de causarem riscos e impactos ambientais e sociais adversos.

São ainda requisitos do Banco Mundial: (i) a devida diligência ambiental e social, que prevê que os esforços de gestão socioambiental deverão ser adequados à natureza e dimensão do projeto e realizada de forma proporcional ao nível dos riscos e impactos socioambientais, com a devida consideração à hierarquia de mitigação; (ii) o apoio ao uso do sistema ambiental e social do cliente (quadro legal, institucional e político); (iii) o estabelecimento de um Plano de Compromisso Ambiental e Social; (iv) a divulgação de informações; (v) a consulta e participação; e (vi) mecanismo de queixa.

PRELIMINAR

### 5.1.1 Avaliação de Relevância

Os projetos apoiados pelo Banco Mundial por meio de Financiamento de Projetos de Investimento, como é o caso do Projeto Salvador SBN, devem atender às NAS integrantes do QAS do Banco Mundial que entrou em vigor em outubro de 2018.

O QAS possui uma estrutura que permite ao Banco Mundial e a seus países clientes gerenciar melhor os riscos ambientais e sociais dos projetos. As NAS estabelecem os objetivos a serem alcançados pelos Mutuários no que diz respeito à identificação, avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais.

Na sequência são apresentadas, de maneira resumida, as dez NAS que integram o QAS. As primeiras análises feitas durante a preparação do Projeto Salvador SBN, indicaram que nove delas são relevantes (Quadro 7):

Quadro 7: Relevância das NAS para o Projeto Salvador SBN.

| NAS | Relevância |
|---|---|
| NAS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais | Relevante |
| NAS 2: Condições de Trabalho e Mão de Obra | Relevante |
| NAS 3: Eficácia no Uso dos Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição | Relevante |
| NAS 4: Saúde e Segurança Comunitária | Relevante |
| NAS 5: Aquisição de Terras, Restrições ao Uso da Terra e Reassentamento Involuntário | Relevante |
| NAS 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos | Relevante |
| NAS 7: Povos Indígenas/Comunidade Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana | Não relevante, por conta do número de indígenas envolvido |
| NAS 8: Patrimônio Cultural | Relevante |
| NAS 9: Intermediários Financeiros | Não relevante, por não envolver atores com este papel no Projeto |
| NAS 10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações | Relevante |

O Projeto Salvador SBN foi classificado preliminarmente como de risco social e ambiental substancial. Por conta disso, foi acordada a preparação dos seguintes instrumentos de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais:

- Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS, este documento);
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI); e
- Marco de Reassentamento Involuntário (MRI), no Apêndice 1.

Os demais planos e projeto indicados no Capítulo 9 também serão desenvolvidos como medida de mitigação de risco social e ambiental. No Quadro 8 estão relacionadas as NAS relevantes e sua respectiva aplicabilidade ao Projeto.

PRELIMINAR

Quadro 8: NAS aplicáveis ao Projeto Salvador SBN.

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 1 – Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais | Define as responsabilidades do Mutuário no que diz respeito à avaliação, gestão e monitoramento de riscos e impactos socioambientais associados a cada fase de um projeto apoiado pelo Banco Mundial por meio do Financiamento de Projetos de Investimento para a consecução de resultados ambientais e sociais consistentes com as Normas Ambientais e Sociais.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Identificar, avaliar e gerir os riscos e impactos socioambientais do projeto de modo consistente com as NAS.<br>(ii) Adotar uma abordagem de hierarquia de mitigação para antecipar e evitar riscos e impactos; quando não for possível evitar, minimizar ou reduzir os riscos e impactos para níveis aceitáveis; uma vez que os riscos e os impactos tenham sido minimizados ou reduzidos, mitigá-los; e quando permanecerem impactos significativos residuais, compensá-los ou neutralizá-los, quando for viável do ponto de vista técnico e financeiro.<br>(iii) Adotar medidas diferenciadas para que os impactos negativos não recaiam desproporcionalmente sobre os desfavorecidos ou vulneráveis e que estes não sejam prejudicados na partilha dos benefícios e oportunidades de desenvolvimento resultantes do projeto.<br>(iv) Utilizar as instituições ambientais e sociais nacionais, sistemas, leis, regulamentos e procedimentos na avaliação, desenvolvimento e implementação de projetos, quando apropriado.<br>(v) Promover melhores desempenhos socioambientais, de forma a reconhecer e fortalecer a capacidade do Mutuário. | Deve ser preparada uma avaliação ambiental e social do Projeto, que fará parte de seu planejamento e será utilizada para identificar ações e medidas de mitigação, assim como para melhorar a tomada de decisão. | Este documento (MGAS) compreende o atendimento ao requisito, incluindo a avalição de riscos e impactos, bem como a proposição de estratégias e instrumentos para seu adequado endereçamento. |

PRELIMINAR

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 2 – Mão de Obra e Condições de Trabalho | Reconhece a importância da criação de emprego e geração de renda na busca da redução da pobreza e crescimento econômico inclusivo. Ao assegurar que os trabalhadores do projeto sejam tratados de forma justa, com condições de trabalho seguras e saudáveis, os Mutuários podem promover relações sólidas entre trabalhadores e empregadores e potencializar os benefícios do desenvolvimento de um projeto.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Promover condições de trabalho seguras e saudáveis e assegurar que os trabalhadores do projeto receberão informações e documentações claras e de fácil compreensão a respeito dos seus respetivos termos e condições de emprego;<br>(ii) Promover o tratamento justo, a não discriminação e a igualdade de oportunidades para os trabalhadores do projeto;<br>(iii) Proteger os trabalhadores do projeto, incluindo categorias vulneráveis de trabalhadores, como mulheres, indivíduos com deficiências, crianças (em idade laboral, em conformidade com esta NAS) e trabalhadores migrantes, trabalhadores contratados, trabalhadores comunitários e trabalhadores de fornecimento primário;<br>(iv) Evitar o uso de todas as formas de trabalho forçado e infantil;<br>(v) Apoiar os princípios de liberdade de associação e negociação coletiva dos trabalhadores do projeto de maneira compatível com a legislação nacional; e<br>(vi) Fornecer meios acessíveis aos trabalhadores do projeto para levantar preocupações no local de trabalho. | O ordenamento jurídico brasileiro oferece uma base sólida e abrangente nessa matéria, com destaque para a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei nº 5.452/1943) e suas atualizações posteriores, além da Constituição Federal de 1988 — que consagra direitos fundamentais dos trabalhadores — e legislações complementares aplicáveis, como a Lei nº 9.019/1990 (saúde e segurança do trabalho) e as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego. O projeto mobilizará as seguintes categorias de trabalhadores: diretos, contratados, comunitários e de suprimento primário. | Este documento (MGAS) compreende as medidas complementares que visam cobrir as lacunas existentes entre o marco regulatório nacional e os requisitos da NAS 2, garantindo proteções equivalentes a todos os trabalhadores mobilizados pelo projeto, independentemente de sua modalidade de engajamento. O MGAS inclui planos específicos para lidar com temas de Violência Baseada em Gênero (VBG) e mecanismos de atenção a queixas diferenciados para trabalhadores, manifestações gerais e denúncias de assédio, Plano de Prevenção, e Modelo de CdC, cuja minuta está no Apêndice 3. |

PRELIMINAR

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 3 – Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição | Estabelece os requisitos para a abordagem da eficiência dos recursos e prevenção e gestão da poluição durante o ciclo de vida do projeto.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Promover o uso sustentável dos recursos, incluindo energia, água e matérias-primas durante todo ciclo de vida do projeto;<br>(ii) Evitar ou minimizar os impactos negativos na saúde humana e meio ambiente, evitando ou minimizando a poluição proveniente das atividades do projeto;<br>(iii) Evitar ou minimizar as emissões de poluentes de curta e longa duração relacionadas com o projeto. | O Mutuário considerará as condições do ambiente e aplicará medidas de prevenção da poluição e de eficiência de recursos que sejam viáveis do ponto de vista técnico e financeiro, de acordo com a hierarquia de mitigação. As medidas deverão ser proporcionais aos riscos e impactos associados ao Projeto. | Este documento (MGAS) compreende o atendimento ao requisito. |

PRELIMINAR

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 4 – Saúde e Segurança Comunitárias | Procura avaliar se as atividades, equipamentos e infraestrutura do projeto podem aumentar a exposição a riscos de saúde e segurança das comunidades afetadas pelo projeto bem como as ações de mitigação a serem adotadas pelo mutuário para mitigá-las.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Antecipar e evitar impactos adversos na saúde e segurança das comunidades afetadas pelo projeto durante o seu ciclo de vida, tanto em circunstâncias rotineiras como não rotineiras;<br>(ii) Promover qualidade e segurança, bem como considerações relacionadas com alterações climáticas, na concepção e construção de infraestruturas;<br>(iii) Evitar ou minimizar a exposição da comunidade aos riscos de segurança rodoviária e de trânsito relacionados com o projeto, doenças e materiais perigosos;<br>(iv) Dispor de medidas eficazes para enfrentar emergências; e<br>(v) Garantir a proteção dos funcionários e da propriedade de forma a evitar ou minimizar os riscos para as comunidades afetadas pelo projeto. | Deverão ser avaliados os riscos e impactos dos projetos na saúde e segurança das comunidades afetadas durante o ciclo de vida do projeto, incluindo aquelas que, em virtude das suas características específicas, possam ser mais vulneráveis.<br>Devem ser identificados os riscos e impactos e propor medidas de gestão em conformidade com a hierarquia de mitigação. | Este documento (MGAS) compreende o atendimento ao requisito, incluindo medidas para mitigação de aspectos relacionados a VBG, Protocolo de Gestão de Riscos de Segurança (PGRS) e atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). |

PRELIMINAR

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 5 – Aquisição de Terras, Restrições ao Uso de Terras e Reassentamento Involuntário | Reconhece que a aquisição de terras relacionadas com o Projeto ou restrições ao uso das terras podem ter impactos adversos nas comunidades e indivíduos. A aquisição de terras para o projeto ou restrições ao uso das terras podem provocar o desalojamento físico (relocalização, perda de terras residenciais ou de abrigo), perdas econômicas (perda de terras, ativos, ou acesso a ativos, incluindo os que levem à perda de fontes de rendimentos ou outros meios de subsistência) ou ambos. O termo "reassentamento involuntário" refere-se a estes impactos. O reassentamento é considerado involuntário quando os indivíduos ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar a aquisição de terras ou as restrições ao uso de terras que geram relocalização.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Evitar o reassentamento involuntário ou, quando inevitável, minimizar o reassentamento involuntário, explorando alternativas de concepção do projeto.<br>(ii) Evitar a despejo forçado.<br>(iii) Mitigar os impactos sociais e econômicos negativos inevitáveis ligados à aquisição de terras ou restrições ao uso da terra, mediante as seguintes estratégias: (a) fornecer compensação, de forma antecipada, pela perda de ativos a custo de reposição e (b) ajudar os indivíduos deslocados nos seus esforços para melhorar, ou pelo menos restaurar, os seus meios de subsistência e padrão de vida, em termos reais, aos níveis prevalecentes antes do início da implementação do projeto, o que for maior.<br>(iv) Melhorar as condições de vida dos indivíduos pobres ou vulneráveis, que estão fisicamente desalojados, por meio da provisão de habitação adequada, acesso a serviços e instalações e segurança da posse de terra.<br>(v) Conceber e executar as atividades de reassentamento como programas de desenvolvimento sustentável, fornecendo recursos de investimento suficientes para permitir que os indivíduos deslocados se beneficiem diretamente do Projeto, conforme a natureza do projeto possa justificar.<br>(vi) Garantir que as atividades de reassentamento sejam planejadas e implementadas com a divulgação adequada de informação, consulta relevante e participação informada dos indivíduos afetados. | Deve ser preparada uma avaliação ambiental e social do Projeto, a fim de identificar o instrumento adequado para dar diretrizes específicas quanto às questões de reassentamento involuntário advindas de sua implementação. | Este documento (MGAS) compreende o atendimento ao requisito, estabelecendo um MRI (no Apêndice 1) para o Projeto, que determina princípios, parâmetros mínimos e compromissos institucionais para lidar com os impactos do reassentamento involuntário no âmbito do Projeto, com especial atenção a recortes de gênero e comunidades de matriz africana. |

PRELIMINAR

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 6 – Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos | Reconhece que a proteção e conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais vivos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Biodiversidade é definida como a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, nomeadamente, os ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos de outro tipo e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; inclui a diversidade no âmbito das espécies, entre as espécies e nos ecossistemas. A biodiversidade geralmente é a base dos serviços ecossistêmicos que os seres humanos valorizam. Os impactos na biodiversidade, portanto, podem amiúde afetar negativamente a prestação dos serviços ecossistêmicos.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Proteger e conservar a biodiversidade e os habitats;<br>(ii) Aplicar a hierarquia de mitigação e uma estratégia preventiva na concepção e implementação de projetos que possam ter um impacto na biodiversidade;<br>(iii) Promover a gestão sustentável dos recursos naturais vivos;<br>(iv) Apoiar os meios de subsistência das comunidades locais, incluindo os Povos Indígenas, e o desenvolvimento econômico inclusivo, através da adoção de práticas que integrem as necessidades de conservação e as prioridades de desenvolvimento. | Deve ser preparada uma avaliação ambiental e social do Projeto como parte de seu planejamento, a qual será utilizada para identificar ações e medidas de mitigação, bem como para melhorar a tomada de decisão.<br>Quando esta avaliação identificar possíveis riscos e impactos à biodiversidade ou aos habitats, o Mutuário administrará esses riscos e impactos em conformidade com a hierarquia de mitigação.<br>O Mutuário adotará uma estratégia de precaução e aplicará práticas de gestão adaptativa, em que a implementação de medidas de mitigação e de gestão sejam sensíveis às alterações das condições e aos resultados do monitoramento dos projetos | Este documento (MGAS) compreende o atendimento ao requisito. Será elaborado um Plano de Proteção da Biodiversidade (PPB). |

PRELIMINAR

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 8 – Patrimônio Cultural | Estabelece medidas para garantir que o mutuário proteja o patrimônio cultural durante todo o ciclo de vida do projeto.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Proteger o patrimônio cultural dos impactos negativos das atividades do projeto e apoiar a sua preservação;<br>(ii) Abordar o patrimônio cultural como um aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável;<br>(iii) Promover a consulta relevante com as partes interessadas relativamente ao patrimônio cultural; e,<br>(iv) Promover a distribuição equitativa dos benefícios de uso do patrimônio cultural. | Deverá ser estabelecido um procedimento de descoberta casual que definirá a forma como essas serão administradas.<br>Esse procedimento descreverá as ações a serem adotadas e os procedimentos a serem seguidos caso algum patrimônio cultural previamente desconhecido seja encontrado durante as atividades do projeto, incluindo: a obrigação de notificar os órgãos competentes sobre os objetos ou sítios encontrados por especialistas em patrimônio cultural; cercar as áreas dos achados para evitar qualquer possibilidade de distúrbios adicionais; conduzir uma avaliação dos objetos ou sítios encontrados por especialistas do patrimônio cultural; identificar e implementar ações coerentes com os requisitos desta NAS e da legislação nacional; e capacitar os funcionários e trabalhadores do projeto sobre procedimentos relacionados a descobertas casuais. | Este documento (MGAS) compreende o atendimento ao requisito, ao enquadrar os espaços de culto das comunidades de religião de atriz africana como patrimônio material e imaterial, além de estabelecer procedimentos específicos para achados fortuitos. |

PRELIMINAR

| NAS | Objetivos | Requisitos | Aplicabilidade ao Projeto |
|---|---|---|---|
| NAS 10 – Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informação | Estabelece que o envolvimento das partes interessadas é um processo inclusivo conduzido durante todo o ciclo de vida do projeto, sendo uma parte fundamental das decisões iniciais e da avaliação, gestão e monitoramento dos seus riscos e impactos socioambientais.<br>Tem por objetivos:<br>(i) Estabelecer uma estratégia sistemática de envolvimento das partes interessadas, que ajudará os clientes a criarem e manterem uma relação construtiva com as partes interessadas e, em particular, com as partes afetadas pelo projeto;<br>(ii) Avaliar o nível de interesse das partes interessadas e seu apoio para o projeto e permitir que as suas opiniões sejam consideradas na concepção do projeto e no desempenho ambiental e social;<br>(iii) Promover e proporcionar meios para o envolvimento eficaz e inclusivo das partes afetadas pelo projeto durante todo o seu ciclo de vida, acerca de questões que poderiam afetá-las;<br>(iv) Garantir que informação apropriada sobre os riscos e impactos socioambientais do projeto seja tempestiva e compreensivelmente divulgada às partes interessadas de modo atempado; e<br>(v) Garantir que as comunidades afetadas pelo projeto tenham meios acessíveis e inclusivos para apresentar questões e queixas, e permitir que os Mutuários respondam e administram tais questões e queixas. | Deverá ser elaborado um PEPI, cobrindo os seguintes pontos:<br>• A identificação das diferentes partes interessadas, as partes afetadas pelo projeto e outras partes interessadas, incluindo as que, devido às suas circunstâncias particulares, podem estar em desvantagem ou vulneráveis e as que possam ter diferentes preocupações e prioridades sobre os impactos, mecanismos de mitigação e benefícios do projeto, e que podem exigir formas diferentes ou separadas de envolvimento;<br>• O calendário e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto, distinguindo as partes afetadas pelo projeto das outras partes interessadas.<br>• O leque de informações a serem comunicadas, bem como os respectivos prazos, às partes afetadas pelo projeto e outras partes interessadas<br>• O tipo de informação que se quer receber das partes interessadas;<br>• As medidas a serem usadas para remover os obstáculos à participação e para levar em consideração os pontos de vista dos diferentes grupos afetados;<br>• O mecanismo de queixa para receber e facilitar a resolução de dúvidas e reclamações das partes interessadas, que deve incluir: (i) meios diferentes pelos quais os usuários poderão enviar as suas queixas, (ii) um sistema no qual as queixas serão registadas por escrito e mantidas como uma base de dados; (iii) procedimentos anunciados publicamente, estabelecendo o prazo para a confirmação de recebimento, resposta e solução das queixas dos reclamantes, estrutura vigente e aos encarregados por tomar as decisões, e um procedimento de recurso (incluindo o sistema judiciário nacional) a que os reclamantes insatisfeitos possam recorrer quando uma solução para a queixa não tiver sido alcançada. | Foi elaborado o PEPI do Projeto Salvador SBN, que faz parte dos instrumentos de gestão referenciados neste MGAS. |

PRELIMINAR

## 5.2 Harmonização Normativa entre a Legislação Local e o QAS

Para as normas relevantes do QAS do Banco Mundial e, com vistas a garantir a harmonização entre este e a legislação local aplicável, são indicados os normativos legais nacionais, estaduais e municipais correlatos às características do Projeto Salvador SBN. Este marco regulatório deverá ser cumprido pelo Mutuário, de acordo com a aplicabilidade das NAS sobre as atividades que serão desenvolvidas no Projeto (Quadro 9).

Quadro 9: Marco regulatório correlato ao Projeto Salvador SBN.

| NAS | Marco Regulatório Correlato | |
|---|---|---|
| NAS 1 – Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais | Constituição Federal de 1988 | Assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. |
| | Lei Federal nº 6.766/1979 | Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. |
| | Lei Federal nº 6.938/1981 | Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. |
| | Resolução CONAMA nº 01/1986 | Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. |
| | Resolução CONAMA nº 237/1997 | Regulamenta o licenciamento ambiental. |
| | Lei Complementar Federal nº 140/2011 | Dispõe sobre a cooperação entre União, estados e municípios na proteção ambiental. |
| | Lei Federal nº 12.651/2012 | Código Florestal Brasileiro: estabelece normas para proteção da vegetação nativa em APP, reserva legal, uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados. |
| | Lei Estadual nº 10.431/2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.024/2012 | Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. |
| | Lei Municipal nº 8.915/2015, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 29.921/2018 | Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. |
| NAS 2 – Mão de Obra e Condições de Trabalho | Decreto Lei nº 5.452/1943 | Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). |
| | Lei Federal nº 6.019/1974, alterada pela Lei nº 13.429/2017 | Regula a contratação de trabalho temporário e terceirizado. |
| | Constituição Federal de 1988 | Estabelece direitos fundamentais dos trabalhadores (art. 7º), como salário mínimo, jornada, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e proteção contra despedida arbitrária; garante igualdade, não discriminação e liberdade sindical; define competências da União para legislar sobre direito do trabalho. |

PRELIMINAR

| NAS | Marco Regulatório Correlato | |
|---|---|---|
| | NR do Ministério do Trabalho e Emprego | As NR estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) são disposições complementares ao Capítulo V da CLT. |
| | Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) | O Brasil é signatário de diversas convenções da OIT, com destaque aqui para aquelas referentes ao trabalho forçado (Convenção OIT 29, refletida no Decreto nº 41.721/1957) e ou trabalho infantil (Convenção OIT 138 e Decreto nº 4.134/2002). |
| | Lei Complementar Municipal nº 01/1991 | Lei Orgânica do Município de Salvador, que estabelece as diretrizes constitucionais locais, inclusive relativas ao serviço público em nível municipal, |
| NAS 3 – Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição | Lei Federal nº 9.433/1997 | Política Nacional de Recursos Hídricos. |
| | Lei Federal nº 12.187/2009 | Política Nacional sobre Mudança do Clima. |
| | Lei Federal nº 12.305/2010 | Política Nacional de Resíduos Sólidos: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. |
| | Resolução CONAMA nº 430/2011 | Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes. |
| | Lei Federal nº 14.026/2020 | Marco Legal do Saneamento Básico. |
| | Lei Municipal nº 9875/2025 | Institui a Política Municipal de Saneamento Básico, aprova o Plano de Saneamento Básico Integrado do Município do Salvador, os seus instrumentos, e dá outras Providências. |
| NAS 4 – Saúde e Segurança Comunitárias | Lei Federal nº 8.080/1990 | Lei Orgânica da Saúde; dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. |
| | Lei Federal nº 12.608/2012 | Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. |
| | Lei Federal nº 13.614/2018 | Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). |
| | Normas de sinalização do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) | Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito (nove volumes). |
| | Lei Estadual nº 14.878/2025 | Institui o Código de Vigilância em Saúde do Estado. |
| | Lei Municipal nº 9.374/2018 | Política Municipal de Mobilidade Urbana de Salvador. |
| | Lei Municipal nº 9.525/2020 | Institui o Código Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Salvador. |
| | Lei Municipal nº 554/2026 | Institui o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (PMSPDS) da cidade. |
| NAS 5 – Aquisição de Terras, Restrições ao Uso de Terras e Reassentamento | Decreto-Lei Federal nº 3365/1941 | Trata da desapropriação por utilidade pública. |
| | Lei Federal nº 10.257/2001 | Estatuto da Cidade; define instrumentos de política urbana, como desapropriação, concessão de uso e direito de preempção; permite a desapropriação para fins de interesse social, como habitação popular ou projetos de urbanização. |
| | Lei nº 10.406/2002 | Código Civil; define o instituto da usucapião em suas diversas modalidades, com prazos próprios em relação à posse. |

PRELIMINAR

| NAS | Marco Regulatório Correlato | |
|---|---|---|
| | Lei nº 9.307/1996 e Lei nº 13.140/2015 | Introduziram, respectivamente (a) a possibilidade de opção pela via arbitral e (b) a de opção pela mediação, em que o particular desapropriado indicará um dos órgãos ou instituições especializadas em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação. |
| | Lei Federal nº 13.465/2017 | Dispõe sobre a REURB; define procedimentos para titulação, legitimação fundiária, reassentamento e urbanização de assentamentos informais. |
| | Norma Brasileira (NBR) 14.653 | Define metodologias e procedimentos para avaliação de diferentes tipos de bens, frutos e direitos, móveis e imóveis, em áreas rurais e urbanas bem é definida como a análise técnica, realizada por avaliador de imóveis. |
| | Lei Municipal nº 9.069/2016 | Dispõe sobre o PDDU; define diretrizes de ordenamento territorial, incluindo para ZEIS; orienta políticas de habitação e regularização fundiária. |
| | Lei Municipal nº 74/2020 | Institui o Programa de Regularização Fundiária Urbana e estabelece normas e procedimentos aplicáveis ao Procedimento Administrativo de REURB. |
| | Decreto Municipal nº 32.545/2020 | Regulamenta as ações destinadas ao Reassentamento das famílias atingidas pelo Programa de Saneamento Ambiental e de Urbanização do Subúrbio de Salvador - 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê e dá outras providências. |
| NAS 6 – Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos | Constituição Federal de 1988 | Estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. |
| | Lei Federal nº 9.605/1998 | Lei de Crimes Ambientais; dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. |
| | Lei Federal nº 9.985/2000 | Define regras para criação e gestão de unidades de conservação e proteção da biodiversidade. |
| | Lei Federal nº 11.428/2006 | Protege a vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, aplicável ao território de Salvador. |
| | Lei Federal nº 12.651/2012 | Código Florestal Brasileiro: estabelece normas para proteção da vegetação nativa em APP, reserva legal, uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados. |
| | Lei Federal Nº 14.119/2021 | Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. |
| | Lei Estadual nº 10.431/2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.024/2012 | Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. |
| | Lei Estadual nº 13.457/2015 | Disciplina a gestão das águas e proteção de bacias hidrográficas. |
| | Lei Municipal nº 8.915/2015, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 29.921/2018 | Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; regulamenta a emissão de efluentes líquidos e poluentes atmosféricos. |
| | Lei Municipal nº 9.069/2016 | Dispõe sobre o PDDU; define diretrizes ambientais, áreas de proteção e ordenamento territorial. |
| | Lei Municipal nº 9.187/2017 | Dispões sobre o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU); define parâmetros para supressão, transplante e poda de espécimes vegetais. |

PRELIMINAR

| NAS | Marco Regulatório Correlato | |
|---|---|---|
| | Lei Municipal nº 5.354/1998 | Dispõe sobre sons urbanos, fixa níveis e horários em que será permitida sua emissão, cria a licença para utilização sonora e dá outras providências. |
| | Decreto Municipal nº 40.965/2025 | Dispõe sobre o PMAMC do Município de Salvador. |
| NAS 8 – Patrimônio Cultural | Decreto-lei nº 25/1937 | Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. |
| | Constituição Federal de 1988 | Define o patrimônio cultural brasileiro e o dever estatal de sua proteção. |
| | Portaria IPHAN nº 420/2010 | Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. |
| | Lei Estadual nº 8.895/2003 | Dispõe sobre proteção e preservação do patrimônio cultural baiano. |
| | Lei Estadual nº 13.182/2014 | Protege comunidades negras, povos tradicionais e territórios culturais. |
| | Lei Municipal nº 7.867/2010 | Institui diretrizes de promoção da igualdade racial no município. |
| | Decreto Municipal nº 25.560/2014 | Reconhece oficialmente as formas de organização dos Povos e Comunidades de Terreiro na cidade. |
| | Lei nº 8.550/2014 | Lei de Preservação do Patrimônio Cultural; institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do município de Salvador e dá outras providências; fornece as diretrizes legais para o tombamento (proteção material da estrutura do terreiro) e o Registro Especial do Patrimônio Imaterial (proteção dos rituais, cantos e modos de vida). |
| | Lei Municipal nº 3.289/1983 | Disciplina áreas de proteção cultural e paisagística. |
| | Lei Municipal nº 9.069/2016 | Dispõe sobre o PDDU; prevê preservação cultural e paisagística integrada ao planejamento urbano. |
| NAS 10 – Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informação | Constituição Federal de 1988 | Garante direitos de participação, acesso à informação e controle social; prevê participação da população na formulação de políticas públicas. |
| | Lei Federal nº 10.257/2001 | Estatuto da Cidade; estabelece a gestão democrática da cidade como diretriz da política urbana; prevê instrumentos como audiências, debates, consultas públicas e conselhos para participação social no planejamento urbano. |
| | Lei Federal nº 12.527/2011 | Acesso à Informação; regula o acesso público a informações produzidas pelo poder público; define procedimentos de transparência ativa e passiva. |
| | Lei Federal nº 13.465/2017 | Dispõe sobre regularização fundiária urbana; define procedimentos para participação em processos de urbanização e regularização fundiária. |
| | Lei Municipal nº 8.376/2012 | Modifica a estrutura organizacional da prefeitura municipal do salvador e dá outras providências; tendo criado e estruturado as Prefeituras-Bairro de Salvador, unidades administrativas descentralizadas que funcionam como miniprefeituras, aproximando a gestão municipal da população e facilitando o acesso a serviços públicos. |
| | Lei Municipal nº 9.069/2016 | Dispõe sobre o PDDU; prevê mecanismos de gestão democrática e participação social urbana. |

### 5.3 Análise de Lacunas, Fragilidades e Propostas de Adequação

Em uma análise cruzando a legislação citada acima e as exigências das NAS, verificam-se tanto lacunas regulatórias — situações em que a normativa brasileira não prevê requisitos equivalentes aos das NAS —,

PRELIMINAR

quanto fragilidades na implementação da legislação existente, cujo cumprimento pleno nem sempre é assegurado na prática. O Quadro 10 sistematiza essas lacunas e fragilidades, e apresenta as ações previstas no Projeto Salvador SBN para colmatá-las e fortalecer a gestão ambiental e social de suas iniciativas.

Quadro 10: Lacunas entre o marco regulatório correlato ao Projeto Salvador SBN e as NAS.

| NAS | Lacunas pertinentes | Possíveis medidas de complementação |
|---|---|---|
| NAS 1 – Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais | Participação social não necessariamente contínua ao longo do ciclo do projeto. | Implementar o PEPI com consultas permanentes, devolutivas e mecanismo de queixas ao longo de todo o ciclo de vida do projeto. |
| | Avaliação de impactos cumulativos | Entende-se, a partir do levantamento preliminar de informações, que as áreas de influência direta e indireta do projeto não estão sob intervenção de outros empreendimentos de infraestrutura que ocorrem de maneira simultânea, não demonstrando, por ora, preocupações decorrentes de possíveis impactos cumulativos. Entretanto, quando forem realizados os estudos adicionais requeridos pelo processo de licenciamento, deverão ser adicionadas camadas de atenção ao tema para garantir que possíveis impactos cumulativos sejam identificados e endereçados adequadamente. |
| NAS 2 – Mão de Obra e Condições de Trabalho | Ausência de mecanismos específicos de queixas trabalhistas vinculados ao projeto. | Implantar canal confidencial para denúncias e reclamações trabalhistas, garantindo a adequada divulgação entre os trabalhadores do projeto e obrigatoriedade de cumprimento desse requisito por parte das empresas contratadas pelo projeto. |
| | Tratamento limitado de riscos de EAS/AS e VBG. | Implementar o PPREASAS, CdC e capacitações obrigatórias por parte da PMS e das empresas contratadas pelo Projeto. |
| | Necessidade de controle socioambiental mais robusto sobre empresas terceirizadas. | Exigir cumprimento de requisitos ambientais e sociais, e de saúde e segurança do trabalho pelas contratadas, incluindo a verificação das empresas subcontratadas e fornecedores primários quanto à citação em Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego. |
| | Especificidades relacionadas à utilização de trabalhadores comunitários na implementação ou manutenção de ações do Projeto. | Adotar procedimentos específicos para trabalhadores comunitários, assegurando critérios transparentes de seleção, capacitação, condições adequadas de saúde e segurança, acesso ao mecanismo de queixas e supervisão das atividades, quando aplicável. |
| NAS 3 – Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição | Controle operacional insuficiente de resíduos e poluição difusa em obras urbanas. | Implantar o PGRCC e o Plano de Controle Ambiental (PCA). |
| | Baixa integração entre urbanização e adaptação climática. | Assegurar a incorporação de SBN, como previsto no escopo do Projeto Salvador SBN, no modelo de contratação Design & Build, previsto pelo Banco Mundial. |
| | Gestão de passivos ambientais urbanos complexos. | Realizar protocolos específicos para as áreas potencialmente contaminadas associadas ao antigo aterro de Canabrava e, em particular, implementar o |

PRELIMINAR

| NAS | Lacunas pertinentes | Possíveis medidas de complementação |
|---|---|---|
| | | projeto de fertirrigação com uso do chorume do aterro Canabrava na irrigação de gramíneas e arbustos. |
| | Necessidade de abordagem específica para áreas potencialmente contaminadas. | Realizar avaliação e manejo ambiental preventivo nas áreas relacionadas ao antigo aterro de Canabrava, em especial ao longo do Rio Mocambo, no âmbito do PCA. |
| NAS 4 – Saúde e Segurança Comunitárias | Ausência de protocolos específicos para emergências associadas às obras e eventos extremos. | Implantar Plano de Preparação e Resposta a Emergências (PPRE). |
| | Tratamento limitado dos riscos associados à violência territorial e segurança operacional. | Desenvolver o PGRS para atuação segura das equipes e execução das obras, com o reforço do trabalho técnico social (TTS) focado na resolução de conflitos ligados a processos de violência e de ação de facções criminosas, no âmbito do PTTS. |
| | Necessidade de medidas específicas de segurança comunitária durante as intervenções. | Adotar planos de sinalização, circulação segura e comunicação de riscos, a serem requeridos às empresas construtoras. |
| | Necessidade de medidas específicas para prevenção da VBG e EAS/AS, assim como para a gestão adequada de serviços de segurança e vigilância nas obras. | Implementar o Plano de Equidade de Gênero (PEQUI) e o Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (PPREASAS), exigindo capacitação das equipes, mecanismos de denúncia e protocolos de conduta para as empresas contratadas e os serviços de segurança, incluindo sobre o uso proporcional da força e o relacionamento adequado com as comunidades. |
| NAS 5 – Aquisição de Terras, Restrições ao Uso de Terras e Reassentamento Involuntário | Proteção limitada a ocupantes sem titularidade formal. | Adotar modalidades de compensação compatíveis com a NAS 5 que prevejam soluções calculadas a custo de reposição, complementadas pelas lições aprendidas nos processos de reassentamento recentemente desenvolvidos pela PMS nos projetos Novo Mané Dendê, Guerreira Zeferina e Pé Preto. |
| | Ênfase predominante em indenização patrimonial, com menor foco em restauração socioeconômica. | Indicar alternativas de compensação diversificadas no MRI, que incorpora medidas de restauração de meios de vida e acompanhamento social, conforme experiência da PMS nos projetos Novo Mané Dendê, Guerreira Zeferina e Pé Preto. |
| | Ausência de monitoramento pós-reassentamento como prática obrigatória. | Implementar monitoramento pós-ocupação e acompanhamento das famílias reassentadas, de acordo com as diferentes modalidades de compensação implementadas, e conforme experiência da PMS nos projetos Novo Mané Dendê, Guerreira Zeferina e Pé Preto. |
| | Ausência de abordagem estruturada para avaliação e mitigação dos impactos diferenciados do reassentamento sobre grupos vulneráveis e em situação de vulnerabilidade interseccional. | Prever no MRI e nos futuros PRIs a identificação, consulta e atendimento diferenciado de grupos vulneráveis, com medidas proporcionais aos impactos sofridos, considerando gênero, raça, deficiência, idade, pobreza, atividades produtivas e vínculos territoriais, incluindo comunidades de terreiro e outros grupos que serão |

PRELIMINAR

| NAS | Lacunas pertinentes | Possíveis medidas de complementação |
|---|---|---|
| | | potencialmente mais afetados pelo deslocamento involuntário. |
| NAS 6 – Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos | Diferença conceitual na classificação de habitats | Realizar uma classificação explícita de habitats segundo a tipologia da NAS 6 durante a fase de avaliação ambiental, complementando os estudos exigidos pelo licenciamento ambiental brasileiro. Isso inclui determinar se os habitats afetados configuram habitats críticos, naturais ou modificados, e aplicar as estratégias de gestão correspondentes indicadas no PPB a ser elaborado. |
| | Necessidade de abordagem integrada entre urbanização, recuperação ambiental e conservação de APPs urbanas. | Incorporar, na fase de projeto executivo, medidas de recuperação ambiental e proteção de APPs no desenho das intervenções, priorizando SBN frente a soluções cinzas, quando equivalentes em termos do provimento de segurança. |
| | Baixa integração prática entre adaptação climática e gestão da biodiversidade urbana. | Elaborar, no âmbito do PPB, um inventário de biodiversidade como linha de base e monitorar sua evolução, durante e após a incorporação das SBN e outras ações estruturantes do projeto. |
| | Risco de supressão vegetal e impactos sobre remanescentes urbanos de Mata Atlântica | Adotar, no âmbito do PPB, procedimentos de manejo, compensação e monitoramento da vegetação afetada pelas obras, em articulação com a indicação de mecanismos para implantação, operação e manutenção de agroflorestas. |
| NAS 8 – Patrimônio Cultural | Patrimônio imaterial e referências culturais locais podem não ser adequadamente considerados nas intervenções propostas. | Incorporar uma avaliação de referências culturais comunitárias e memória territorial nas intervenções, a exemplo do Memorial do Catadores, projetado no Parque Socioambiental de Canabrava, e das especificidades relacionadas às culturas de matriz africana, representadas pelos terreiros de candomblé e demais manifestações religiosas correlatas. |
| | Ausência de obrigatoriedade de lidar com descobertas casuais quando estas ocorrem em sítios localizados em áreas não protegidas pelo patrimônio cultural oficial | Garantir a elaboração e aplicação de procedimentos para gerenciar achados fortuitos mesmo quando localizados em sítios não reconhecidos pelo patrimônio cultural oficial. |
| NAS 10 – Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informação | A legislação nacional prevê participação social, mas não exige engajamento contínuo ao longo de todo o ciclo do projeto. | Implementar o PEPI com consultas permanentes, devolutivas e atualização contínua das partes interessadas ao longo de todo o ciclo de vida do projeto, contando com a Prefeitura-Bairro Pau da Lima e os NUPDECs como pontos de entrada e atuação nas comunidades. |
| | Ausência de mecanismos específicos de gestão de queixas vinculados ao projeto | Implantar mecanismo acessível e contínuo de registro e tratamento de queixas. |
| | Participação de grupos vulneráveis pode ocorrer de forma limitada nos processos convencionais | Adotar estratégias específicas de inclusão de mulheres, população vulnerável e comunidades tradicionais nas consultas e processos participativos. |

PRELIMINAR

# 6. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

No Capítulo 2, foram identificadas as principais intervenções previstas no Projeto Salvador SBN, com potencial de gerar riscos e impactos ambientais e sociais, que são elencadas a seguir.

Para fins da avaliação socioambiental deste MGAS, entende-se por risco socioambiental "uma combinação da probabilidade de determinadas ocorrências de perigos e da gravidade dos impactos resultantes de tais ocorrências." Por outro lado, "impactos socioambientais referem-se a qualquer mudança, potencial ou real, (i) ao ambiente físico, natural ou cultural; e (ii) impactos sobre a comunidade adjacente e trabalhadores resultantes da atividade comercial a ser apoiada." Na avaliação preliminar que se segue, foram considerados recursos naturais e sociais e as possíveis interferências em cada um deles, bem como foram identificados os riscos com impactos tanto positivos quanto negativos relacionados ao escopo do Projeto.

## 6.1 Construção de Matriz de Risco e Avaliação de Impactos

A matriz de risco e avaliação de impactos foi elaborada considerando, para cada tipologia de intervenção (seja ela física ou imaterial), as principais ações previstas para sua execução e seus impactos estimados nos meios físicos, bióticos (fauna e flora) e socioeconômico. Posteriormente, são indicadas a natureza (positiva ou negativa) e significância (alta, média ou baixa) desses impactos, assim como os mecanismos de gestão propostos para se lidar com eles. A indicação desses mecanismos seguiu a hierarquia de mitigação adotada pelo Banco Mundial na NAS 1, priorizando prevenir impactos socioambientais adversos e, quando isso não for possível, adotando medidas de minimização, recuperação e compensação ambiental e social, associadas a mecanismos de monitoramento e participação comunitária ao longo do ciclo do Projeto.

É importante ressaltar que a avaliação realizada nesta etapa se enquadra como análise prévia, considerando os potenciais médios de geração de riscos e impactos das intervenções, os quais foram indicados com base na literatura e em intervenções similares com ações equivalentes. Em especial, foi considerada a experiência da PMS nos seguintes projetos correlatos:

- Novo Mané Dendê, maior intervenção socioambiental e de infraestrutura do Subúrbio Ferroviário de Salvador, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);), que envolveu o reassentamento de 769 famílias;
- Pé Preto, projeto de urbanização e habitação de interesse social (HIS) financiado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, do MCID, que envolve o reassentamento de 270 famílias; e
- Guerreira Zeferina, projeto de urbanização e HIS executado com recursos próprios, que envolveu o reassentamento de 257 famílias.

Assim, na etapa de definição, projeto executivo e realização das intervenções, uma nova avaliação de riscos e impactos poderá ser necessária, a depender do contexto de inserção das atividades, adequando esta análise preliminar à realidade da ação pretendida.

## 6.2 Riscos e Impactos Potenciais do Projeto Salvador SBN

No projeto Salvador SBN, os principais riscos e impactos identificados numa avaliação preliminar foram (Quadro 11):

PRELIMINAR

Quadro 11: Riscos e impactos sociais e ambientais preliminares do Projeto Salvador SBN.

| | |
|---|---|
| Impactos sociais | • Reassentamento involuntário: deslocamento estimado das famílias que habitam cerca 770 imóveis localizados em áreas de alto risco geológico e hidrológico.<br>• Vulnerabilidade socioeconômica: cerca de 70% das famílias afetadas pela intervenção recebem até 2 salários mínimos, exigindo mecanismos robustos de consulta, compensação e acompanhamento social.<br>• Segurança comunitária: a presença de facções criminosas na área representa risco para trabalhadores e comunidades locais.<br>• Riscos de EAS/AS: o aumento da exposição das comunidades pode decorrer do influxo de mão de obra externa no local.<br>• Patrimônio cultural afro-brasileiro: as intervenções podem afetar terreiros e outros locais de significado religioso e cultural para as comunidades. |
| Impactos ambientais | • Biodiversidade e ecossistemas: intervenções próximas a remanescentes da Mata Atlântica e zonas ripárias do Rio Mocambo podem causar degradação de habitats e perda de biodiversidade.<br>• Contaminação ligada aos passivos ambientais do antigo lixão de Canabrava: requalificação do antigo aterro sanitário traz riscos de contaminação do solo, das águas subterrâneas e dos corpos hídricos receptores, risco de explosividade por emissão de biogás em drenos verticais, e instabilidade geotécnica dos taludes, exigindo condições precedentes às obras e monitoramento contínuo.<br>• Impactos de construção: ruído, poeira, geração de resíduos, erosão em encostas íngremes e riscos à saúde e segurança ocupacional, associados às obras. |

O Quadro 12 apresenta em detalhe estes e demais impactos potenciais previamente mapeados com a implementação do Projeto Salvador SBN, com a indicação dos mecanismos de gestão previstos.

PRELIMINAR

Quadro 12: Matriz preliminar de risco e avaliação de impactos do Projeto Salvador SBN.

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| Componente 1: Resiliência e Oportunidades nas Comunidades de Vila Mar e Canabrava | | | | | | | | |
| Componente 1.1 – Investimentos em Infraestrutura Urbana Híbrida, Mitigação de Riscos, Recuperação e Preservação Ambiental | | | | | | | | |
| Infraestrutura urbana de drenagem/controle de cheias, abastecimento de água e saneamento | • implantação, ampliação ou adequação de redes de redes de abastecimento de água potável;<br>• implantação e ampliação de redes de esgotamento sanitário;<br>• implantação de sistemas de macrodrenagem e microdrenagem;<br>• recuperação de canais e dispositivos de drenagem;<br>• execução de escavações, recomposição de pavimentação, calçadas e acessos afetados pelas obras;<br>• instalação de ligações domiciliares;<br>• implantação de estruturas complementares necessárias aos sistemas;<br>• adequação do sistema de drenagem em áreas críticas de inundação;<br>• regularização do atendimento em áreas atualmente não servidas ou com atendimento precário. | • escavações e movimentação de solo;<br>• geração de resíduos, poeira e ruído;<br>• interferências temporárias na drenagem, circulação e acessibilidade;<br>• potencial interferência em redes de infraestrutura existentes<br>• risco temporário de erosão, assoreamento e lançamento de sedimentos. | • interferência pontual em APPs, vegetação urbana e cursos d'água;<br>• perturbação temporária causada pelas obras. | • transtornos temporários à mobilidade e acessibilidade;<br>• interferências na rotina das comunidades;<br>• incômodos temporários associados às obras (poeira, ruído);<br>• potencial reassentamento de unidades físicas (moradias, negócios ou outros usos);<br>• possíveis afetações temporárias a comércios locais;<br>• VBG principalmente pelo influxo de trabalhadores de obras;<br>• interrupção temporária em serviços básicos (abastecimento de água, energia);<br>• acidentes com trabalhadores ou pessoas das comunidades durante as obras. | negativa temporária | alta | • controle de erosão, sedimentos, poeira e ruído;<br>• gerenciamento e destinação adequada de resíduos;<br>• drenagem provisória e proteção de cursos d'água;<br>• recomposição rápida de vias e acessos;<br>• sinalização e gestão de tráfego;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• supervisão socioambiental das obras e contratadas;<br>• monitoramento da qualidade ambiental e da drenagem urbana;<br>• CdC para trabalhadores;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade;<br>• fomento à contratação de trabalhadores da comunidade. | • Plano de Controle Ambiental (PCA);<br>• Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);<br>• Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI);<br>• Plano de Preparação e Resposta a Emergências (PPRE);<br>• Planos de Reassentamento Involuntário (PRIs);<br>• Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS);<br>• instauração da Comissão de Acompanhamento de Obras e Reassentamento (CAO);<br>• Plano de Educação Sanitária e Ambiental (PESA);<br>• Plano de Proteção da Biodiversidade (PPB);<br>• Plano de Equidade de Gênero (PEQUI);<br>• Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (PPREASAS).<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • melhoria da drenagem urbana;<br>• redução de alagamentos e enxurradas;<br>• redução do lançamento irregular de esgoto;<br>• melhoria das condições sanitárias e ambientais;<br>• redução de erosão e degradação urbana. | • redução da poluição hídrica;<br>• melhoria da qualidade dos corpos hídricos;<br>• recuperação gradual das condições ambientais locais. | • melhoria das condições de saúde pública;<br>• redução da exposição a doenças de veiculação hídrica;<br>• melhoria da infraestrutura urbana e da qualidade de vida;<br>• redução da vulnerabilidade socioambiental da população. | positiva permanente | | | |
| SBN urbanas para solução/redução de riscos de deslizamentos, inundações e calor urbano, e promoção da biodiversidade | • implantação de drenagem sustentável;<br>• estabilização de encostas com SBN e soluções híbridas;<br>• revegetação de taludes e APPs;<br>• recuperação de canais e margens; | • escavações e movimentação localizada de solo;<br>• instabilidade temporária de taludes;<br>• erosão temporária;<br>• geração temporária de sedimentos, poeira, ruído | • supressão vegetal pontual;<br>• interferência temporária nas APPs, vegetação urbana e cursos d'água, tal como o afugentamento temporário da fauna ou a | • transtornos temporários às comunidades durante as obras, afetando a realização de suas atividades cotidianas;<br>• interferências na circulação local, incluindo alterações de tráfego; | negativa temporária; exceto para a o reassentamento, que, se não for feito seguindo | alta | • controle de erosão, estabilidade dos taludes, sedimentos, poeira e resíduos;<br>• gerenciamento e destinação adequada de resíduos;<br>• proteção, recuperação e monitoramento das APPs e recursos hídricos;<br>• revegetação imediata de áreas afetadas com espécies nativas; | • PCA;<br>• PGRCC;<br>• PPRE;<br>• PTTS;<br>• PRIs;<br>• PEPI;<br>• PESA; |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | • implantação de jardins de chuva e dispositivos de infiltração;<br>• controle de escoamento superficial;<br>• remoção pontual de ocupações em áreas de risco;<br>• monitoramento geotécnico e hidrológico;<br>• preservação e recuperação de áreas verdes da Bacia do Rio Mocambo;<br>• implantação de corredores verdes e áreas de agrofloresta;<br>• recuperação de APPs e margens de cursos d'água;<br>• gestão adequada de resíduos sólidos;<br>• proteção e monitoramento dos recursos hídricos;<br>• revegetação com espécies nativas;<br>• controle de processos de degradação ambiental. | e resíduos;<br>• interferências temporárias durante implantação das intervenções. | redução localizada da cobertura vegetal durante a execução das obras;<br>• possível perturbação temporária à fauna local por ruídos, vibrações e presença de máquinas;<br>• introdução de espécies exóticas por manejo inadequado ou pouco rigoroso. | • potencial reassentamento de unidades físicas (moradias, negócios ou outros usos);<br>• possíveis afetações temporárias a comércios locais;<br>• VBG, principalmente pelo influxo de trabalhadores de obras;<br>• interrupção temporária em serviços básicos (abastecimento de água, energia);<br>• acidentes com trabalhadores ou pessoas das comunidades durante as obras. | compromissos sociais, pode trazer impactos negativos permanentes. | | • comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• sinalização e gestão acessos durante as obras;<br>• monitoramento geotécnico, hidrológico e ambiental;<br>• supervisão socioambiental das obras e contratadas;<br>• educação ambiental e participação comunitária;<br>• orientações sobre equidade e inclusão para todos os atores envolvidos;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• CdC para trabalhadores;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade;<br>• fomento à contratação de trabalhadores da comunidade. | • instauração da CAO;<br>• PPB;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • redução de inundação e deslizamentos;<br>• melhoria do conforto térmico e da drenagem (natural ou urbana);<br>• redução de erosão e assoreamento;<br>• melhoria da infiltração e retenção hídrica;<br>• recuperação de áreas degradadas;<br>• aumento da resiliência climática. | • recuperação de áreas degradadas;<br>• ampliação e conexão da cobertura vegetal;<br>• recuperação de APPs e funções ecossistêmicas, com a melhoria das condições hídricas e da cobertura vegetal;<br>• proteção dos recursos hídricos e melhoria da qualidade ambiental dos cursos d'água. | • fomento ao emprego e impacto positivo na renda associados às intervenções de infraestrutura nos bairros;<br>• redução da exposição da população a riscos de deslizamentos e inundações;<br>• melhoria das condições urbanas e sanitárias;<br>• fortalecimento da educação ambiental;<br>• potencial alteração positiva no microclima local. | positiva permanente | | | |
| Melhorias em mobilidade e acessibilidade (escadas, rampas e caminhos) integradas às soluções de infraestrutura e SBN | • implantação de novas vias, caminhos e escadas;<br>• melhoria e requalificação de vias, caminhos e escadas existentes, incluindo trilhas de monitoramento;<br>• implantação de contenções associadas;<br>• remoção pontual de ocupações nos trechos do sistema viário proposto;<br>• implantação de iluminação, paradas de ônibus, sinalização, estacionamento e dispositivos de acessibilidade universal. | • movimentação de solo;<br>• geração de resíduos, poeira e ruído;<br>• impermeabilização localizada do solo;<br>• interferências temporárias na drenagem e circulação. | • supressão vegetal pontual;<br>• interferência localizada em áreas verdes urbanas. | • transtornos à mobilidade local;<br>• possíveis remoções pontuais;<br>• interferências em atividades comerciais e circulação;<br>• riscos de acidentes com trabalhadores ou pessoas das comunidades durante as obras;<br>• possíveis afetações temporárias a comércios locais;<br>• VBG principalmente pelo influxo de trabalhadores | negativa temporária | média a alta | • controle de erosão, sedimentos, poeira e resíduos;<br>• sinalização e gestão de tráfego durante as obras;<br>• manutenção de acessos provisórios;<br>• medidas de segurança viária e proteção de pedestres;<br>• revegetação e recomposição de áreas afetadas;<br>• comunicação contínua com as comunidades;<br>• supervisão socioambiental das obras e contratadas;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada; | • PCA;<br>• PGRCC;<br>• PEPI;<br>• PPRE;<br>• PRIs;<br>• PTTS;<br>• instauração da CAO;<br>• PPB;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | | | | de obras. | | | • CdC para trabalhadores;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade;<br>• fomento à contratação de trabalhadores da comunidade. | |
| Parque Canabrava (incluindo equipamentos correlatos) | • implantação do Parque Socioambiental Canabrava, incluindo equipamentos previstos nele, tais como o horto e a usina de compostagem municipais. | • movimentação localizada de solo;<br>• geração temporária de resíduos, poeira e ruído;<br>• interferências temporárias durante implantação das intervenções;<br>• alteração da qualidade do ar por emissões de metano e compostos orgânicos voláteis durante as obras;<br>• potencial contaminação do solo por metais pesados, hidrocarbonetos e lixiviado, com risco de migração para água subterrânea e corpos hídricos;<br>• acúmulo de gases inflamáveis (metano) com risco de explosividade em espaços confinados;<br>• instabilidade temporária de taludes. | • supressão vegetal pontual;<br>• perturbações temporárias associadas às obras e ao manejo ambiental;<br>• risco de contaminação de corpos hídricos por lixiviado mobilizado durante escavações, afetando fauna aquática. | • risco à saúde da comunidade por dispersão de contaminantes;<br>• saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores que atuarão diretamente sobre o maciço;<br>• possíveis conflitos associados ao controle de ocupações irregulares nas bordas da poligonal do Parque. | negativa temporária | alta | • revegetação com espécies nativas;<br>• controle de erosão, estabilidade dos taludes, sedimentos e resíduos;<br>• gerenciamento e destinação adequada de resíduos sólidos;<br>• educação ambiental e participação comunitária;<br>• supervisão socioambiental das intervenções;<br>• sinalização e gestão de acessos durante as obras;<br>• protocolos específicos de saúde e segurança dos trabalhadores no maciço;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• CdC para trabalhadores;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade;<br>• fomento à contratação de trabalhadores da comunidade. | • PPB;<br>• PEPI;<br>• PTTS;<br>• PCA;<br>• instauração da CAO;<br>• PESA;<br>• PGRCC;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS.<br>• Programa de Monitoramento Ambiental, Geotécnico e dos Trabalhadores do Antigo Lixão de Canabrava (PMAGT-Canabrava).<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • recuperação de áreas degradadas;<br>• redução de erosão e assoreamento;<br>• aumento da resiliência climática. | • ampliação e conexão da cobertura vegetal;<br>• fortalecimento da biodiversidade urbana;<br>• melhoria da qualidade ambiental e dos serviços ecossistêmicos;<br>• proteção dos recursos hídricos. | • ampliação de áreas verdes e espaços de convivência;<br>• fortalecimento da educação ambiental;<br>• potencial fortalecimento de iniciativas comunitárias de agroecologia e gestão ambiental. | positiva permanente | | | |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| Implantação e/ou reabilitação de espaços públicos e de lazer, centros comunitários e equipamentos multifuncionais | • implantação de escola;<br>• implantação de unidade de saúde;<br>• implantação de CRAS;<br>• implantação de centros comunitários;<br>• implantação de mercado popular e feira;<br>• urbanização e infraestrutura associada aos equipamentos;<br>• adequação de acessos, drenagem e espaços públicos vinculados;<br>• implantação de praças e largos;<br>• criação de áreas de esporte, lazer e convivência, com melhoria de campos de futebol;<br>• implantação de cantinhos ecológicos para coleta seletiva;<br>• urbanização e paisagismo dos espaços públicos;<br>• implantação de mobiliário urbano, iluminação e dispositivos de acessibilidade universal;<br>• integração de infraestrutura verde e áreas permeáveis. | • movimentação de terra;<br>• geração de resíduos, poeira e ruído;<br>• impermeabilização localizada do solo;<br>• interferências temporárias na drenagem e circulação. | • supressão vegetal pontual;<br>• alteração temporária da paisagem. | • transtornos associados às obras, afetando a realização de atividades cotidianas;<br>• aumento de circulação de máquinas e trabalhadores;<br>• interferências pontuais na rotina comunitária. | negativa temporária | alta | • controle de erosão, sedimentos, poeira e resíduos;<br>• gerenciamento e destinação adequada de resíduos;<br>• revegetação e arborização das áreas intervenientes, seguindo as orientações do Manual Técnico de Arborização Urbana de Salvador com Espécies Nativas da Mata Atlântica;<br>• sinalização e gestão de acessos durante as obras;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• supervisão socioambiental das obras e contratadas;<br>• CdC para trabalhadores;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade;<br>• incentivo à educação ambiental e gestão comunitária dos espaços. | • PEPI;<br>• PRIs;<br>• PTTS;<br>• PPRE;<br>• PCA;<br>• PGRCC;<br>• instauração da CAO;<br>• PPB;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • melhoria da infraestrutura urbana;<br>• qualificação urbana e paisagística de áreas subutilizadas ou degradadas;<br>• melhoria das condições urbanas e sanitárias do entorno. | • potencial qualificação paisagística e ambiental do entorno;<br>• possibilidade de incorporação de infraestrutura verde;<br>• ampliação da arborização urbana;<br>• melhoria das condições ambientais e paisagísticas;<br>• fortalecimento de áreas verdes e permeáveis. | • ampliação de áreas de lazer, esporte e convivência;<br>• ampliação do acesso a serviços públicos de assistência social, educação e saúde;<br>• geração de empregos temporários;<br>• fortalecimento das atividades econômicas locais;<br>• melhoria da qualidade de vida e inclusão social<br>• incentivo à coleta seletiva e educação ambiental;<br>• valorização urbana e fortalecimento do uso seguro dos espaços públicos. | positiva permanente | | | |
| Construção de habitações para reassentamento in situ das famílias retiradas de áreas de risco não-mitigável pelo Projeto | • construção de unidades habitacionais;<br>• demolição de edificações existentes;<br>• reassentamento de famílias removidas de áreas de risco ou APP;<br>• implantação de infraestrutura associada;<br>• terraplenagem e urbanização do entorno;<br>• ligação às redes de saneamento e drenagem;<br>• acompanhamento técnico e social das famílias beneficiadas. | • movimentação de terra;<br>• geração de resíduos, poeira e ruído;<br>• impermeabilização localizada do solo;<br>• possível presença de amianto nas edificações a demolir;<br>• interferências temporárias na drenagem e circulação. | • supressão vegetal pontual;<br>• alteração temporária da paisagem. | • deslocamento involuntário;<br>• alterações nos vínculos territoriais e redes comunitárias;<br>• transtornos temporários durante obras e mudança das famílias, afetando a realização de suas atividades cotidianas;<br>• acidentes com trabalhadores ou pessoas das comunidades durante as obras;<br>• exposição a materiais perigosos durante a execução dos serviços;<br>• potencial reassentamento de unidades físicas (moradias, negócios ou outros usos); | negativa temporária; exceto para a o reassentamento, que, se não for feito seguindo compromissos sociais, pode trazer impactos negativos permanentes. | alta | • cadastro e diagnóstico socioeconômico participativo e acompanhamento social;<br>• consultas contínuas com famílias afetadas;<br>• priorização de reassentamento próximo ao domicílio de origem;<br>• monitoramento pós-ocupação;<br>• controle de resíduos, poeira e ruído;<br>• revegetação e recuperação de áreas afetadas;<br>• supervisão socioambiental das obras e contratadas;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• orientações sobre equidade e inclusão para todos os atores envolvidos;<br>• CdC para trabalhadores;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de | • PEPI;<br>• PRIs;<br>• PTTS;<br>• PPRE;<br>• PCA;<br>• PGRCC;<br>• instauração da CAO;<br>• PPB<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | | | | • possíveis afetações temporárias a comércios locais;<br>• VBG principalmente pelo influxo de trabalhadores de obras;<br>• interrupção temporária em serviços básicos (abastecimento de água, energia). | | | iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade;<br>• fomento à contratação de trabalhadores da comunidade. | |
| | | • melhoria da infraestrutura urbana;<br>• redução da ocupação em áreas de risco e ambientalmente frágeis;<br>• melhoria das condições sanitárias. | • recuperação potencial de APPs e áreas verdes;<br>• melhoria ambiental nas áreas anteriormente ocupadas de modo informal. | • melhoria das condições de moradia;<br>• redução da exposição a riscos;<br>• melhoria da segurança, salubridade e acesso à infraestrutura;<br>• valorização urbana e melhoria da qualidade de vida. | positiva permanente | | | |
| Melhorias habitacionais para as famílias vivendo em risco mitigável na área do Projeto | • reforma e adequação de moradias existentes;<br>• melhorias estruturais e sanitárias, incluindo ligação de esgotamento sanitário intradomiciliar;<br>• adequação de instalações hidráulicas e elétricas;<br>• melhoria de ventilação, iluminação e salubridade;<br>• pequenas intervenções de acessibilidade;<br>• acompanhamento técnico e social das famílias beneficiadas. | • geração localizada de resíduos, poeira e ruído;<br>• pequenos transtornos durante as obras;<br>• interferências temporárias no acesso às moradias. | • impactos pouco significativos e localizados. | • transtornos temporários às famílias durante as obras;<br>• necessidade de ajustes temporários na rotina domiciliar, incluindo eventual saída temporária da residência durante a execução de determinados serviços;<br>• acidentes com trabalhadores ou pessoas das comunidades durante as obras;<br>• VBG pelo acesso de prestadores de serviço ao domicílio sem supervisão. | negativa temporária | média | • gerenciamento adequado de resíduos das intervenções;<br>• controle de poeira, ruído e segurança das obras;<br>• priorização de soluções acessíveis e seguras;<br>• supervisão técnica das intervenções;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• CdC para trabalhadores e prestadores de serviço durante intervenções realizadas no interior das moradias;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade. | • PEPI;<br>• PTTS;<br>• PPRE;<br>• PCA;<br>• instauração da CAO;<br>• PGRCC;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • melhoria das condições construtivas e sanitárias;<br>• redução de situações de insalubridade e risco;<br>• melhoria da infraestrutura domiciliar. | • potencial melhoria das condições ambientais domiciliares e urbanas. | • melhoria das condições de habitabilidade;<br>• melhoria da saúde e segurança das famílias;<br>• valorização das moradias;<br>• redução de vulnerabilidades socioambientais. | positiva permanente | | | |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | | • melhoria da acessibilidade e circulação urbana;<br>• redução de processos erosivos associados à circulação precária;<br>• melhoria da conectividade urbana e segurança de acesso. | • potencial ordenamento e recuperação ambiental de áreas degradadas adjacentes às intervenções. | • melhoria do acesso a serviços públicos e equipamentos urbanos;<br>• aumento da segurança e mobilidade da população;<br>• melhoria da acessibilidade universal;<br>• redução do isolamento de áreas vulneráveis;<br>• melhoria das condições de circulação em períodos chuvosos. | positiva permanente | | | |
| Estudos técnicos, projetos e gerenciamento e supervisão de obras | • levantamentos topográficos;<br>• estudos geotécnicos, hidrológicos, ambientais, fundiários e socioeconômicos;<br>• estudos de viabilidade;<br>• elaboração de projetos básicos e executivos;<br>• gerenciamento e supervisão das obras;<br>• acompanhamento técnico da execução das intervenções. | • abertura de acessos e circulação de equipes para levantamentos;<br>• pequenas interferências temporárias em áreas de estudo;<br>• geração pontual de resíduos em atividades de campo. | • perturbação temporária da fauna durante atividades de campo;<br>• interferências pontuais em áreas com vegetação para execução de levantamentos. | • transtornos temporários durante levantamentos e inspeções de campo;<br>• interferências pontuais na circulação de moradores e veículos;<br>• criação de expectativas da população quanto às futuras intervenções. | negativa temporária | baixa | • planejamento prévio das atividades de campo;<br>• comunicação antecipada às comunidades sobre as atividades;<br>• sinalização das áreas de levantamento quando necessário;<br>• minimização das interferências durante inspeções e sondagens;<br>• supervisão técnica das atividades. | • PEPI;<br>• PCA;<br>• PPB;<br>• PTTS;<br>• supervisão ambiental e social das consultorias.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • melhoria da qualidade técnica dos projetos de infraestrutura;<br>• incorporação de medidas de prevenção e mitigação de riscos ambientais | • incorporação de medidas de conservação e recuperação ambiental nos projetos;<br>• melhor integração das SBN às intervenções. | • redução de riscos de implantação e operação das obras;<br>• melhoria da qualidade e eficiência das intervenções;<br>• fortalecimento do planejamento urbano e da gestão socioambiental;<br>• maior segurança para comunidades potencialmente afetadas. | positiva permanente | | | |
| Componente 1.2 – Sustentabilidade, Inclusão Socioeconômica e Empregos | | | | | | | | |
| Comunicação e engajamento comunitário | • divulgação de informações operacionais sobre o Projeto;<br>• realização de reuniões, oficinas e consultas comunitárias;<br>• apoio aos processos participativos relacionados às obras, reassentamento e demais intervenções;<br>• comunicação preventiva sobre cronogramas e interferências das obras;<br>• diálogo contínuo com moradores, lideranças comunitárias e organizações locais. | • não se aplica. | • não se aplica. | • expectativas inadequadas sobre o Projeto;<br>• baixa participação de grupos vulneráveis nos processos participativos;<br>• conflitos ou desinformação sobre as intervenções previstas;<br>• disseminação de informações incorretas sobre o Projeto. | negativa temporária | média a alta | • adoção de estratégias de comunicação acessíveis e inclusivas;<br>• ampla divulgação das atividades participativas;<br>• utilização de linguagem adequada ao público-alvo;<br>• promoção da participação de grupos vulneráveis e comunidades tradicionais;<br>• comunicação contínua sobre cronogramas e interferências das intervenções. | • PEPI;<br>• MGQR;<br>• PTTS.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • não se aplica. | • não se aplica. | • fortalecimento do diálogo entre Projeto e comunidades;<br>• ampliação da participação | positiva permanente | | | |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | | | | • social nas decisões do Projeto;<br>• aumento da transparência sobre as intervenções;<br>• fortalecimento da confiança entre população e poder público;<br>• redução de conflitos e melhoria da aceitação das intervenções. | | | | |
| Investimentos em trabalho social para o planejamento e a implementação do reassentamento (inclui pós reassentamento) | • formação de equipe multidisciplinar de acompanhamento social;<br>• implantação de escritório de campo;<br>• cadastramento e diagnóstico socioeconômico das famílias potencialmente afetadas;<br>• atendimento e orientação individualizada;<br>• apoio ao planejamento da mudança;<br>• acompanhamento das negociações e definição das modalidades de compensação;<br>• preparação para a transição e acompanhamento durante a relocação;<br>• acompanhamento pós-reassentamento;<br>• apoio à restauração dos meios de subsistência;<br>• criação de mecanismos de acolhimento de dúvidas e queixas;<br>• acompanhamento social continuado das famílias afetadas. | • não se aplica.<br><br>• fortalecimento do uso adequado da infraestrutura e moradias implantadas;<br>• apoio à conservação dos espaços urbanos e ambientais recuperados. | • não se aplica.<br><br>• fortalecimento da educação ambiental;<br>• apoio à preservação de áreas verdes, APPs e espaços públicos;<br>• estímulo à gestão comunitária das SBN. | • resistência ou insegurança em relação ao processo de reassentamento;<br>• possibilidade de conflitos, desinformação ou baixa adesão às ações do projeto;<br>• dificuldades de adaptação durante o processo de transição;<br>• expectativas não atendidas em relação às intervenções e benefícios.<br><br>• promoção da adaptação das famílias ao novo local de moradia;<br>• fortalecimento da participação comunitária;<br>• redução de conflitos sociais relacionados ao reassentamento;<br>• fortalecimento da inclusão social e produtiva;<br>• apoio à apropriação e sustentabilidade das intervenções do projeto. | predominantemente positiva | alta | • atendimento social contínuo antes, durante e após o reassentamento;<br>• funcionamento contínuo de canais de comunicação e queixas;<br>• comunicação acessível e territorializada;<br>• acompanhamento permanente e personalizado das famílias afetadas;<br>• participação comunitária contínua;<br>• estratégias específicas para grupos vulneráveis, com priorização do atendimento;<br>• ações de educação ambiental e patrimonial;<br>• monitoramento social e registro de demandas comunitárias;<br>• articulação institucional com serviços públicos locais;<br>• CdC para trabalhadores;<br>• treinamento de integração obrigatório para todos os trabalhadores, antes de iniciar suas atividades, incluindo sobre o CdC, prevenção e resposta EAS/ES, canais de reclamação, saúde e segurança ocupacional, e requisitos de saúde e segurança da comunidade. | • PRIs;<br>• PEPI;<br>• PTTS;<br>• PESA;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS;<br>• instauração da CAO.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| Compensações relacionadas ao reassentamento | • elaboração e detalhamento das medidas compensatórias previstas nos PRIs;<br>• avaliação e validação de elegibilidade dos afetados;<br>• indenização por perdas de bens, benfeitorias e atividades econômicas;<br>• provisão de soluções habitacionais temporárias ou definitivas, quando aplicável; | • não se aplica. | • não se aplica. | • insatisfação quanto aos critérios ou valores das compensações;<br>• conflitos decorrentes da percepção de tratamento desigual;<br>• atrasos na implementação das compensações, afetando famílias e atividades econômicas;<br>• judicialização ou aumento de contestações | predominantemente positiva | alta | • aplicação dos critérios definidos no MRI e nos PRIs;<br>• cadastro e diagnóstico socioeconômico participativo e acompanhamento social;<br>• definição transparente de critérios de elegibilidade e compensação;<br>• consultas contínuas e comunicação acessível sobre critérios, cronogramas e procedimentos;<br>• priorização de reassentamento próximo às áreas de origem; | • PRIs para cada intervenção que envolva reassentamento;<br>• PEPI;<br>• PTTS;<br>• MGQR;<br>• PESA;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS;<br>• instauração da CAO.<br><br>Planos deste tipo já foram |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | • concessão de auxílios transitórios e apoio à mudança;<br>• acompanhamento da implementação das compensações;<br>• registro, monitoramento e encerramento dos processos de compensação. | | | administrativas. | | | • apoio à mudança e acompanhamento pós-ocupação;<br>• registro e rastreabilidade de todas as compensações concedidas;<br>• restauração de meios de vida e apoio social às famílias vulneráveis;<br>• comunicação social contínua, mecanismo de queixas e atendimento à população afetada;<br>• monitoramento contínuo das condições das famílias reassentadas. | elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • não se aplica. | • não se aplica. | • recomposição das perdas econômicas e patrimoniais;<br>• redução dos impactos decorrentes do reassentamento;<br>• maior segurança jurídica e transparência do processo;<br>• fortalecimento da confiança entre população afetada e Projeto;<br>• restabelecimento das condições de moradia e dos meios de subsistência. | | | | |
| Capacitação profissional e geração de empregos para a população das áreas do Projeto | • realização de programas de qualificação profissional;<br>• realização de oficinas de empreendedorismo;<br>• articulação com instituições de capacitação e intermediação de mão de obra;<br>• apoio ao fortalecimento de pequenos negócios;<br>• incentivo à contratação de mão de obra local pelas empresas do Projeto, quando tecnicamente viável e em conformidade com a legislação aplicável. | • não se aplica. | • não se aplica. | • expectativas não atendidas quanto às oportunidades de capacitação e emprego;<br>• acesso desigual às oportunidades de qualificação e contratação;<br>• risco de exclusão de grupos com menor escolaridade ou maior vulnerabilidade socioeconômica. | predominantemente positiva | média | • adoção de critérios transparentes para acesso às capacitações e oportunidades;<br>• atenção a grupos em situação de maior vulnerabilidade;<br>• articulação com instituições de qualificação e intermediação de mão de obra;<br>• divulgação clara dos critérios e oportunidades disponíveis;<br>• acompanhamento dos resultados das ações de capacitação e inserção produtiva. | • PEPI;<br>• PTTS;<br>• PEQUI.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • não se aplica. | • não se aplica. | • ampliação da qualificação profissional da população local;<br>• geração de oportunidades de emprego e renda;<br>• fortalecimento de pequenos negócios e iniciativas locais;<br>• ampliação das oportunidades de inclusão produtiva;<br>• fortalecimento da economia local. | | | | |
| Apoio ao desenvolvimento e implementação progressiva de um sistema de operação e manutenção de SBN, incluindo: (a) | • revisão e complementação do plano de manutenção e monitoramento das SBN;<br>• definição dos arranjos institucionais e comunitários de governança; | • manejo ou manutenção inadequados, com redução da eficiência das soluções implantadas;<br>• geração localizada de resíduos decorrentes das atividades de | • manejo inadequado da vegetação;<br>• perda ou degradação localizada de cobertura vegetal por manutenção inadequada. | • conflitos ou indefinições quanto às responsabilidades pela operação e manutenção;<br>• baixa adesão da população às práticas de conservação das SBN; | negativa potencial | alta | • definição clara das responsabilidades institucionais e comunitárias pela operação e manutenção;<br>• capacitação dos agentes responsáveis pela manutenção das SBN;<br>• • adoção de procedimentos de | • PEPI;<br>• PESA;<br>• PTTS;<br>• instauração da CAO;<br>• PEQUI;<br>• PPREASAS; |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| plano de SBN; (b) parcerias e arranjo de governança; (c) treinamentos (jardineiros urbanos, agentes ambientais e gestores comunitários) e sensibilização comunitária; e (d) desenvolvimento de alternativas de OPEX | • capacitação de jardineiros urbanos, agentes ambientais e gestores comunitários;<br>• sensibilização da população para conservação e uso adequado das SBN;<br>• desenvolvimento de alternativas para custeio da operação e manutenção. | manutenção. | | • descontinuidade das atividades de manutenção por insuficiência de recursos. | | | manutenção compatíveis com as características de cada solução;<br>• monitoramento periódico do funcionamento e das condições das SBN;<br>• sensibilização da população para conservação e uso adequado das SBN;<br>• definição de alternativas de custeio que assegurem a continuidade da manutenção. | • Plano de Manutenção e Monitoramento (PMM).<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • manutenção da capacidade de retenção e infiltração das SBN;<br>• conservação das condições ambientais das áreas onde as soluções estão implantadas. | • manutenção da cobertura vegetal;<br>• conservação de áreas verdes e habitats urbanos;<br>• fortalecimento da biodiversidade e da conectividade ambiental. | • fortalecimento da participação comunitária na gestão das SBN;<br>• geração de oportunidades de trabalho associadas à manutenção das soluções;<br>• ampliação da capacidade local de operação e manutenção;<br>• melhoria da qualidade ambiental e paisagística dos espaços públicos;<br>• fortalecimento da resiliência das comunidades aos riscos climáticos. | positiva permanente | | | |
| Dinamização econômica local, com apoio ao empreendedorismo (MEIs, MEs, EPPs) | • levantamento e caracterização das atividades econômicas existentes nas áreas de intervenção;<br>• identificação de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (MEs), empresas de pequeno porte (EPPs) e iniciativas econômicas comunitárias;<br>• realização de ações de capacitação, orientação técnica e apoio à melhoria da gestão dos pequenos negócios;<br>• incentivo à formalização e regularização das atividades econômicas;<br>• apoio à criação e ao fortalecimento de cooperação e cadeias produtivas locais;<br>• apoio à integração dos pequenos negócios às oportunidades econômicas decorrentes das intervenções do Projeto;<br>• incentivo a iniciativas de economia sustentável, economia solidária e geração de renda local. | • não se aplica. | • não se aplica. | • acesso desigual às oportunidades de apoio e formalização;<br>• exclusão de empreendedores em situação de maior vulnerabilidade;<br>• possibilidade de conflitos decorrentes da percepção de favorecimento de determinados negócios ou grupos. | positiva permanente | média | • articulação com instituições públicas e privadas de apoio ao empreendedorismo e à qualificação profissional;<br>• oferta de capacitações compatíveis com o perfil dos empreendedores locais e suas necessidades;<br>• adoção de critérios transparentes para acesso às ações de apoio;<br>• atenção especial a grupos em situação de vulnerabilidade e com menor acesso a oportunidades econômicas;<br>• estímulo à participação de mulheres, jovens e demais grupos menos representados nas ações de desenvolvimento econômico;<br>• monitoramento dos resultados das ações de apoio ao empreendedorismo e geração de renda;<br>• divulgação de informações sobre oportunidades, capacitações e mecanismos de apoio disponíveis. | • PEPI;<br>• PTTS;<br>• PESA;<br>• PEQUI.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • não se aplica. | • não se aplica. | • fortalecimento de pequenos negócios locais;<br>• ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda;<br>• melhoria da capacidade de gestão e sustentabilidade dos pequenos negócios existentes;<br>• aumento da formalização de atividades econômicas locais;<br>• ampliação das oportunidades de inserção produtiva da população residente nas áreas de intervenção; | | | | |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | | | | • dinamização da economia local nas áreas de intervenção. | | | | |
| Componente 2: Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto | | | | | | | | |
| Componente 2.1 – Fortalecimento Institucional | | | | | | | | |
| Desenvolvimento e/ou atualização de instrumentos e ferramentas essenciais para identificação, mapeamento e gestão de riscos climáticos multiameaças | • identificação e priorização de áreas críticas susceptíveis a ameaças múltiplas;<br>• revisão e/ou elaboração de PAEs para áreas de risco prioritárias com incorporação de SBN;<br>• contratação de consultoria especializada para elaboração de diagnósticos territoriais e ambientais;<br>• contratação de consultoria especializada para apoio à publicações técnicas elaboradas pela CODESAL. | • não se aplica. | • não se aplica. | • baixa implementação prática dos estudos elaborados;<br>• comunicação insuficiente sobre procedimentos de emergência nas áreas prioritárias. | predominantemente positiva | média | • priorização das áreas segundo critérios técnicos de risco e vulnerabilidade;<br>• incorporação de medidas de prevenção, preparação e resposta compatíveis com os riscos identificados;<br>• consideração de SbN como alternativa ou complemento às medidas convencionais de redução de riscos;<br>• articulação dos PAEs com os instrumentos municipais de gestão de riscos e defesa civil. | • Plano Contínuo de Capacitação (PCC);<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente fortalecimento institucional. |
| | | • melhoria da capacidade de identificação e gestão dos riscos climáticos;<br>• incorporação de soluções de redução de riscos compatíveis com as características territoriais. | • incorporação de medidas de conservação e recuperação ambiental associadas às estratégias de redução de riscos;<br>• valorização do uso de SbN na gestão de riscos climáticos. | • redução da exposição e vulnerabilidade da população aos riscos climáticos;<br>• melhoria da articulação entre órgãos públicos e comunidades em situações de emergência;<br>• fortalecimento da segurança da população residente em áreas de risco. | | | | |
| Fortalecimento do CEMADEC, incluindo a aquisição de equipamentos e ferramentas; o desenvolvimento e/ou atualização de protocolos de gestão de riscos e alertas climáticos e de sistemas de alerta precoce para deslizamentos de terra, inundações, ondas de calor e elevação do nível do mar; e atividades de sensibilização, treinamento e capacitação para servidores municipais e comunidades | • ampliação do parque tecnológico do CEMADEC;<br>• aquisição, instalação e manutenção de equipamentos meteorológicos;<br>• monitoramento de variáveis atmosféricas e ambientais;<br>• realização de previsões climáticas e monitoramento local;<br>• contratação de consultoria especializada para produção de estudos sobre microclima urbano;<br>• fortalecimento da capacidade municipal de monitoramento, previsão e alerta de eventos climáticos extremos;<br>• contratação e capacitação de equipe técnica especializada;<br>• apoio ao monitoramento dos efeitos climáticos das intervenções do Projeto Salvador | • impactos localizados e temporários associados à instalação de equipamentos. | • impactos localizados e temporários associados à instalação de equipamentos. | • limitações operacionais e institucionais para manutenção contínua dos sistemas;<br>• dependência de capacidade técnica especializada. | predominantemente positiva | média | • capacitação contínua das equipes técnicas;<br>• definição de protocolos operacionais e de manutenção dos equipamentos;<br>• integração dos dados produzidos aos sistemas municipais;<br>• articulação interinstitucional para compartilhamento de informações;<br>• monitoramento contínuo dos indicadores climáticos e ambientais;<br>• garantia de recursos operacionais para manutenção do sistema;<br>• divulgação acessível das informações e alertas à população. | • PCC;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente fortalecimento institucional. |
| | | • fortalecimento do monitoramento climático e ambiental;<br>• melhoria da capacidade de prevenção e resposta a eventos extremos;<br>• apoio à gestão de riscos e planejamento urbano resiliente. | • fortalecimento do monitoramento climático e ambiental;<br>• apoio à proteção de áreas ambientalmente sensíveis;<br>• fortalecimento da gestão baseada em dados ambientais. | • fortalecimento institucional da PMS e da capacidade técnica municipal em monitoramento climático;<br>• melhoria dos sistemas de alerta e prevenção de desastres;<br>• aumento da segurança da população exposta a riscos;<br>• apoio à formulação de políticas públicas adaptadas às mudanças climáticas. | | | | |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | SBN. | | | | | | | |
| Elaboração de estudos técnicos para áreas prioritárias com vistas à replicação da abordagem integrada da resiliência climática do Projeto em outras comunidades vulneráveis de Salvador | • contratação de consultoria especializada para desenvolvimento de estudos geotécnicos, hidrológicos e urbanísticos;<br>• definição de critérios para priorização e preparação de futuras intervenções;<br>• identificação, seleção e priorização de áreas críticas para replicação;<br>• contratação de consultoria especializada para elaboração de diagnósticos territoriais e ambientais;<br>• produção de bases cartográficas e estudos de viabilidade;<br>• contratação de consultoria especializada para apoio técnico ao planejamento das intervenções do projeto. | • não se aplica. | • não se aplica. | • possíveis limitações institucionais e de integração de dados;<br>• risco de baixa implementação prática dos estudos elaborados. | predominantemente positiva | média | • integração entre órgãos municipais e equipes técnicas;<br>• definição e utilização de critérios transparentes para identificação e priorização das áreas, com validação territorial e participação comunitária nos estudos;<br>• utilização de bases de dados atualizadas e integradas, considerar conjuntamente vulnerabilidades climáticas, ambientais e socioeconômicas;<br>• capacitação técnica das equipes envolvidas;<br>• atualização periódica dos estudos produzidos;<br>• integração dos resultados aos instrumentos de planejamento municipal. | • GT-SBN;<br>• PEPI;<br>• PPREASAS;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente fortalecimento institucional. |
| | | • melhoria da compreensão das condições territoriais e ambientais de áreas vulneráveis;<br>• fortalecimento do planejamento urbano e ambiental;<br>• apoio à definição de soluções mais adequadas e resilientes;<br>• qualificação do planejamento de futuras intervenções de adaptação e resiliência climática. | • fortalecimento do planejamento urbano e ambiental;<br>• apoio à definição de soluções mais adequadas e resilientes;<br>• valorização do uso de SBN em estratégias futuras de resiliência climática;<br>• melhoria da gestão territorial e de drenagem. | • fortalecimento da capacidade técnica municipal;<br>• melhoria da tomada de decisão para áreas vulneráveis;<br>• apoio à redução de riscos socioambientais;<br>• fortalecimento do planejamento preventivo e adaptativo. | | | | |
| Fortalecimento do sistema de gestão de dados e informações de Salvador (Salvador Dados, IDESH etc.) – inclui assistência técnica para geração de análise e dados, revisão/elaboração de protocolos, capacitação de recursos humanos, arranjos | • contratação de consultoria especializada para proposição de metodologia para a atualização periódica do IDESH com incorporação de dados territoriais, socioeconômicos, habitacionais, ambientais e climáticos e para o fortalecimento do Salvador Dados;<br>• integração da metodologia do IDESH às análises de risco da CODESAL;<br>• incorporação de indicadores | • não se aplica. | • não se aplica. | • possíveis limitações institucionais e operacionais para atualização contínua dos instrumentos e bases de dados;<br>• riscos associados à baixa interoperabilidade entre sistemas e órgãos;<br>• risco de baixa utilização das informações produzidas nos processos de planejamento e tomada de decisão. | predominantemente positiva | alta | • articulação interinstitucional permanente entre os órgãos municipais envolvidos;<br>• padronização de indicadores e metodologias, com integração das bases territoriais, ambientais e sociais;<br>• definição de protocolos integrados de atualização, compartilhamento e monitoramento dos dados;<br>• capacitação técnica das equipes municipais;<br>• incorporação das revisões aos instrumentos oficiais da PMS;<br>• participação comunitária e validação | • PCC;<br>• Atuação do GT-SBN;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente fortalecimento institucional. |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| institucionais correlatos e equipamentos | ambientais e climáticos considerando cenários de mudança climática;<br>• apoio à elaboração e atualização de bases técnicas e cartográficas;<br>• articulação interinstitucional entre órgãos municipais.<br>• contratação de consultoria especializada para fortalecimento do Sistema de Informações Municipais Salvador Dados;<br>• integração de bases de dados territoriais, ambientais e sociais;<br>• definição e monitoramento de indicadores urbanos e climáticos;<br>• consolidação de dados primários e secundários;<br>• apoio à produção de diagnósticos e análises territoriais;<br>• desenvolvimento de ferramentas de apoio à tomada de decisão;<br>• | • melhoria da capacidade de prevenção e gestão de riscos;<br>• fortalecimento do planejamento territorial e climático;<br>• integração de informações ambientais e urbanas;<br>• apoio à redução de ocupações em áreas de risco.<br>• apoio ao planejamento preventivo e à gestão de riscos. | • incorporação de variáveis ambientais e ecossistêmicas ao planejamento urbano;<br>• fortalecimento da proteção de APPs e áreas ambientalmente sensíveis;<br>• ampliação da capacidade de monitoramento ambiental. | • fortalecimento da capacidade institucional da PMS;<br>• melhoria da prevenção de desastres e resposta a emergências;<br>• aumento da segurança da população exposta a riscos;<br>• apoio à replicabilidade do Projeto Salvador SBN em outras comunidades;<br>• segmentação de dados a partir de recortes interseccionais para melhor compreensão da realidade e tomada de decisão baseada em evidência inclusiva.<br>• fortalecimento da capacidade institucional da PMS e do monitoramento e avaliação do projeto;<br>• melhoria da transparência e qualificação das informações;<br>• apoio à formulação de políticas públicas;<br>• apoio à replicabilidade das ações do Projeto Salvador SBN. | | | territorial das informações;<br>• monitoramento periódico da qualidade e atualização das informações e dos instrumentos revisados;<br>• fortalecimento da transparência e acesso à informação. | |
| Capacitação de servidores municipais e comunidades em SBN | • contratação de consultoria especializada para capacitação de servidores e colaboradores da PMS, e membros das comunidades envolvidas;<br>• formação em implementação, monitoramento e manutenção de SBN para os atores envolvidos;<br>• capacitação em gestão de riscos socioambientais e climáticos;<br>• fortalecimento da atuação intersetorial dos órgãos envolvidos;<br>• desenvolvimento de protocolos e procedimentos operacionais;<br>• realização de oficinas, treinamentos e intercâmbios | • não se aplica. | • não se aplica. | • possíveis limitações institucionais para continuidade das capacitações;<br>• risco de rotatividade de equipes e perda de conhecimento institucional. | predominantemente positiva | média a alta | • integração das capacitações às rotinas institucionais;<br>• produção e disponibilização de materiais técnicos e protocolos operacionais;<br>• fortalecimento da articulação entre órgãos municipais;<br>• adoção de linguagem e metodologias acessíveis e adequadas aos diferentes públicos comunitários;<br>• atenção à participação de grupos em situação de maior vulnerabilidade nas atividades de capacitação;<br>• monitoramento da aplicação prática dos conteúdos capacitados;<br>• institucionalização de procedimentos e boas práticas relacionados às SBN e gestão socioambiental. | • PCC;<br>• GT-SBN;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente fortalecimento institucional. |
| | | • fortalecimento da capacidade técnica institucional para planejamento e gestão ambiental urbana e de SBN;<br>• melhoria da integração de critérios ambientais ao planejamento urbano;<br>• fortalecimento da | • fortalecimento da capacidade técnica institucional para planejamento e gestão ambiental urbana e de SBN;<br>• melhoria da integração de critérios ambientais ao planejamento urbano;<br>• fortalecimento da | • fortalecimento institucional da PMS;<br>• melhoria da coordenação intersetorial;<br>• ampliação da capacidade técnica para gestão de riscos socioambientais;<br>• ampliação da capacidade das comunidades para participação na | | | | |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | técnicos;<br>• fortalecimento da atuação intersetorial dos órgãos envolvidos e do GT-SBN quanto núcleo permanente de articulação do Projeto Salvador SBN. | implementação e manutenção das intervenções do projeto. | implementação e manutenção das intervenções do projeto. | implementação e manutenção das SBN;<br>• fortalecimento da sustentabilidade e replicabilidade do projeto;<br>• apoio à institucionalização das SBN no planejamento municipal;<br>• fortalecimento do conhecimento e da corresponsabilidade comunitária na conservação das SBN. | | | | |
| Componente 2.2 – Gestão do Projeto | | | | | | | | |
| Operação da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e da Unidade de Implementação do Projeto (UIP): equipe, consultorias, capacitação e custos administrativos e operacionais incrementais | • estruturação da UGP e UIP;<br>• coordenação geral da implementação do Projeto Salvador SBN;<br>• articulação entre órgãos municipais e parceiros institucionais;<br>• previsão dos custos operacionais e administrativos para implementar o Projeto;<br>• acompanhamento técnico, administrativo, financeiro e socioambiental;<br>• gestão de consultorias e supervisão de obras pela UIP. | • não se aplica. | • não se aplica. | • riscos de sobreposição institucional e dificuldades de coordenação intersetorial;<br>• limitações operacionais e administrativas para implementação do projeto;<br>• dependência de capacidade técnica e continuidade institucional. | predominantemente positiva | alta | • definição clara de competências e fluxos institucionais;<br>• composição de equipe técnica multidisciplinar compatível com a complexidade do Projeto;<br>• fortalecimento da coordenação intersetorial;<br>• implementação de sistema de monitoramento e reporte;<br>• capacitação contínua da equipe da UGP e da UIP;<br>• integração dos instrumentos socioambientais à gestão do projeto;<br>• definição de protocolos operacionais e de supervisão;<br>• mecanismos de transparência, comunicação e gestão de queixas. | • PCC;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente gestão do projeto. |
| | | • fortalecimento da coordenação e monitoramento das intervenções;<br>• melhoria da gestão integrada das ações do Projeto. | • apoio à implementação das medidas socioambientais do Projeto. | • fortalecimento institucional da PMS;<br>• melhoria da governança e gestão do projeto;<br>• maior capacidade de acompanhamento socioambiental;<br>• fortalecimento da articulação entre órgãos e atores envolvidos;<br>• melhoria da transparência, monitoramento e prestação de contas. | | | | |
| Apoio à gestão fiduciária: aquisições, gestão financeira, sistemas e auditorias externas | • fortalecimento da capacidade institucional da UGP para a gestão fiduciária do Projeto;<br>• suporte à gestão de contratos, consultorias e supervisão de obras;<br>• aquisição de insumos, equipamentos e serviços necessários à gestão do projeto; | • não se aplica. | • não se aplica. | • riscos de limitações administrativas, atrasos contratuais e descontinuidade operacional;<br>• dependência de capacidade técnica e institucional para execução eficiente dos recursos. | predominantemente positiva | média | • apoio técnico fiduciário integrado às rotinas de aquisições, contratos e gestão financeira;<br>• planejamento e monitoramento orçamentário contínuo;<br>• sistemas financeiro, contábil e contratual adequados às exigências de execução e controle do Projeto;<br>• capacitação das equipes envolvidas | • PCC;<br>• Auditorias externas;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente gestão do projeto. |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| | • implantação e aprimoramento do sistema financeiro, contábil e contratual;<br>• planejamento e execução de auditorias do projeto;<br>• capacitação das equipes envolvidas;<br>• contratação de auditorias financeiras externas independentes. | • não se aplica. | • não se aplica. | • fortalecimento dos controles fiduciários, da transparência, da conformidade e da prestação de contas;<br>• melhoria da capacidade institucional para gestão financeira, contratual e de aquisições. | | | compatível com as responsabilidades fiduciárias atribuídas;<br>• implementação de mecanismos de transparência e prestação de contas;<br>• auditorias externas independentes incorporadas à rotina de acompanhamento e prestação de contas. | |
| Gestão de riscos ambientais e sociais: preparação e implementação dos instrumentos do Quadro de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, engajamento de partes interessadas, Mecanismo de Reclamações e Queixas e monitoramento da performance ambiental e social | • detalhamento e implementação do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do Projeto;<br>• preparação, atualização e execução dos instrumentos previstos no QAS do Banco Mundial;<br>• triagem e gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais;<br>• supervisão do cumprimento dos requisitos ambientais e sociais pelas empresas contratadas;<br>• coordenação do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR);<br>• monitoramento da conformidade ambiental e social das intervenções, inclusive com respeito às obras;<br>• elaboração de relatórios periódicos de desempenho;<br>• fortalecimento da capacidade institucional da UGP e da UIP para a gestão ambiental e social;<br>• monitoramento do cumprimento das salvaguardas e instrumentos do Banco Mundial. | • persistência ou agravamento de impactos associados às intervenções, caso a triagem, o monitoramento e a supervisão socioambiental sejam insuficientes.<br>• melhoria do controle, prevenção, mitigação e monitoramento dos impactos das intervenções. | • persistência ou agravamento de interferências sobre vegetação, APPs e demais elementos ambientalmente sensíveis, caso os instrumentos e controles não sejam adequadamente implementados.<br>• fortalecimento do monitoramento ambiental e das medidas mitigadoras;<br>• apoio à verificação da efetividade das ações de recuperação ambiental e SBN. | • fragilidades na gestão de riscos e impactos sociais, no engajamento de partes interessadas, na resposta a queixas e reclamações e na supervisão das contratadas, caso o SGAS não seja adequadamente operacionalizado.<br>• fortalecimento da gestão de riscos e impactos sociais;<br>• aprimoramento do engajamento de partes interessadas e da resposta a queixas e reclamações;<br>• melhoria da supervisão das contratadas quanto ao cumprimento dos requisitos socioambientais. | predominantemente positiva | média | • estruturação e operação do SGAS de forma compatível com a classificação de risco do Projeto;<br>• instrumentos do MGAS preparados, atualizados e implementados de forma articulada ao ciclo de execução das intervenções;<br>• incorporação à rotina de gestão do Projeto de triagem, supervisão e monitoramento socioambiental;<br>• MGQR operante, acessível e integrado ao acompanhamento das intervenções;<br>• Produção de relatórios periódicos de desempenho utilizados como base para acompanhamento e correção de desvios. | • SGAS;<br>• MGAS;<br>• PEPI;<br>• MRI;<br>• PCA;<br>• PESA;<br>• PEQUI;<br>• PGRCC;<br>• PPRE;<br>• PPREASAS;<br>• PPB;<br>• PTTS;<br>• PMAGT-Canabrava;<br>• PCC;<br>• MGQR<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente gestão do projeto.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| Atividades de monitoramento, avaliação e aprendizado (ex. pesquisas de linha de base, revisão de meio-termo e avaliação final do projeto e acompanhamento de resultados e verificação independente | • planejamento e implementação do sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem do Projeto Salvador SBN;<br>• realização de estudos de linha de base, pesquisas de acompanhamento, revisões de meio-termo, avaliação final, verificação independente de resultados e demais estudos avaliativos necessários;<br>• acompanhamento dos indicadores de desempenho, | • não se aplica.<br>• não se aplica. | • não se aplica.<br>• não se aplica. | • fragilidades no acompanhamento de resultados, na produção de evidências e na incorporação de recortes sociais, caso o sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem não seja adequadamente implementado.<br>• fortalecimento do acompanhamento de resultados e impactos do | predominantemente positiva | média | • sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem compatível com os objetivos, indicadores e resultados do Projeto;<br>• estudos, revisões e avaliações integrados ao ciclo de acompanhamento da implementação;<br>• produção, análise e divulgação de informações com incorporação dos recortes de gênero, juventude e demais grupos em situação de vulnerabilidade;<br>• verificação independente dos resultados parciais articulada ao acompanhamento | • sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem do Projeto;<br>• relatórios periódicos;<br>• verificação independente;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente gestão do projeto. |

PRELIMINAR

| Tipologia de intervenção | Principais ações previstas | Riscos e/ou Impactos esperados | | | Natureza do impacto | Significância do impacto | Diretrizes propostas | Mecanismos de gestão propostos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Meio físico | Meio biótico | Meio socioeconômico | | | | |
| incluindo recortes de gênero e juventude) | produtos, resultados e impactos do Projeto;<br>• sistematização das lições aprendidas para subsidiar o aperfeiçoamento contínuo da implementação e a tomada de decisão;<br>• incorporação de recortes de gênero, juventude e outros grupos em situação de vulnerabilidade na produção, análise e divulgação das informações. | | | Projeto;<br>• melhoria da tomada de decisão e do aperfeiçoamento contínuo da implementação;<br>• incorporação de recortes de gênero, juventude e grupos em situação de vulnerabilidade no monitoramento e na avaliação. | | | dos resultados do Projeto. | |
| Comunicação e engajamento cidadão: divulgação, sensibilização, transparência e monitoramento | • desenvolvimento da comunicação institucional do Projeto;<br>• divulgação de objetivos, investimentos, intervenções, resultados e indicadores;<br>• realização de campanhas de sensibilização sobre resiliência climática e SBN;<br>• produção de materiais de comunicação acessíveis;<br>• manutenção de canais de transparência e acesso à informação;<br>• prestação de contas à sociedade;<br>• divulgação de relatórios e resultados;<br>• avaliação da efetividade das estratégias de comunicação adotadas. | • não se aplica. | • não se aplica. | • baixa disseminação de informações, insuficiência de transparência ou engajamento limitado, com repercussões sobre a compreensão pública e o acompanhamento social do Projeto, caso as estratégias de comunicação não sejam adequadamente implementadas. | predominantemente positiva | média | • comunicação institucional acessível, periódica e aderente aos objetivos e resultados do Projeto<br>• transparência e acesso à informação incorporados à rotina de prestação de contas<br>• sensibilização e engajamento cidadão articulados aos instrumentos já previstos no Projeto<br>• monitoramento da efetividade das estratégias de comunicação como parte do acompanhamento da implementação | • PEPI;<br>• MGQR;<br>• PTTS;<br>• Protocolo de monitoramento das ações da subcomponente gestão do projeto.<br><br>Planos deste tipo já foram elaborados para a intervenção Novo Mané Dendê e demais intervenções de urbanização integrada no município. |
| | | • não se aplica. | • não se aplica. | • fortalecimento da transparência, do acesso à informação, da sensibilização e do engajamento cidadão no acompanhamento do Projeto. | | | | |

PRELIMINAR

## 7. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NORTEADORES DA GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Após a identificação dos impactos no Capítulo 6, deverão ser aplicados mecanismos de mitigação para a gestão de riscos e impactos socioambientais do Projeto Salvador SBN, a qual deverá ser estruturada em conformidade com o QAS do Banco Mundial, considerando as NAS, a legislação brasileira aplicável e os instrumentos institucionais da PMS. A gestão de riscos e impactos adotada segue a lógica indicada na Figura 18, que apresenta os tópicos tratados nas cinco seções deste capítulo.

Figura 18: Orientação para gestão de riscos e impactos no Projeto Salvador SBN.




A gestão socioambiental do Projeto Salvador SBN deverá considerar uma abordagem estratégica e preventiva, baseada na identificação antecipada de fatores críticos com impactos sociais e ambientais, análise da capacidade de suporte territorial e definição de medidas de mitigação e monitoramento compatíveis com os riscos identificados, ao longo de todas as fases do projeto. Para estruturar estes mecanismos serão necessários apoios de consultorias externas, visando construir avaliações mais aprofundadas a respeito dos riscos e impactos, principalmente impactos ambientais do Projeto.

Os instrumentos de gestão de risco indicados no Quadro 12 da seção 6.2 conformam a estrutura operacional a ser adotada no Projeto Salvador SBN. O escopo geral desses instrumentos associados ao MGAS está detalhado no Capítulo 9. Além deles, serão necessários o detalhamento e a implementação do PMM, inicialmente elaborado para Vila Mar, o qual delineou o modelo institucional de cogestão das SBN que servirá de base para todo o Projeto Salvador SBN. O PMM está no Apêndice 5. Nesse sentido, é importante ter em vista a instauração da CAO como uma semente da instância de cogestão das SBN, de modo que este processo seja incorporado nas ações de formação previstas no PCC.

Também para garantir a devida gestão dos riscos e impactos sociais e ambientais, deve ser desenvolvido um protocolo de monitoramento das ações da subcomponente fortalecimento institucional, conforme indicado no Quadro 12 da seção 6.2. Em relação aos impactos previstos das atividades ligadas ao Componente 2, outra medida relevante de gestão ambiental e social é a atuação transversal de acompanhamento que poderá ser realizada pelo GT-SBN da PMS, criando as bases para a institucionalização de processos na estrutura de gestão municipal, possibilitando, assim, a replicação da intervenção em contextos similares.

## 7.1 Prioridade do Uso da Hierarquia de Mitigação

A gestão de riscos e impactos socioambientais do Projeto Salvador SBN deverá priorizar a aplicação da hierarquia de mitigação prevista na NAS 1 do Banco Mundial. Essa abordagem estabelece que os impactos socioambientais deverão ser tratados seguindo, preferencialmente, a seguinte ordem:

1. **Evitar os impactos**, sempre que tecnicamente viável;
2. **Minimizar ou reduzir** os impactos inevitáveis;
3. **Mitigar ou restaurar** os danos causados;
4. **Compensar ou neutralizar** impactos residuais significativos.

A aplicação desse princípio deverá ocorrer desde a etapa de planejamento das intervenções até a execução e operação das obras, contemplando aspectos ambientais, sociais, urbanos, trabalhistas e comunitários. Como princípio orientador, o projeto deverá priorizar soluções que reduzam a necessidade de remoções involuntárias, minimizem interferências nas dinâmicas comunitárias e preservem as condições ambientais e sociais dos territórios atendidos. Entre as medidas previstas deverão ser consideradas (i) a adequação de projetos para redução de remoções involuntárias; (ii) controle de poeira, ruído e resíduos, assim como da qualidade da água no Rio Mocambo e seus afluentes; (iii) a proteção e articulação da mobilidade local durante obras; (iv) adoção de protocolos de saúde e segurança ocupacional; (v) medidas específicas para grupos vulneráveis e (vi) ações preventivas relacionadas à VBG e EAS/AS.

## 7.2 Reconhecimento do Sistema Nacional como Quadro de Gestão de Riscos Socioambientais do Projeto

Os licenciamentos ambiental e urbanístico são o principal mecanismo institucional brasileiro de controle de impactos socioambientais. A gestão socioambiental do Projeto Salvador SBN deverá considerar os instrumentos nacionais de controle, planejamento, fiscalização e regularização urbana e ambiental como parte integrante do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do Projeto. Tal como indicado no Capítulo 5, serão observados, entre outros:

- A legislação ambiental federal, estadual e municipal, e seus respectivos procedimentos de licenciamento;
- A legislação trabalhista;
- Legislação e instrumentos de proteção do patrimônio cultural;
- As normas de saúde e segurança do trabalho;
- Os regulamentos relacionados à transparência pública;
- Instrumentos de participação social;
- Políticas de proteção social e direitos humanos.

O licenciamento deverá estar amparado nas condicionantes da Lei Complementar nº 140/2011 e também deverão ser considerados os instrumentos institucionais já operados pela PMS, indicados no Capítulo 5, incluindo:

- Políticas socioambientais municipais;
- As normas e instrumentos de controle urbanístico e de uso do solo;
- Protocolos de licenciamento;

PRELIMINAR

- Sistemas de ouvidoria;
- Mecanismos de defesa civil;
- Estruturas de gestão de riscos urbanos.

O Projeto deverá buscar alinhamento entre os requisitos nacionais, estaduais e municipais e as NAS do Banco Mundial, observando o princípio da equivalência e complementaridade normativa. No entanto, o reconhecimento do sistema nacional não substitui a necessidade de atendimento às NAS do Banco Mundial, devendo prevalecer o padrão mais protetivo em caso de divergência entre os referenciais aplicáveis. Onde for identificada a necessidade de procedimento adicional para atendimento às NAS, o Projeto Salvador SBN deverá complementar os instrumentos nacionais por meio da elaboração de ferramentas específicas de gestão socioambiental.

Para isto, o Projeto adotará instrumentos de licenciamento ambiental e urbanístico previstos na legislação brasileira e municipal como parte integrante do sistema de gerenciamento de riscos e impactos socioambientais do projeto. Desta forma o fluxo de licenciamento envolverá a obtenção das licenças, autorizações e anuências necessárias junto aos órgãos competentes, incluindo os procedimentos municipais conduzidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). O SGAS do Projeto deverá assegurar a identificação prévia dessas exigências legais, o acompanhamento da tramitação dos processos de licenciamento, o monitoramento do atendimento às condicionantes ambientais e urbanísticas, e a integração entre os instrumentos de regularização e os planos e ações socioambientais previstos neste MGAS, como indicado no Quadro 13.

Quadro 13: Etapas do licenciamento ambiental.

| Momento do fluxo | Trilha Ambiental: SEDUR (triagem) e, quando aplicável, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) | Trilha Urbanística: SEDUR | Observação |
|---|---|---|---|
| **Pré-projeto** | Submissão à SEDUR para triagem ambiental e obtenção de Licença Prévia (LP) | Termo de Viabilidade de Localização (TVL) | A triagem ambiental e o TVL podem ser solicitados em paralelo, mas ambos antecedem o detalhamento do projeto executivo |
| **Definição de competência** | SEDUR avalia o porte da obra e proximidade a corpo hídrico: licencia diretamente (competência municipal) ou aciona o INEMA (competência estadual) | Aprovação de parâmetros urbanísticos (LOUOS/PDDU) | Esta é a etapa que determina se o licenciamento ambiental seguirá no âmbito municipal (SEDUR) ou estadual (INEMA) |
| **Autorização de obra** | Licença de Instalação (LI) municipal, emitida pela SEDUR, ou LI estadual, emitida pelo INEMA, conforme a competência definida | Alvará de construção/licença, com projeto assinado por responsável técnico | A obra só deve iniciar quando a LI (municipal ou estadual, conforme o caso) e o alvará estiverem emitidos |
| **Autorizações específicas complementares** | Quando de competência estadual: ASV, outorga de recursos hídricos e DIAP (INEMA); quando de competência municipal, conforme exigência da SEDUR | — | Corre em paralelo às fases de LI e Licença de Operação (LO); costuma ser o item de maior risco de atraso no cronograma |
| **Execução e monitoramento** | Verificação de condicionantes ambientais durante a obra, pela SEDUR ou pelo INEMA, conforme a | Fiscalização municipal da obra | Ambas alimentam o mesmo sistema de acompanhamento de condicionantes do SGAS |

PRELIMINAR

| Momento do fluxo | Trilha Ambiental: SEDUR (triagem) e, quando aplicável, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) | Trilha Urbanística: SEDUR | Observação |
|---|---|---|---|
| | competência | | |
| **Encerramento / entrada em operação** | Licença de Operação (LO) municipal (SEDUR) ou estadual (INEMA), após comprovado o cumprimento das condicionantes da LI | Habite-se, após termo de conclusão de obra | A LO ambiental normalmente deve preceder ou ser concomitante ao habite-se, especialmente quando há sistemas de controle ambiental a operar (ex.: drenagem) |

O gerenciamento socioambiental do Projeto deverá estar articulado aos procedimentos de licenciamento ambiental, aprovação urbanística e emissão das autorizações administrativas exigidas para a implantação das intervenções, em conformidade com a legislação aplicável e com as competências dos órgãos responsáveis. Dependendo da natureza, localização e porte de cada intervenção, poderão ser requeridas Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), ou outros instrumentos de regularização ambiental previstos na legislação vigente, além de autorizações ambientais específicas, alvarás de construção, aprovações urbanísticas e anuências de concessionárias de serviços públicos.

Quando aplicável, também deverão ser obtidas autorizações para intervenções em áreas ambientalmente sensíveis, para supressão vegetal e manejo arbóreo, bem como as anuências dos órgãos competentes relacionadas à proteção do patrimônio cultural e arqueológico, especialmente nos casos de ocorrência de achados fortuitos durante a execução das obras. O SGAS do Projeto deverá assegurar a identificação prévia dessas exigências legais, o acompanhamento da tramitação dos processos de licenciamento, o monitoramento do atendimento às condicionantes ambientais e urbanísticas e a integração entre os instrumentos de regularização e os planos e ações socioambientais previstos neste MGAS.

### 7.3 Estruturação do Mecanismo de Gestão Ambiental e Social do Projeto

O gerenciamento socioambiental do projeto Salvador SBN deverá seguir os fluxos que atualmente já são operados pela PMS. Apesar de não possuir um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) institucionalizado, o Projeto estabelecerá um mecanismo de gestão que será operacionalizado com a instalação da UGP e da UIP, concebido para viabilizar a execução do presente MGAS ao longo de todo o ciclo de implementação. Este mecanismo funcionará como instancia de coordenação, de forma a integrar institucionalmente os órgãos executores do projeto, as equipes técnicas responsáveis, a fiscalização das obras e supervisão socioambiental, a gestão social, bem como implementar mecanismos de participação e monitoramento dos riscos e impactos do projeto.

Como referência conceitual para a definição de seus componentes essenciais, adota-se a estrutura de SGAS descrita na publicação Marco de Políticas Ambientais e Sociais, do BID, apresentada na Figura 19 (com tradução própria). Essa referência já foi utilizada com sucesso no âmbito do Projeto Mané Dendê, o que fundamenta sua adoção como base de boas práticas para a organização do mecanismo.

PRELIMINAR

Figura 19: Sistema de Gestão Ambiental e Social do Projeto Salvador SBN.




A operacionalização do SGAS deverá contemplar os riscos e impactos socioambientais identificados neste MGAS, assegurando sua gestão de forma integrada, preventiva e adaptativa ao longo de todo o ciclo de implementação do Projeto Salvador SBN. O sistema deverá promover a articulação entre os órgãos envolvidos na execução do Projeto e estabelecer procedimentos para a identificação, avaliação, monitoramento e tratamento dos riscos socioambientais. Isso contempla, entre outros aspectos, a implementação dos programas de gestão ambiental e social, a definição de responsabilidades institucionais, a preparação para resposta a emergências, o engajamento das partes interessadas, o acompanhamento das condicionantes ambientais e o monitoramento contínuo do desempenho socioambiental. Todas essas atividades deverão ser conduzidas em conformidade com as NAS do Banco Mundial, a legislação brasileira aplicável, os instrumentos de gestão do Projeto e as diretrizes institucionais da PMS.

Para sua implementação, o SGAS será estruturado no âmbito da UGP, que contará com equipe socioambiental dedicada, composta por especialistas nas áreas ambiental e social, responsáveis pela coordenação transversal do MGAS e pela articulação institucional com os órgãos municipais e entidades intervenientes, conforme as competências estabelecidas para cada etapa do Projeto. A operacionalização das ações será realizada em cooperação com os órgãos executores e setoriais envolvidos, incluindo, entre outros, a FMLF, a Superintendência de Obras Públicas (SUCOP), a SEDUR, a CODESAL, a EMBASA, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e, quando aplicável, os órgãos ambientais competentes.

Com o objetivo de garantir a padronização dos procedimentos, a rastreabilidade das informações e a adequada coordenação entre os diversos atores envolvidos, o funcionamento do SGAS será disciplinado por instrumentos operacionais específicos. Estes estabelecerão os fluxos de trabalho, responsabilidades, mecanismos de comunicação, critérios técnicos e procedimentos de monitoramento a serem adotados durante a implementação do Projeto. Para esse fim, serão elaborados os seguintes instrumentos:

- **Manual Operacional Socioambiental do Projeto**, consolidando procedimentos, fluxos de trabalho e critérios de decisão para a execução dos planos e programas do MGAS;

- **Matriz de responsabilidades entre a UGP e os órgãos setoriais envolvidos**, definindo papéis, competências e pontos de interface para cada tipo de risco ou impacto socioambiental;
- **Protocolo de comunicação e escalonamento**, estabelecendo os canais e prazos internos para reporte e resolução de não conformidades socioambientais identificadas durante a execução;
- **Sistema de registro e rastreamento de ocorrências socioambientais**, integrado ao Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) do Projeto, permitindo o acompanhamento do ciclo completo de identificação, tratamento e encerramento de cada ocorrência;
- **Instrumento padronizado de triagem socioambiental**, aplicada a cada atividade ou grupo de atividades detalhado durante a implementação, vinculando os impactos identificados aos programas de gestão correspondentes.

A aplicação do SGAS compreenderá a realização de triagem socioambiental previamente ao início das intervenções e sempre que houver alterações relevantes nas atividades previstas, com o objetivo de verificar a incidência dos riscos e impactos já identificados neste MGAS, bem como definir os programas de gestão ambiental e social aplicáveis a cada atividade ou grupo de atividades. Este processo será realizado por meio do instrumento padronizado de triagem socioambiental, considerando as características da intervenção, sua localização, os impactos potenciais e os requisitos legais e socioambientais aplicáveis.

Os resultados da triagem deverão ser submetidos à validação da equipe socioambiental da UGP e da UIP, antes do início das atividades em campo, assegurando a adequada vinculação entre os riscos identificados, os programas de gestão correspondentes e as exigências decorrentes do licenciamento ambiental, quando aplicáveis. Todo o processo deverá ser registrado no Sistema de Registro e Rastreamento de Ocorrências Socioambientais, garantindo a rastreabilidade das decisões, o acompanhamento da implementação das medidas mitigadoras e o monitoramento contínuo do desempenho socioambiental do Projeto.

A estruturação desse mecanismo no âmbito do Projeto Salvador SBN constitui também uma oportunidade de fortalecimento institucional para a PMS. A experiência acumulada na coordenação socioambiental entre a UGP, UIP e os órgãos setoriais, bem como os instrumentos operacionais desenvolvidos ao longo da implementação, poderão subsidiar, no médio e longo prazo, a institucionalização de um Sistema de Gestão Ambiental e Social permanente e corporativo da Prefeitura, ampliando sua capacidade de gestão de riscos socioambientais para além do escopo deste Projeto.

### 7.4 Ações de Aperfeiçoamento do SGAS

Considerando que a PMS ainda não dispõe de um SGAS estruturado especificamente para a implementação do Projeto Salvador SBN, o presente MGAS propõe a adoção de um modelo de gestão baseado no princípio da metodologia de melhoria contínua PDCA (*Plan, Do, Check, Act*; planejar, executar, verificar, agir corretivamente), visando assegurar eficiência operacional, conformidade socioambiental e aprimoramento contínuo das ações do Projeto Salvador SBN.

A adoção dessa metodologia permitirá que o gerenciamento socioambiental seja conduzido de maneira sistemática, promovendo o planejamento das ações, a implementação das medidas previstas, o monitoramento contínuo do desempenho e a adoção tempestiva de ações corretivas e de aperfeiçoamento sempre que identificadas oportunidades de melhoria ou situações de não conformidade.

PRELIMINAR

A metodologia PDCA deverá orientar:

- O planejamento das ações socioambientais;
- A execução dos planos e programas ambientais e sociais;
- O acompanhamento dos processos de licenciamento;
- O monitoramento de impactos;
- A supervisão das obras;
- O controle de condicionantes;
- A avaliação de desempenho socioambiental.

O conteúdo geral preliminar de cada etapa PDCA está indicado no Quadro 14:

Quadro 14: Ações a serem desenvolvidas no Projeto Salvador SBN conforme a metodologia PDCA.

| | |
|---|---|
| **Planejar (*Plan*)** | • Identificação dos riscos e impactos socioambientais;<br>• Definição das exigências legais e licenciamentos aplicáveis;<br>• Estabelecimento dos objetivos, metas e indicadores;<br>• Elaboração dos planos e programas ambientais e sociais;<br>• Definição dos fluxos institucionais e responsabilidades operacionais;<br>• Identificação de:<br>  ○ Licenças ambientais necessárias;<br>  ○ Aprovações urbanísticas;<br>  ○ Autorizações setoriais;<br>  ○ Anuências institucionais;<br>  ○ Condicionantes aplicáveis às intervenções. |
| **Executar (*Do*)** | • Implementação das medidas mitigadoras;<br>• Execução dos planos e programas socioambientais;<br>• Tramitação e obtenção das licenças e autorizações;<br>• Atendimento às condicionantes ambientais;<br>• Realização das ações de comunicação e participação social;<br>• Execução do controle ambiental das obras;<br>• Capacitação das equipes envolvidas. |
| **Verificar (*Check*)** | • Monitoramento de indicadores socioambientais;<br>• Supervisões técnicas e ambientais;<br>• acompanhamento da validade e conformidade das licenças;<br>• verificação do cumprimento das condicionantes;<br>• monitoramento de reclamações e incidentes;<br>• auditorias e avaliações de desempenho. |
| **Agir corretivamente (*Act*)** | • Correção de não conformidades;<br>• Revisão de procedimentos operacionais;<br>• Atualização de planos e programas e instrumentos de gestão;<br>• Adoção de medidas corretivas relacionadas às condicionantes;<br>• Adequação dos processos de licenciamento e monitoramento;<br>• Aprimoramento contínuo do SGAS e dos planos e programas do MGAS. |

A aplicação contínua desse ciclo permitirá que o SGAS evolua de forma dinâmica ao longo da implementação do Projeto Salvador SBN, fortalecendo a capacidade institucional da PMS para gerenciar riscos e impactos socioambientais de maneira integrada, transparente e alinhada às exigências da legislação brasileira e das áreas de intervenção.

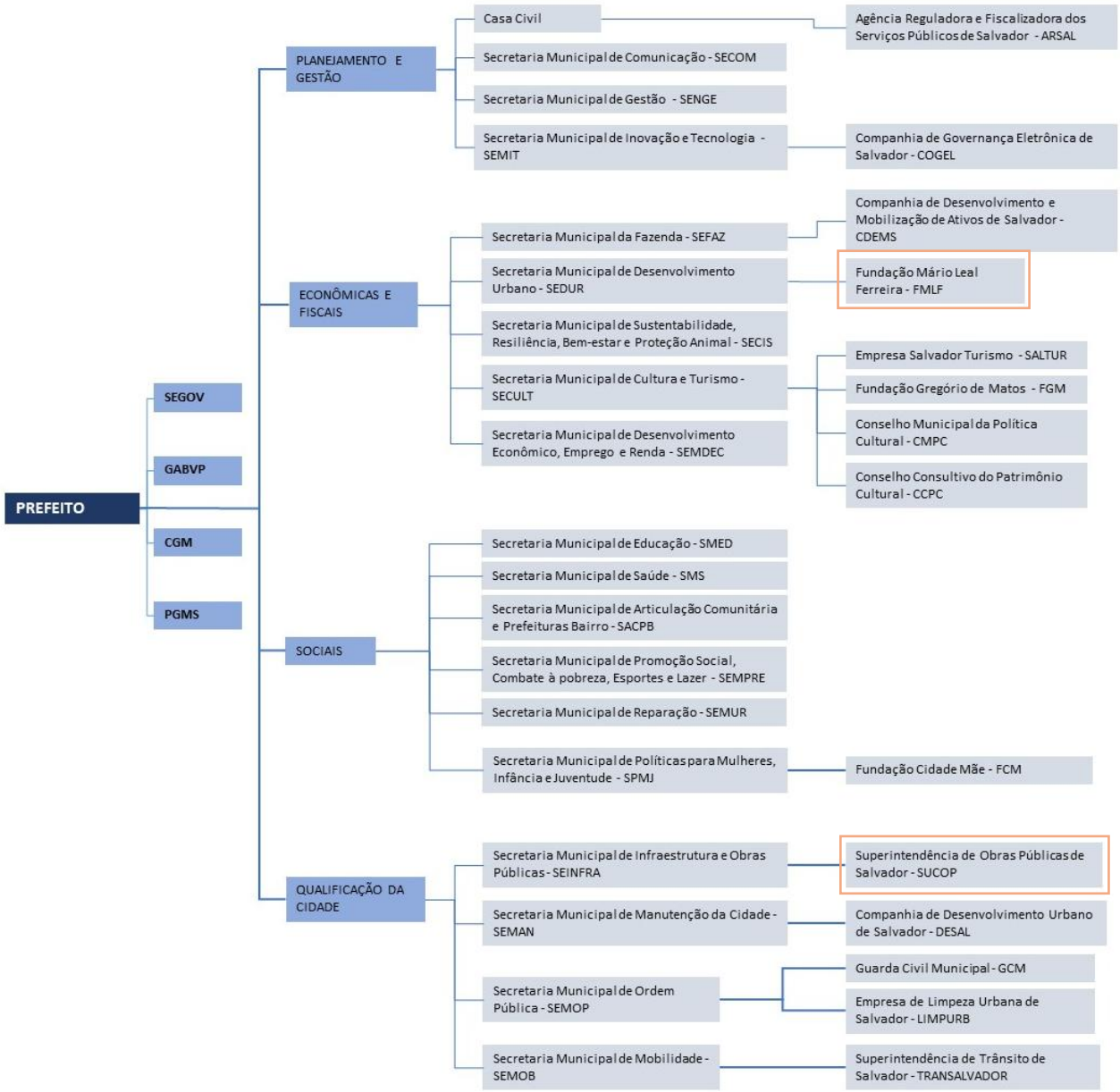
PRELIMINAR

# 8. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E PAPÉIS INSTITUCIONAIS

## 8.1 Estrutura Organizacional da PMS

A PMS tem desempenhado um papel fundamental nas transformações urbanas, sociais e econômicas da cidade, promovendo avanços em áreas como mobilidade, infraestrutura, habitação, saneamento e requalificação urbana. Para viabilizar essas ações, a administração municipal possui uma estrutura organizacional composta pelo Gabinete do Prefeito, secretarias, autarquias e demais órgãos públicos, organizados de forma integrada para planejar e executar as políticas públicas do município (Figura 20).

Figura 20: Organograma da PMS.



## 8.2 Histórico da PMS com Entidades Bilaterais e Multilaterais de Desenvolvimento

A PMS tem um histórico consolidado de iniciativas de sucesso que envolvem entidades bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, muitas delas conduzidas ou com envolvimento ativo da FMLF. O Quadro 15 traz alguns exemplos da atuação da PMS junto a mutuário de organismos multilaterais de crédito e o Quadro 16 lista projetos desenvolvidos com a participação de agências internacionais de cooperação.

Quadro 15: Iniciativas recentes da PMS com mutuário de organismos multilaterais de crédito.

| | |
|---|---|
| Projeto Novo Mané Dendê | Integra o Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador, financiado pelo BID. Sua preparação foi iniciada em meados da década de 2010, liderada pela FMLF, tendo sido implementado entre 2018 e 2026. Sua Unidade de Gestão do Projeto está ligada à SEINFRA, com participação articulada de diferentes órgãos municipais, incluindo a FMLF, a CODESAL, a SEFAZ, a LIMPURB, a SEMAN e a Procuradoria-Geral do Município de Salvador (PGMS).<br>O projeto foi estruturado a partir de uma abordagem integrada de requalificação urbana e ambiental da Bacia do Rio Mané Dendê, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, envolvendo intervenções em diferentes comunidades marcadas por precariedade habitacional, déficit de infraestrutura urbana, elevada vulnerabilidade socioeconômica e exposição a riscos geohidrológicos. As intervenções contemplaram obras de macrodrenagem e microdrenagem, saneamento básico, estabilização de encostas, recuperação ambiental, provisão habitacional, reassentamento involuntário, regularização fundiária, mobilidade, implantação de equipamentos públicos e qualificação de espaços livres e áreas de convivência. O projeto incorporou componentes de infraestrutura verde e SBN, especialmente em ações de drenagem, estabilização superficial, recuperação de áreas degradadas e qualificação paisagística. Seus planejamento e implementação exigiram uma sinergia entre desenho urbano, engenharia, trabalho social e gestão ambiental, além da compatibilização entre intervenções físicas e permanência das dinâmicas sociais e econômicas locais.<br>O projeto possui forte aderência aos desafios previstos no Salvador SBN por envolver a urbanização integrada em território vulnerável, reassentamento involuntário (que envolveu a selagem de mais 1.500 imóveis de uso residencial, comercial, institucional e religioso, como terreiros), obras de drenagem e contenção de encostas com SBN, e provisão habitacional. A experiência acumulada evidencia a necessidade de coordenação intersetorial contínua, forte presença territorial das equipes do trabalho social, mecanismos permanentes de comunicação e engajamentos comunitários e integração entre obras físicas e ações socioeconômicas, além da importância do monitoramento socioambiental contínuo em projetos urbanos complexos como este. |
| Programa Salvador Social | Desenvolvido com apoio do Banco Mundial ao longo da década de 2010, tem como foco o fortalecimento institucional e a melhoria da gestão de políticas sociais do município. Liderado pela Casa Civil e iniciando sua terceira fase, sua implementação envolve diferentes estruturas da PMS, especialmente áreas de promoção social, saúde, educação, planejamento e monitoramento de políticas públicas.<br>Embora tenha natureza distinta de um projeto de urbanização física, o Programa apresenta convergência com o Salvador SBN com relação aso aspectos de fortalecimento institucional, gestão integrada, monitoramento de indicadores e atuação sobre vulnerabilidades urbanas. Entre as principais lições aprendidas destacam-se a importância da integração entre bases de dados e sistemas municipais, a necessidade de monitoramento contínuo de indicadores sociais e a relevância da articulação intersetorial para implementação de políticas públicas ancoradas no território. |
| Projeto Teleférico | Proposta de mobilidade para o Subúrbio Ferroviário inicialmente formulada no âmbito do projeto Novo Mané Dendê pela empresa responsável por sua elaboração; conta atualmente com financiamento do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF). Sua preparação foi iniciada em 2022, liderada pela FMLF, com sua |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| | estruturação consolidada em 2025 e sua implantação, sendo encaminhada, será executada pela SUCOP. A iniciativa envolve coordenação municipal e participação de órgãos ligados ao planejamento urbano, mobilidade, infraestrutura e inclusão social.<br>O projeto possui interface importante com o Salvador SBN por atuar em áreas urbanas vulneráveis e de relevo acidentado, buscando integrar mobilidade, inclusão territorial e qualificação urbana. Também apresenta desafios relacionados à gestão de impactos urbanos, articulação institucional e necessidade de diálogo social permanente. Entre as lições relevantes destacam-se a importância da integração entre mobilidade e planejamento territorial, a necessidade de avaliações socioambientais prévias robustas e a relevância da comunicação social em projetos estruturantes de grande visibilidade pública. |
| Programa Salvador Capital Afro | Estruturado entre 2017-2018, tem sido implantado com apoio do BID numa articulação entre diferentes órgãos municipais ligados à cultura, turismo, desenvolvimento econômico e inclusão social. A iniciativa busca promover valorização territorial, fortalecimento cultural, dinamização econômica e inclusão socioprodutiva em territórios negros e periféricos de Salvador. Sua execução tem envolvido principalmente a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), a Fundação Gregório de Mattos e articulações com OSC, coletivos culturais e lideranças comunitárias. A atividade relativa à habitação para servidores municipais no bairro do Comércio tem sido desenvolvida pela FMLF.<br>Embora não seja um programa de infraestrutura urbana, o Salvador Capital Afro tem lições para o Salvador SBN com respeito à participação social, valorização territorial, inclusão de grupos historicamente vulnerabilizados e fortalecimento comunitário. As experiências desenvolvidas demonstraram a importância da escuta comunitária estruturada, da valorização das identidades culturais locais e da adoção de abordagens sensíveis às desigualdades raciais, sociais e econômicas presentes em Salvador. |

Quadro 16: Iniciativas recentes da PMS com agências internacionais de cooperação.

| | |
|---|---|
| Adaptação Climática de Vila Mar | Desenvolvido no âmbito de uma cooperação internacional apoiada pela GIZ, pelo CFF e pela rede C40 Cities, entre 2023 e 2024, enfocou a adaptação climática desta ZEIS por meio de SBN. A iniciativa foi estruturada a partir dos PAEs elaborados pela CODESAL e contou com coordenação da FMLF. O projeto contemplou estudos de modelagem hidrológica e hidráulica, atualização de mapeamentos de risco, análise multicritério de SBN, desenvolvimento de propostas de infraestrutura verde e híbrida e elaboração de estratégias de gestão e manutenção compartilhada das soluções implantadas. As ações envolveram drenagem urbana sustentável, parques lineares, hortas comunitárias, corredores verdes, recuperação de fundos de vale e mecanismos de governança comunitária para manutenção das intervenções.<br>Esta experiência foi uma das sementes do Projeto Salvador SBN. Entre as principais lições aprendidas destaca-se a importância da integração entre SBN e infraestrutura cinza, da participação comunitária na gestão pós-ocupação e da incorporação da variável climática no planejamento urbano de territórios periféricos vulneráveis. |
| Parque Socioambiental de Canabrava | O projeto para o Parque Socioambiental de Canabrava foi conduzido pela FMLF, com vistas à recuperação ambiental e requalificação urbana de área associada ao antigo aterro sanitário de Canabrava. Com apoio do Gap Fund, foi desenvolvido um desenho de modelo de negócios e governança para o Parque Socioambiental de Canabrava, com a elaboração de estudos técnicos para a implantação de instalações que trazem dinamismo econômico no parque: uma unidade de compostagem e um horto municipal para plantio de mudas de espécies da Mata Atlântica.<br>Esta experiência também foi uma das sementes do Projeto Salvador SBN. Entre as principais lições aprendidas até o momento está a necessidade de planejamento territorial integrado, articulação entre diferentes órgãos municipais, construção participativa de modelos de governança e integração entre recuperação ambiental e inclusão socioprodutiva. |

| | |
|---|---|
| Mapeamento de áreas com potencial para implantação de SBN | Relaciona-se especificamente com cumprimento de um dos indicadores do Projeto Salvador SBN: sua replicação em outras áreas do município. Mapeamento liderado pela FMLF e sendo realizado com apoio do Gap Fund, considerando as áreas de risco mapeadas pela CODESAL e priorizando a adaptação climática, a recuperação de bacias e a preservação de áreas verdes e nascentes. |

### 8.3 Histórico da PMS como Executora de Projetos de Urbanização Integrada em Áreas Periféricas

A PMS tem atuado em diversos projetos em comunidades urbanas, voltados à mitigação de riscos em áreas com marcada vulnerabilidade social. Visando a promoção de condições dignas de habitabilidade desta população, a PMS tem investido em projetos de saneamento, urbanização, mobilidade, educação, saúde e lazer, além de fomentar condições de empregabilidade nas áreas que atua. Nesse contexto, inserem-se dois grandes projetos de urbanização já concluídos: Guerreira Zeferina, implantado em 2018, e Novo Mané Dendê, finalizado em 2026, ambos localizados no Subúrbio Ferroviário. Esses projetos trouxeram para a PMS a expertise relativa a processo de reassentamento involuntário, realizado de maneira criteriosa e em diálogo estreito com as comunidades, assim como ampliaram o foco de atuação com respeito às questões ambientais, especialmente proteção e recuperação de rios, nascentes e áreas verdes. Tais lições estão sendo replicadas em experiências mais recentes, Pé Preto e Pilar, que, junto com as anteriores, estão brevemente descritas no Quadro 17.

Quadro 17: Planos e projetos recentes da PMS relativos à urbanização integrada em áreas periféricas.

| | |
|---|---|
| Projeto Novo Mané Dendê | Intervenção descrita no item 8.2. |
| Projeto Guerreira Zeferina | Desenvolvido pela PMS entre 2015 e 2019, com recursos próprios, voltando-se à requalificação urbana e ao reassentamento de famílias da antiga ocupação conhecida como “Cidade de Plástico”. A iniciativa foi conduzida pela FMLF, com envolvimento da SEINFRA e da Casa Civil, além de outras estruturas municipais ligadas à assistência social e ao desenvolvimento comunitário. O projeto contemplou a construção de unidades habitacionais, urbanização integrada, implantação de equipamentos comunitários, áreas de lazer, espaços comerciais e ações de desenvolvimento social e fortalecimento comunitário. Cerca de 257 famílias foram beneficiadas pelo reassentamento e pela provisão de infraestrutura urbana adequada.<br>A experiência apresenta forte convergência com os desafios previstos no Salvador SBN por envolver reassentamento involuntário, urbanização em território vulnerável e trabalho social contínuo, além da necessidade de gestão pós-ocupação. Entre as principais lições aprendidas destacam-se (i) a importância da mobilização comunitária ao longo do ciclo de vida do projeto e (ii) a garantia de haver integração entre intervenções físicas e ações de inclusão social e geração de renda, o que tende a favorecer o acompanhamento social da gestão condominial. |
| Projeto Pé Preto | Corresponde a uma iniciativa de urbanização integrada e provisão habitacional estruturada pela PMS, sendo apoiada pela CAIXA e o MCID, voltada à qualificação da Comunidade Pé Preto, no Nordeste de Amaralina. Desenvolvido a partir de 2022, o projeto é coordenado pela FMLF e envolve atuação articulada de áreas de habitação, infraestrutura, assistência social, saneamento e regularização fundiária. A proposta foi concebida de forma participativa, incluindo oficinas comunitárias, mobilização social e acompanhamento territorial contínuo. Prevê a construção de 270 unidades habitacionais, implantação de infraestrutura urbana e saneamento, drenagem, contenção de encostas, áreas verdes, equipamentos comunitários, energia solar fotovoltaica, regularização fundiária e trabalho social continuado, garantindo a permanência das famílias na própria poligonal da comunidade.<br>O projeto apresenta aderência aos desafios previstos no Salvador SBN por integrar |

| | |
|---|---|
| | reassentamento, urbanização de assentamentos precários, soluções ambientais, mitigação de riscos e participação comunitária. Entre as principais lições aprendidas destacam-se a importância da elaboração participativa dos projetos, da integração entre componentes físicos e sociais e da necessidade de coordenação institucional contínua nesse tipo de intervenção. |
| Projeto Pilar | Iniciativa de HIS e requalificação urbana vinculada ao Novo PAC, desenvolvida no Centro Histórico de Salvador. A intervenção envolve recuperação urbana, produção habitacional, infraestrutura e valorização do patrimônio cultural em área consolidada e socialmente vulnerável. A execução conta com articulação entre PMS e a CAIXA, além de órgãos ligados ao patrimônio cultural e habitação.<br>O projeto apresenta interface relevante com os desafios do Salvador SBN, especialmente pela atuação num território urbano complexo, necessidade de articulação institucional, provisão habitacional e integração entre qualificação urbana e inclusão social. As experiências associadas ao projeto evidenciam a importância da compatibilização entre intervenções urbanas, permanência da população residente, gestão social do território e integração entre habitação, infraestrutura e valorização cultural. |

### 8.4 Planos e Projetos Municipais Correlatos ao Salvador SBN

O Quadro 18 traz os principais planos e projetos municipais que têm relação com o Projeto Salvador SBN.

Quadro 18: Planos e projetos correlatos ao Salvador SBN.

| | |
|---|---|
| Plano Plurianual de Desenvolvimento (PPA) | Principal instrumento de planejamento municipal de médio prazo, elaborado a cada quatro anos para definir diretrizes, objetivos, metas e programas, e orientar políticas públicas e investimentos. O PPA 2026–2029 estrutura-se em eixos estratégicos voltados a: inclusão social, saúde, educação, infraestrutura, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico e inovação, e prevê cerca de R$ 80 bilhões em investimentos. |
| PDDU | Principal instrumento da política urbana municipal, estabelece diretrizes para o ordenamento territorial, desenvolvimento urbano e ambiental da cidade. Orienta o uso e ocupação do solo, a política habitacional, a mobilidade urbana, a proteção ambiental e patrimonial, a regularização fundiária e a gestão de áreas de risco, incorporando instrumentos voltados à função social da cidade e da propriedade. O plano define diretrizes específicas para ZEIS e áreas de proteção ambiental. |
| PMAMC | Instrumento que institui uma série de medidas para transformar a cidade em um polo de desenvolvimento sustentável e tecnológico, tornando-a capaz de integrar crescimento socioeconômico com proteção ambiental. |
| Projeto Corredores Verdes | Este projeto visa transformar a paisagem de Salvador através da criação de corredores de verde e sombra, através do plantio de árvores ao longo de avenidas, ruas e outros locais, criando conexões de vegetação com parques e praças, sistema de transporte e pontos relevantes, para melhorar a experiência dos deslocamentos na cidade, especialmente para pedestres, ciclistas e usuários de transporte público. |
| Projeto Treinar para Empregar | Programa municipal de qualificação profissional voltado à inclusão produtiva e ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social. Coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (SEMDEC), o programa tem como meta qualificar cerca de 60 mil pessoas, sendo acessível através da plataforma Salvador Digital. A iniciativa reúne ações de capacitação em setores estratégicos da economia local, com foco na geração de emprego, renda e fortalecimento das capacidades profissionais da população. |
| Programa Salvador Capital da Mata Atlântica | Programa municipal voltado à preservação, recuperação e valorização ambiental da Mata Atlântica em Salvador, articulando ações de implantação e qualificação de parques urbanos, corredores verdes, recuperação ambiental e educação ambiental. O programa integra iniciativas relacionadas ao SAVAM, incluindo proteção de áreas verdes e |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| | fortalecimento da infraestrutura ecológica urbana. Dentre suas ações, inclui-se a realização do PDAU e do Manual Técnico de Arborização Urbana de Salvador com Espécies Nativas da Mata Atlântica. |
| Morar Melhor | Programa municipal de melhoria habitacional voltado à qualificação de moradias precárias em áreas vulneráveis de Salvador, por meio de pequenas intervenções construtivas e assistência técnica em arquitetura e engenharia. A iniciativa busca melhorar as condições de habitabilidade, salubridade e segurança das residências, priorizando famílias de baixa renda em territórios com maior vulnerabilidade socioespacial. Desde seu lançamento, em 2015, o programa já beneficiou mais de 55 mil famílias em mais de 300 localidades. |

### 8.5 Arranjo Institucional do Projeto

O arranjo institucional do Projeto Salvador SBN será estruturado a partir da atuação coordenada entre a FMLF, Unidade Executora, e a SUCOP, Unidade Coexecutora do Projeto Salvador SBN. A FMLF será responsável por:

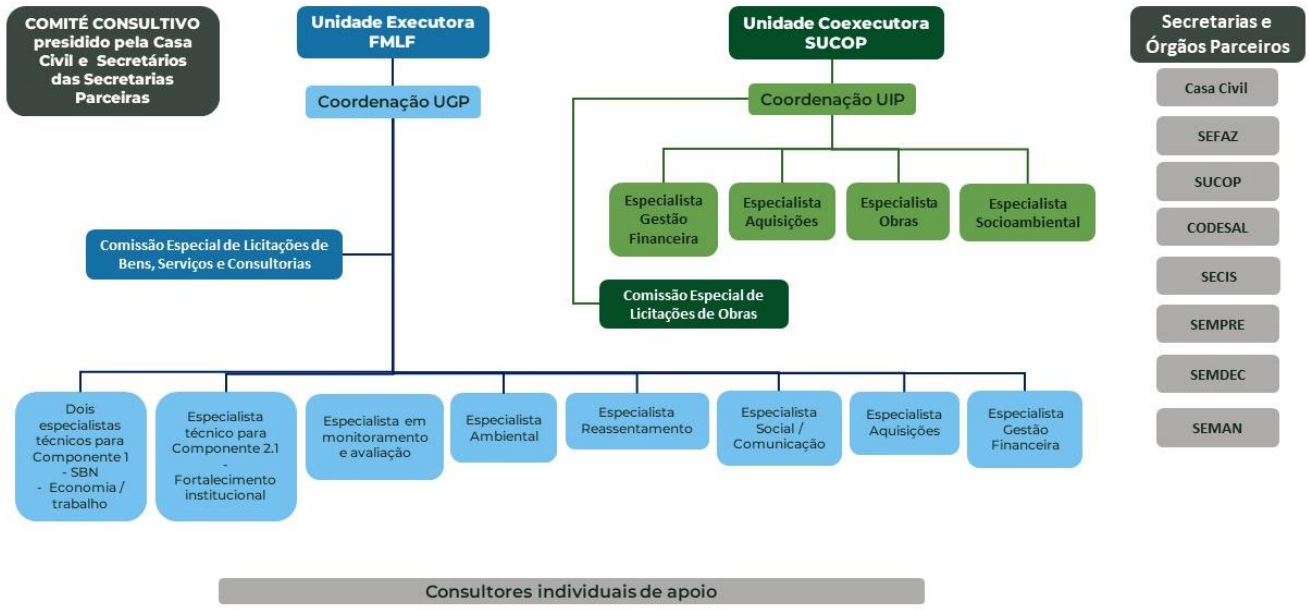
- a coordenação e o diálogo com o Banco Mundial;
- o planejamento das atividades do Projeto;
- a articulação institucional entre as demais secretarias de apoio ao Projeto;
- o monitoramento e avaliação, incluindo a preparação e envio de reportes devidos ao Banco Mundial;
- a gestão financeira do Projeto, incluindo os pedidos de desembolso e os relatórios financeiros para o Banco Mundial, na frequência a ser acordada; e
- a gestão de riscos e compliance socioambiental do Projeto, de acordo o QAS do Banco Mundial e as indicações deste MGAS.

A execução propriamente dita do Projeto Salvador SBN, incluindo a condução dos processos de licitação e contatação, será compartilhada entre FMLF e a SUCOP. A SUCOP ficará encarregada da execução das obras do Projeto, incluindo atividades diretamente correlatas que estão incluídas na Subcomponente 1.1. A FMLF ficará encarregada da execução dos demais componentes, subcomponentes e atividades. Em cada uma das unidades executoras (FMLF e SUCOP) haverá um coordenador, um especialista em gestão financeira e um especialista em aquisições, além de uma Comissão Especial de Licitações. Salienta-se que a estrutura de gestão proposta será validada mediante o avanço da participação e discussões do arranjo institucional com a SUCOP. Em particular, deverá ser analisada a possibilidade de inclusão de um especialista socioambiental na Unidade de Implementação do Projeto (UIP) da SUCOP.

A proposta preliminar do arranjo institucional do projeto está na Figura 21. Esta estrutura busca integrar as competências de planejamento, gestão e execução já consolidadas em cada instituição, assegurando maior eficiência na implementação das ações e no atendimento aos requisitos técnicos, fiduciários, ambientais e sociais do Projeto Salvador SBN.

PRELIMINAR

Figura 21: Arranjo institucional do Projeto Salvador SBN.




### 8.5.1.Unidade Executora: FMLF

A FMLF é a entidade responsável pela coordenação e gestão geral do Projeto, sendo, portanto, a líder do arranjo institucional. A FMLF sediará a UGP, ficando a cargo de prover os meios indispensáveis a sua operacionalização, sendo autorizada a expedir atos normativos e instruções complementares necessários à sua estruturação e funcionamento. A FMLF tem seu foco de atuação no planejamento urbano de Salvador, sendo responsável pela coordenação e elaboração de estudos, planos e projetos urbanísticos e arquitetônicos que orientam o desenvolvimento da cidade. A FMLF tem ampla experiência em planejamento urbano integrado e gestão de informações territoriais, desempenhando um papel estratégico na coordenação técnica, na articulação institucional e no acompanhamento de indicadores e resultados. Atuando ainda na elaboração e no gerenciamento de projetos de requalificação urbana, tanto em espaços emblemáticos de Salvador, quanto em grandes operações de urbanização de áreas precárias, a FMLF tem contribuindo para que as intervenções urbanas sejam implementadas de forma integrada, sustentável e alinhada às diretrizes de desenvolvimento do município. A FMLF atuará em constante alinhamento com a Unidade Coexecutora do Projeto Salvador SBN, a SUCOP, no processo de planejamento e implementação das intervenções.

O Quadro 19 traz um detalhamento da estrutura proposta para a UGP do Projeto Salvador SBN.

Quadro 19: Estrutura da UGP do Projeto Salvador SBN.

| Função | Responsabilidades |
|---|---|
| **Coordenação** | Responsável pelas funções de caráter técnico, de planejamento, de supervisão e interlocução, atuando na interface entre a UGP, o Banco Mundial e as demais entidades intervenientes no Projeto. Deverá atuar como Secretário Técnico do Comitê Consultivo e coordenar a implantação das ações referentes ao monitoramento e à avaliação da execução do Projeto. |
| **Especialista técnico em SBN** | Responsável pelo acompanhamento técnico das intervenções de infraestrutura verde e híbrida, recuperação ambiental, adaptação climática e SBN previstas no Projeto. Atua na análise de estudos, projetos e produtos técnicos, acompanhamento da implementação e cogestão das SBN, articulação com os órgãos ambientais e de gestão territorial envolvidos, apoio à definição de indicadores ambientais e monitoramento dos resultados relacionados à redução de riscos, recuperação ambiental e aumento da resiliência urbana. |
| **Especialista** | Responsável pelo acompanhamento técnico das ações de desenvolvimento socioeconômico, |

| Função | Responsabilidades |
|---|---|
| técnico em economia / trabalho | inclusão produtiva, capacitação profissional, geração de trabalho e renda e fortalecimento de atividades econômicas locais previstas no Projeto. Atua na articulação com órgãos municipais, entidades de apoio ao empreendedorismo e demais parceiros, acompanhando a execução das ações voltadas à melhoria das oportunidades econômicas para a população beneficiária e ao monitoramento dos resultados relacionados à geração de renda, empregabilidade e fortalecimento dos meios de vida locais, com especial foco na estrutura de cogestão das SBN. |
| Especialista técnicos em fortalecimento institucional | Responsável pelo acompanhamento das ações de fortalecimento institucional, desenvolvimento de estudos, sistemas, metodologias, capacitações e instrumentos técnicos previstos na Componente 2.1. Atua na articulação com os órgãos municipais participantes, acompanha consultorias contratadas e monitora a execução dos produtos e resultados previstos. |
| Especialista em monitoramento e avaliação | Responsável pela estruturação e operacionalização do sistema de monitoramento e avaliação do Projeto. Realiza o acompanhamento de indicadores, metas e resultados, consolida informações de execução, produz relatórios gerenciais e apoia auditorias, avaliações intermediárias e a avaliação final do Projeto. |
| Especialista Ambiental | Responsável pelo acompanhamento da implementação do MGAS e dos demais instrumentos ambientais associados. Monitora riscos e impactos ambientais, acompanha o cumprimento das medidas de mitigação, supervisiona a execução das ações ambientais previstas e apoia a articulação com órgãos ambientais competentes e equipes de supervisão. Também atua nas ações de educação ambiental e no licenciamento e monitoramento ambiental das intervenções do Projeto. |
| Especialista em reassentamento | Responsável pela implementação e monitoramento do MRI, dos PRIs e demais instrumentos correlatos. Acompanha os processos de compensação, reassentamento, restauração de meios de vida e monitoramento pós-ocupação, assegurando a observância dos princípios e diretrizes aplicáveis ao Projeto. |
| Especialista Social / Comunicação | Responsável pela implementação do PEPI, PEQUI, PPREASAS e demais ações de trabalho social e dos mecanismos de comunicação e participação social. Coordena estratégias de engajamento comunitário, acompanhamento de grupos vulneráveis, gestão de queixas e divulgação de informações relacionadas ao Projeto. |
| Especialista em Aquisições | Responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos processos de aquisição e contratação sob responsabilidade da Unidade Executora. Apoia a elaboração e revisão de documentos licitatórios, acompanha cronogramas de contratação e assegura a observância dos procedimentos aplicáveis ao Projeto. |
| Especialista Gestão Financeira | Responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos assuntos relativos a rotinas administrativas, estabelecendo o controle dos processos, e os assuntos relacionados às atividades de natureza contábil-financeira, como prestação de contas, preparação das solicitações de desembolsos, registros contábeis e financeiros, assim como orientar os demais participantes nos assuntos de natureza contábil e financeira. |
| Consultores Individuais de Apoio | Profissionais contratados para fornecer suporte técnico especializado à UGP em temas específicos relacionados à implementação do Projeto. Suas atribuições serão definidas conforme as necessidades da operação, podendo envolver apoio técnico, administrativo, fiduciário, socioambiental, jurídico, de monitoramento ou de gestão do conhecimento. |

8.5.2.Unidade Coexecutora: SUCOP

A SUCOP, autarquia vinculada à SEINFRA, será o órgão responsável pela execução das obras de infraestrutura e de novas edificações abrangidas pelo Projeto, e sediará a UIP. A SUCOP possui ampla experiência na implantação de infraestrutura urbana em Salvador, incluindo intervenções de urbanização integrada, drenagem, pavimentação, contenção de encostas, requalificação de espaços públicos e construção de equipamentos comunitários. Este órgão será responsável por atuar em constante comunicação com a FMLF através da UGP, responsável pela gestão do projeto, buscando manter a transparência e desempenho contínuo do Projeto.

### 8.5.3.Estrutura de Suporte

Para o atendimento aos requisitos do Banco Mundial e considerando a complexidade e a natureza multidimensional do Projeto Salvador SBN, que envolve a execução simultânea de obras de infraestrutura urbana, ações socioambientais, processos de reassentamento involuntário, desapropriações, gestão territorial e participação social, a PMS prevê o fortalecimento da estrutura da UGP e UIP, por meio da contratação de consultorias especializadas. Essa estratégia visa complementar a capacidade técnica e operacional da equipe permanente do Projeto, assegurando o suporte qualificado necessário para atividades que demandam conhecimentos específicos, metodologias especializadas e dedicação exclusiva. A mobilização dessas consultorias contribuirá para a adequada gestão dos riscos e impactos socioambientais, o monitoramento e avaliação dos resultados, a condução dos processos de reassentamento, o apoio à supervisão das obras, o fortalecimento dos mecanismos de participação e comunicação social, bem como para o atendimento às exigências fiduciárias, ambientais e sociais do financiador. Dessa forma, a medida busca ampliar a eficiência, a qualidade técnica e a capacidade de resposta institucional das duas unidades, promovendo uma implementação integrada, transparente e aderente às melhores práticas internacionais de gestão de projetos.

Nesse sentido, as coordenações da UGP e UIP requerem apoio externo especializado para garantir a adequada gestão e implementação do Projeto, incluindo a mitigação dos riscos e impactos ambientais e sociais, estando previstas contratações de consultoria de apoio às coordenações (Quadro 20):

Quadro 20: Consultorias a serem contratadas para apoio ao Projeto Salvador SBN.

| Corpo técnico UGP/UIP | Consultoria de apoio | Serviços para execução |
|---|---|---|
| Coordenação | Assessoria técnica e jurídica | Esta consultoria visa prover apoio à gestão do projeto, subsidiando a gestão dos riscos técnicos, fiduciários, ambientais e sociais do Projeto. |
| Especialista Social / Comunicação | Profissional com formação na área de Humanas, agente de comunicação e agente comunitário | Estes profissionais prestarão suporte técnico na área de comunicação social, para a comunicação direta com a comunidade, o recebimento de queixas e soluções das mesmas, realização de reuniões, oficinas e palestras, e articulação de treinamentos.<br>Inclui o apoio à implementação do PEPI. |
| Especialista em reassentamento | Arquiteto e engenheiro advogado/ assistente jurídico, dentre outros | Neste tópico, poderá ser necessário o apoio de profissionais das áreas de arquitetura, engenharia, assistência social, mediação de conflitos, desenvolvimento socioeconômico e assessoria jurídica, visando apoiar os processos de compensação, restauração de meios de vida e monitoramento pós-ocupação. |
| Especialista em monitoramento e avaliação | Monitoramento e avaliação pós-obra | Consultoria responsável por sistematização, monitoramento e avaliação dos resultados obtidos pelo Projeto, especialmente quando cerca de metade do processo estiver concluída e após a finalização das obras e ações sociais realizadas, verificando a efetividade das intervenções, o alcance dos indicadores previstos e impactos produzidos sobre a população beneficiada e o território. |
| Especialista Ambiental | Engenheiro ambiental e sanitário, biólogo ou geógrafo com atuação na área ambiental, especialista em SBN, agente educador ambiental, agente de segurança e saúde | Estes profissionais prestarão suporte técnico especializado, com experiência gestão ambiental, monitoramento ambiental, educação ambiental e acompanhamento das medidas previstas no MGAS, fortalecendo a capacidade técnica da equipe do Projeto. Foco também na estrutura de cogestão das SBN durante a operação e manutenção do Projeto. |

PRELIMINAR

| Corpo técnico UGP/UIP | Consultoria de apoio | Serviços para execução |
|---|---|---|
| Especialista Gestão Financeira | Contador, analista e recursos humanos | Suporte à equipe financeira do projeto em processos de contratação, planejamento orçamentário, acompanhamento de desembolsos, controle financeiro, prestação de contas, pagamentos contratuais e apoio aos processos indenizatórios vinculados às ações de reassentamento, quando aplicáveis |
| Especialista em aquisições | Advogado | Apoio técnico ao planejamento e condução dos processos de aquisição e contratação do Projeto, incluindo elaboração de documentos licitatórios, acompanhamento processual, gestão contratual e articulação com as áreas técnicas e administrativas envolvidas. |

### 8.5.4.Entidades de Apoio

A concepção e estruturação do Projeto Salvador SBN foram conduzidas de forma articulada entre diferentes órgãos e entidades da PMS, refletindo o caráter multidisciplinar das intervenções propostas e a necessidade de integração entre políticas urbanas, ambientais, sociais e de gestão de riscos. Desde a fase de planejamento, algumas instituições da PMS contribuirão com informações técnicas, estudos, diagnósticos, definições estratégicas e validação de propostas, assegurando que as ações do Projeto sejam construídas de maneira integrada, alinhadas às prioridades do PMS e compatíveis com as competências e responsabilidades de cada órgão envolvido.

O Quadro 21 traz uma lista das principais entidades municipais que apoiarão o Projeto Salvador SBN.

Quadro 21: Entidades municipais de apoio ao Projeto Salvador SBN.

| Entidade | Papel |
|---|---|
| **Casa Civil** | Exerce a função de coordenação geral e apoio à governança sistêmica dos órgãos e secretarias municipais. |
| **SEINFRA** | Responsável por planejar, coordenar e executar as políticas de obras públicas, logística, mobilidade e serviços essenciais. |
| **SEMDEC** | Responsável por planejar, coordenar e executar a política de desenvolvimento econômico, além de gerir atividades voltadas à qualificação profissional, ao fomento ao empreendedorismo, à intermediação de mão de obra e à atração de novos investimentos e parcerias para o município. |
| **Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS)** | Responsável por integrar sustentabilidade ambiental, inovação urbana e adaptação climática às políticas públicas municipais. Coordena programas ambientais, ações de arborização, iniciativas de economia sustentável, projetos de cidades resilientes e instrumentos de incentivo ao desenvolvimento sustentável. |
| **SUCOP** | Responsável pela implantação de obras de infraestrutura e engenharia urbana. Ela executa intervenções estruturantes ligadas à mobilidade, drenagem, estabilização de encostas, urbanização de comunidades, requalificação urbana e construção de equipamentos públicos, frequentemente em articulação com financiamentos nacionais e internacionais. |
| **CODESAL** | Responsável por coordenar ações de prevenção, monitoramento e resposta a situações de risco e desastres no município, especialmente aqueles relacionados a deslizamentos de terra, alagamentos e eventos climáticos extremos. |
| **Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP)** | Responsável pela execução de ações que envolvam a iluminação pública, limpeza e gestão de resíduos; assim como pela operação e manutenção do sistema, fiscalização e ordenamento do comércio em vias públicas, administração de feiras e mercados, entre outras atribuições. |
| **SEMAN** | Responsável por planejar, coordenar e executar serviços de manutenção da infraestrutura urbana e dos espaços públicos municipais |

PRELIMINAR

| | |
|---|---|
| **EMBASA** | Responsável pela operacionalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo sua operação e manutenção. |

### 8.5.5. Responsabilidades na Execução da Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais do Projeto Salvador SBN

A gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais do Projeto Salvador SBN será realizada de forma integrada entre a Agência Gestora de Implementação, a Agência Executora, a UGP, as empresas contratadas, as consultorias especializadas e os órgãos municipais envolvidos, observadas as respectivas competências e atribuições. Essa estrutura tem como objetivo assegurar a adequada identificação, prevenção, mitigação, monitoramento e correção dos riscos e impactos decorrentes das intervenções, bem como garantir o atendimento à legislação aplicável, aos instrumentos de gestão ambiental e social do Projeto e aos requisitos estabelecidos pelo Banco Mundial ao longo de todas as fases de implementação.

O Quadro 22 traz a indicação dos executores da gestão de riscos no Projeto Salvador SBN, juntamente com a atribuição das responsabilidades.

Quadro 22: Entes responsáveis pela gestão de risco e atribuições no Projeto Salvador SBN.

| Entidade | Responsabilidades na gestão ambiental e social |
|---|---|
| **Unidade de Preparação do Projeto (UPP)** | Coordenar a elaboração dos instrumentos ambientais e sociais durante a fase preparatória, apoiar a estruturação institucional do Projeto e subsidiar a transição para a fase de implementação. |
| **Unidade Executora (FMLF)** | Coordenar a implementação dos instrumentos ambientais e sociais; monitorar indicadores; consolidar informações; articular os órgãos envolvidos; supervisionar a conformidade do Projeto com os requisitos do Banco Mundial; assegurar a gestão integrada dos riscos ambientais e sociais. |
| **UGP** | Coordenar operacionalmente a execução dos instrumentos de gestão ambiental e social; acompanhar o desempenho socioambiental do Projeto; supervisionar consultorias e contratadas; consolidar relatórios e realizar o reporte ao Banco Mundial. |
| **Unidade Coexecutora (SUCOP)** | Incorporar os requisitos ambientais e sociais nos processos de contratação e execução das obras; fiscalizar a implementação das medidas mitigadoras; acompanhar a conformidade das empresas executoras. |
| **Empresa de Apoio ao TTS** | Executar as ações de mobilização social, comunicação comunitária, participação social, atendimento às famílias, acompanhamento social das obras e apoio à operação do mecanismo de queixas e reclamações. |
| **Equipe de Reassentamento/ Consultoria Especializada** | Executar e monitorar as ações previstas nos PRIs; realizar o acompanhamento das famílias afetadas; apoiar processos de negociação, compensação e monitoramento pós-reassentamento. |
| **Supervisão de Obras** | Verificar a conformidade ambiental, social, trabalhista e de saúde e segurança das obras; realizar inspeções de campo; registrar não conformidades; recomendar medidas corretivas e acompanhar sua implementação. |
| **Empresas Contratadas – Construtoras** | Implementar todas as medidas de prevenção, mitigação, monitoramento e controle previstas nos instrumentos ambientais e sociais e nos documentos contratuais; cumprir as exigências de saúde e segurança ocupacional; controlar impactos sobre as comunidades e o meio ambiente; reportar ocorrências e incidentes. |

PRELIMINAR

| Entidade | Responsabilidades na gestão ambiental e social |
|---|---|
| **Consultoria de Monitoramento e Avaliação** | Avaliar o desempenho socioambiental do Projeto, os resultados alcançados e a efetividade das medidas implementadas; apoiar a produção de relatórios de desempenho e lições aprendidas. |
| **Órgãos Municipais Setoriais (Casa Civil, CODESAL, SECIS, SEMAN e outros)** | Atuar em suas áreas de competência, apoiando processos de licenciamento, fiscalização, gestão de riscos, proteção ambiental, assistência social e demais temas relacionados à implementação do Projeto. |
| **Supervisão de Obras** | Verificar a conformidade ambiental, social, trabalhista e de saúde e segurança das obras; realizar inspeções de campo; registrar não conformidades; recomendar medidas corretivas e acompanhar sua implementação. |
| **Banco Mundial** | Realizar a supervisão da conformidade do Projeto com seu QAS, analisar relatórios de monitoramento e acompanhar a implementação das medidas de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais, apoiando a identificação de soluções em caso de necessidade de ajuste de rotas. |

### 8.5.6. Necessidades de Fortalecimento Institucional

A PMS possui experiência consolidada na implementação de projetos urbanos complexos, contando com órgãos técnicos especializados nas áreas de planejamento urbano, execução de obras, gestão ambiental, desenvolvimento social e gestão de riscos e desastres. Destacam-se, nesse contexto, a experiência da FMLF na formulação de políticas urbanas, planejamento territorial e gestão de informações estratégicas; da SUCOP na execução e fiscalização de obras de infraestrutura; e da CODESAL, que, ao longo da última década, consolidou importantes avanços na gestão preventiva de riscos, monitoramento territorial, operação de sistemas de alerta e fortalecimento da resiliência urbana. Essas capacidades institucionais constituem uma base sólida para a implementação do Projeto Salvador SBN e para a adequada gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais associados às intervenções previstas.

No entanto, a natureza inovadora do Projeto, fundamentada na adoção de SBN como estratégia de adaptação climática, redução de riscos e qualificação urbana, demanda o fortalecimento e a ampliação de capacidades técnicas específicas que ainda não integram plenamente as rotinas da administração pública municipal. Além da execução das intervenções físicas, o Projeto Salvador SBN requer o desenvolvimento de competências voltadas à concepção, monitoramento, avaliação de desempenho e manutenção de infraestruturas verdes e híbridas, à mensuração de benefícios ambientais e sociais, à gestão integrada de dados territoriais e climáticos, bem como à incorporação de abordagens multidisciplinares que articulem planejamento urbano, gestão ambiental, defesa civil, assistência social, saúde pública e participação social.

Nesse sentido, o Projeto prevê ações de fortalecimento institucional voltadas ao aprimoramento dos sistemas de produção, integração e gestão de dados, permitindo uma análise mais qualificada dos riscos urbanos, ambientais e climáticos que apoie a tomada de decisão baseada em evidências. Também estão previstos investimentos na atualização e desenvolvimento de instrumentos de identificação, monitoramento e gestão de riscos, no fortalecimento das capacidades operacionais do CEMADEC, na modernização de equipamentos e tecnologias de monitoramento, na elaboração e aperfeiçoamento de protocolos operacionais e metodologias de avaliação, bem como na ampliação da capacidade municipal de monitorar fenômenos associados às mudanças climáticas, incluindo eventos hidrometeorológicos extremos, ilhas de calor urbano e elevação do nível do mar.

PRELIMINAR

O fortalecimento institucional contempla ainda a capacitação continuada dos servidores municipais e das equipes técnicas envolvidas na implementação e gestão das intervenções, promovendo a internalização de conhecimentos relacionados às SBN, à adaptação climática, à gestão integrada de riscos, ao monitoramento socioambiental, à gestão de impactos sociais e ambientais e à manutenção de ativos verdes e híbridos. Essas ações poderão incluir programas de formação, intercâmbios técnicos, desenvolvimento de manuais e protocolos operacionais, sistematização de lições aprendidas e apoio especializado para transferência de conhecimento, contribuindo para a formação de um corpo técnico cada vez mais preparado para atuar em projetos de elevada complexidade. Tal programa de capacitação deve ser estendido para abarcar os agentes ambientais locais previstos na estrutura de cogestão das SBN.

Adicionalmente, o Projeto contribuirá para o fortalecimento da articulação institucional entre os diversos órgãos municipais envolvidos na gestão do território, promovendo maior integração entre as áreas de planejamento urbano, infraestrutura, defesa civil, meio ambiente, assistência social e gestão de dados. Espera-se que essa abordagem integrada amplie a capacidade da PMS de planejar, implementar, monitorar e manter intervenções voltadas à resiliência urbana e à redução de riscos, assegurando que os conhecimentos, ferramentas e metodologias desenvolvidos no âmbito do Projeto Salvador SBN sejam incorporados às práticas institucionais permanentes do Município e possam ser replicados em futuras iniciativas de desenvolvimento urbano sustentável.

PRELIMINAR

# 9. INSTRUMENTOS DO MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Este MGAS do Projeto Salvador SBN delineou uma série de diretrizes e mecanismos de gestão propostos para gerir os riscos e potenciais impactos sociais e ambientais ao longo de seu ciclo de vida. Este capítulo apresenta um breve resumo dos instrumentos de gestão ambiental e social previstos, de maneira individualizada, destacando seu objetivo, sua justificativa, principais riscos e impactos socioambientais correlacionados, público-alvo a que se endereça, principais atividades a serem consideradas em seu planejamento e sua implantação, assim como um delineamento preliminar do cronograma para sua elaboração e implantação. Este conteúdo deve orientar a elaboração posterior de cada um destes instrumentos.

## 9.1 Marco de Reassentamento Involuntário (MRI)

**Objetivo**
Estabelecer os princípios, diretrizes, procedimentos institucionais e medidas de mitigação aplicáveis aos processos de desapropriação, aquisição de terras, restrição de uso e reassentamento involuntário decorrentes do Projeto Salvador SBN, em linha com a NAS 5 do Banco Mundial e a legislação aplicável.

**Justificativa**
O Projeto prevê intervenções de urbanização integrada, recuperação ambiental, redução de riscos geotécnicos e hidrológicos, implantação de infraestrutura urbana e recuperação de APPs na bacia do Rio Mocambo, incluindo as comunidades Canabrava e Vila Mar. Parte das intervenções poderá demandar remoções físicas, reassentamento involuntário, perda de ativos, restrições de acesso ou impactos sobre meios de vida, especialmente em áreas de risco e APPs ocupadas.

Uma minuta do documento já foi elaborada e se encontra no Apêndice 1, e passará por consulta pública, juntamente com este MGAS. A execução do MRI fomentará a elaboração dos devidos Planos de Reassentamento Involuntário (PRIs) e Planos de Restauração de Meios de Subsistência (PRMS), estes quando as ações de remoção afetarem atividades econômicas. Por conta da presença de terreiros de candomblé passiveis de processo de remoção involuntária, o correspondente PRI deverá considerar, em integração com o PEPI: (i) procedimento de identificação e mapeamento dos terreiros e práticas associadas; (ii) critérios para evitar, minimizar ou compensar impactos; (3) processo de consulta culturalmente adequado com lideranças religiosas; (iv) medidas específicas de compensação; (v) responsabilidades institucionais específicas.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**
- Deslocamento físico e econômico;
- Perda de moradia, renda e meios de subsistência;
- Fragmentação de redes comunitárias;
- Impactos sobre grupos vulneráveis;
- Conflitos sociais;
- Insegurança habitacional;
- Impactos psicossociais;
- Resistência comunitária;
- Riscos associados à comunicação inadequada e baixa participação social.

**Público-Alvo**
- Famílias sujeitas a reassentamento;

- Moradores em áreas de risco, APPs e áreas que receberão intervenção urbanística, sobretudo viária;
- Grupos vulneráveis, em especial considerando aspectos interseccionais;
- Atividades econômicas afetadas;
- Organizações comunitárias e órgãos públicos envolvidos;
- Equipes técnicas e sociais do projeto.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Cadastro socioeconômico;
- Levantamento fundiário e patrimonial;
- Definição de elegibilidade;
- Diagnóstico de vulnerabilidades;
- Definição de alternativas de reassentamento;
- Elaboração de matriz de compensação;
- Consultas e participação comunitária;
- Mecanismos de atendimento e escuta;
- Apoio à transição habitacional;
- Restauração de meios de vida;
- Integração com o mecanismo de queixas do projeto.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração inicial: fase preparatória do projeto;
- Atualização: conforme definição dos projetos executivos das intervenções;
- Implementação: previamente ao início das obras com impacto fundiário ou habitacional;
- Monitoramento: durante toda a execução das intervenções e no período pós-reassentamento.

### 9.2 Plano Contínuo de Capacitação (PCC)

**Objetivo**

Estabelecer diretrizes e procedimentos para capacitação contínua das equipes envolvidas na implementação do Projeto Salvador SBN, visando fortalecer capacidades institucionais, técnicas, operacionais e comunitárias relacionadas a: NAS, gestão socioambiental, SBN e participação social.

**Justificativa**

Considerando o caráter multissetorial do Projeto, o PCC visa assegurar alinhamento técnico entre os diferentes atores envolvidos, contribuindo para a adequada aplicação dos instrumentos do MGAS e para a prevenção de falhas operacionais, conflitos comunitários e inadequações na gestão socioambiental.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Falhas na implementação das medidas socioambientais;
- Baixa capacidade institucional;
- Inadequada aplicação das NAS;
- Conflitos comunitários;
- Riscos ocupacionais;
- Falhas na comunicação e no atendimento a grupos vulneráveis.

**Público-Alvo**

- Equipes da UGP e UIP;

- Órgãos municipais envolvidos;
- Empresas contratadas;
- Consultorias técnicas e equipes de campo;
- Lideranças comunitárias.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Capacitações introdutórias sobre o MGAS e as NAS;
- Treinamentos em gestão socioambiental;
- Capacitações sobre saúde e segurança;
- Formação em prevenção à violência de gênero, exploração e abuso sexual;
- Capacitações em comunicação comunitária e participação social;
- Treinamentos relacionados às SBN e adaptação climática;
- Atualização periódica das equipes envolvidas.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração inicial: fase preparatória do Projeto;
- Atualização: conforme definição das atividades e demandas institucionais do Projeto;
- Implementação: previamente ao início das atividades de campo e continuamente durante a execução do Projeto;
- Monitoramento: durante toda a implementação do Projeto, com avaliações periódicas das ações de capacitação.

### 9.3 Plano de Controle Ambiental (PCA)

**Objetivo**

Definir medidas e procedimentos de controle ambiental aplicáveis às intervenções realizadas no Projeto Salvador SBA, visando prevenir, minimizar e monitorar impactos ambientais decorrentes das atividades implementadas. Deve incluir capítulos específicos sobre gerenciamento de riscos, e segurança do trabalho e comunitária, além de uma avaliação da pertinência de se elaborar, junto aos estudos ambientais necessários, uma análise da qualidade da água ex ante e da necessidade de elaborar um plano de monitoramento específico.

**Justificativa**

Algumas atividades relacionadas às obras poderão gerar impactos ambientais localizados e temporários, tornando necessária a adoção de medidas proporcionais de controle ambiental e organização operacional.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Geração inadequada de resíduos;
- Emissão de poeira e ruído;
- Processos erosivos;
- Contaminação localizada do solo e linhas d'água;
- Interferências pontuais na drenagem;
- Impactos temporários sobre a população e o meio ambiente.

**Público-Alvo**

- UGP/UIP;
- Empresas contratadas;
- Equipes executoras;

- Consultorias ambientais;
- Equipes de fiscalização e monitoramento.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Triagem ambiental das atividades;
- Definição de medidas preventivas e mitigadoras;
- Controle de poeira e ruído;
- Organização das áreas de intervenção;
- Monitoramento ambiental simplificado, incluindo da qualidade da água no Rio Mocambo e córregos afluentes;
- Registro de ocorrências e não conformidades.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração inicial: fase preparatória do Projeto e previamente à definição das intervenções;
- Atualização: conforme detalhamento executivo dos projetos e identificação de riscos ambientais específicos;
- Implementação: previamente ao início das intervenções com potencial impacto ambiental;
- Monitoramento: durante toda a execução das intervenções e até a finalização das ações de controle ambiental.

### 9.4 Plano de Educação Sanitária e Ambiental (PESA)

**Objetivo**

Promover ações de educação sanitária, ambiental e territorial voltadas às comunidades beneficiárias e aos atores envolvidos no Projeto Salvador SBA, fortalecendo práticas sustentáveis, prevenção de riscos e participação comunitária.

**Justificativa**

A efetividade das ações do Projeto depende do fortalecimento da conscientização socioambiental nos territórios atendidos, especialmente considerando que são áreas urbanas vulneráveis sujeitas a problemas relacionados à drenagem, resíduos sólidos e riscos climáticos.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Descarte inadequado de resíduos;
- Degradação ambiental local;
- Riscos sanitários;
- Baixa apropriação comunitária das ações necessárias à sustentabilidade das intervenções;
- Uso inadequado de espaços revitalizados;
- Fragilidade da participação social.

**Público-Alvo**

- Comunidades beneficiárias;
- Lideranças comunitárias;
- Juventudes;
- Escolas e instituições locais;
- Organizações sociais parceiras;
- Equipes de campo.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Campanhas de educação ambiental;
- Oficinas comunitárias;
- Ações educativas sobre resíduos sólidos;
- Sensibilização sobre riscos climáticos;
- Atividades de mobilização comunitária;
- Produção de materiais educativos;
- Ações voltadas à valorização territorial e sustentabilidade ambiental.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração inicial: fase preparatória do Projeto;
- Atualização: conforme definição das áreas e públicos prioritários das ações territoriais;
- Implementação: previamente e durante a execução das atividades comunitárias e territoriais;
- Monitoramento: durante toda a implementação das ações educativas e de mobilização comunitária.

### 9.5 Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI)

**Objetivo**

Definir os procedimentos de identificação, comunicação, consulta, participação e engajamento das partes interessadas do Projeto Salvador SBN, assegurando participação social contínua, transparente e inclusiva ao longo do ciclo do projeto, em conformidade com a NAS 10 do Banco Mundial.

**Justificativa**

O Projeto envolve intervenções urbanas complexas em territórios vulneráveis, incluindo obras, reassentamentos, recuperação ambiental e ações sociais, exigindo diálogo contínuo com comunidades afetadas, instituições públicas, organizações locais e demais partes interessadas.

Uma minuta do documento já foi elaborada e se encontra disponível para consulta pública.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Conflitos comunitários;
- Desinformação;
- Resistência às intervenções;
- Baixa participação social;
- Exclusão de grupos vulneráveis;
- Falhas de comunicação;
- Judicialização;
- Impactos reputacionais;
- Fragilidade na implementação de reassentamentos.

**Público-Alvo**

- Moradores de Canabrava e Vila Mar, em particular, famílias afetadas, grupos vulneráveis e lideranças comunitárias;
- Organizações sociais;
- Cooperativas e coletivos locais;
- Órgãos públicos;
- Ministério Público;

- Defensoria Pública;
- Trabalhadores e empresas contratadas.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Mapeamento de stakeholders;
- Estratégias de comunicação social;
- Consultas públicas;
- Reuniões comunitárias;
- Escuta ativa;
- Participação de grupos vulneráveis;
- Devolutivas à comunidade;
- Canais permanentes de comunicação;
- Mecanismo de gestão de queixas;
- Monitoramento do engajamento social;
- Registro e sistematização das consultas.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração: fase preparatória do projeto;
- Implementação inicial: antes do início das obras e reassentamentos;
- Atualização: contínua conforme avanço das intervenções;
- Monitoramento: durante toda a execução e operação inicial do projeto.

### 9.6 Plano de Equidade de Gênero (PEQUI)

**Objetivo**

Promover a incorporação da perspectiva de gênero e diversidade na implementação do Projeto Salvador SBN, visando reduzir desigualdades, ampliar o acesso equitativo aos benefícios do projeto e prevenir impactos diferenciados sobre mulheres e grupos vulneráveis.

**Justificativa**

As comunidades da área de intervenção apresentam elevada vulnerabilidade socioeconômica, significativa presença de mulheres chefes de família e desigualdades territoriais que podem gerar impactos diferenciados no acesso à moradia, infraestrutura, participação social, trabalho e segurança urbana.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Exclusão de mulheres dos processos decisórios;
- Impactos diferenciados de reassentamento;
- Sobrecarga de trabalho de cuidado, com impacto no acesso e na permanência no mercado de trabalho;
- Aumento de vulnerabilidade econômica;
- VBG;
- Interseccionalidades no aprofundamento de exclusões sociais no contexto urbano;
- Dificuldades de acesso à informação e participação;
- Insegurança em áreas de obras e circulação.

**Público-Alvo**

- Mulheres moradoras da área de intervenção, em especial aquelas chefes de família;
- Adolescentes e jovens;

- População LGBTQIAPN+;
- População negra;
- Lideranças comunitárias e organizações locais;
- Equipes técnicas e empresas contratadas.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Diagnóstico de gênero e diversidade;
- Definição de estratégia de transversalização de gênero do Projeto;
- Definição de indicadores de equidade;
- Estratégias de participação inclusiva;
- Ações de comunicação acessível;
- Fortalecimento da participação feminina;
- Capacitação das equipes do projeto;
- Monitoramento de impactos diferenciados.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração: fase inicial de implementação do projeto;
- Implantação: de acordo com o cronograma de cada ação vinculada da matriz de investimentos;
- Monitoramento: contínuo durante toda a execução do projeto, incluindo no período pós-reassentamento.

### 9.7 Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)

**Objetivo**

Estabelecer diretrizes, procedimentos e responsabilidades para o manejo, segregação, armazenamento, transporte, reaproveitamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelas intervenções do Projeto Salvador SBN, em conformidade com a legislação brasileira aplicável e a NAS 3 do Banco Mundial. O plano deverá incluir capítulo específico para o manejo de resíduos gerados em frentes de obra sobre o maciço do antigo lixão de Canabrava, cujo material de escavação pode conter resíduos sólidos urbanos parcialmente degradados e apresentar contaminação por metais pesados, exigindo tratamento distinto do entulho convencional de construção civil.

**Justificativa**

O Projeto Salvador SBN prevê obras de urbanização integrada, drenagem, contenção, recuperação ambiental, reassentamento habitacional e implantação de infraestrutura urbana na bacia do Rio Mocambo, gerando resíduos da construção civil de diferentes classes. Em áreas ambientalmente frágeis e densamente ocupadas, o manejo inadequado desses resíduos pode agravar processos erosivos, obstrução de drenagens, assoreamento, contaminação ambiental e riscos à saúde pública. Nas frentes de obra sobre o maciço do antigo lixão de Canabrava, o material de escavação não se enquadra como resíduo de construção civil convencional — podendo ser classificado como Resíduo Classe II-A (não inerte) ou Classe I (perigoso) conforme a NBR 10.004, a depender de caracterização laboratorial prévia —, exigindo procedimentos específicos de manuseio, transporte e destinação licenciada.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Geração de entulho e resíduos de construção civil em volume significativo, exigindo destinação adequada;
- Possível presença de amianto em edificações mais antigas, o que requer a adoção de protocolo específico de identificação, manuseio, transporte e descarte conforme a Lei nº 9.055/1995 e normas da ABNT correlatas;

- Descarte irregular de resíduos;
- Assoreamento de cursos d'água;
- Obstrução da drenagem urbana;
- Geração de poeira e material particulado;
- Contaminação do solo e águas;
- Proliferação de vetores;
- Exposição de trabalhadores e comunidades a materiais perigosos durante a execução dos serviços;
- Acidentes com trabalhadores e comunidades;
- Degradação paisagística;
- Aumento de riscos de alagamento e erosão;
- Geração de material de escavação com potencial de contaminação por resíduos do antigo lixão de Canabrava, exigindo caracterização prévia e destinação específica conforme a classe do resíduo identificada (Resolução CONAMA 307/2002 e NBR 10.004);
- Mobilização de chorume e líquidos percolados durante escavações no maciço do antigo aterro, exigindo protocolo de coleta e destinação específicos;
- Impactos sobre áreas ambientalmente sensíveis.

**Público-Alvo**

- Empresas contratadas;
- Trabalhadores das obras;
- Equipes de fiscalização e supervisão;
- Cooperativas e operadores licenciados;
- Comunidades do entorno das intervenções;
- Órgãos ambientais e de limpeza urbana.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Classificação e quantificação dos resíduos gerados;
- Segregação na origem;
- Definição de áreas de armazenamento temporário;
- Transporte por empresas licenciadas;
- Destinação final ambientalmente adequada;
- Reaproveitamento e reciclagem de resíduos;
- Controle de disposição irregular;
- Capacitação de trabalhadores;
- Monitoramento e registro da gestão de resíduos;
- Integração com cooperativas de reciclagem, quando aplicável;
- Controle específico para resíduos perigosos e contaminados.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração: antes do início das obras. Um capítulo específico para frentes de obra sobre o maciço de Canabrava deverá ser elaborado após a conclusão da caracterização laboratorial do material de escavação e previamente à emissão da ordem de serviço para a Fase A;
- Implantação: durante mobilização dos canteiros e início das intervenções;
- Atualização: conforme evolução das frentes de obra;
- Monitoramento e aplicação: contínuos durante toda a execução do Projeto Salvador SBN.

## 9.8 Plano de Preparação e Resposta a Emergências (PPRE)

**Objetivo**

Estabelecer procedimentos, responsabilidades e medidas operacionais para prevenção, preparação, resposta e recuperação frente a situações de emergência relacionadas às atividades do Projeto Salvador SBN, em conformidade com as NAS 1 e 4 do Banco Mundial, especialmente no contexto de riscos geotécnicos, hidrológicos, operacionais e climáticos presentes na bacia do Rio Mocambo.

**Justificativa**

As comunidades de Canabrava e Vila Mar apresentam elevada exposição a deslizamentos, inundação e outros eventos extremos agravados pelas mudanças climáticas, além de vulnerabilidades associadas à ocupação de encostas, deficiência de drenagem, precariedade habitacional e presença de passivos ambientais relacionados ao antigo lixão de Canabrava. A execução de obras e intervenções urbanas poderá ampliar temporariamente alguns desses riscos, exigindo planejamento preventivo e capacidade de resposta rápida, que deverá ser articulada com a CODESAL.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Deslizamentos de terra;
- Inundações e alagamentos;
- Acidentes em obras;
- Colapso de estruturas provisórias;
- Erosão e instabilidade de taludes;
- Contaminação ambiental;
- Interrupção de acessos e serviços;
- Acidentes com trabalhadores e comunidades;
- Eventos climáticos extremos;
- Riscos à saúde e segurança da população.

**Público-Alvo**

- Comunidades beneficiárias;
- Moradores de áreas de risco;
- Trabalhadores e empresas contratadas;
- Equipes técnicas e operacionais;
- Defesa Civil municipal;
- Órgãos públicos parceiros;
- Lideranças comunitárias;
- Grupos vulneráveis e famílias sujeitas a reassentamento.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Identificação e mapeamento de cenários de emergência;
- Definição de protocolos de resposta;
- Fluxos de comunicação e acionamento institucional;
- Articulação com CODESAL e serviços de emergência;
- Planos de evacuação e rotas de fuga;
- Medidas preventivas em obras e áreas de risco;
- Capacitação das equipes e comunidades;
- Sistemas de alerta e comunicação emergencial;
- Simulados e treinamentos periódicos;
- Definição de responsabilidades operacionais;

- Monitoramento climático e de áreas críticas;
- Integração com planos de saúde e segurança das obras.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração: previamente ao início das obras e intervenções de campo;
- Implantação: durante a mobilização operacional do projeto;
- Atualização: periódica, conforme evolução das obras e identificação de novos riscos;
- Monitoramento e aplicação: contínuos durante toda a execução do Projeto Salvador SBN.

### 9.9 Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (PPREASAS)

**Objetivo**

Estabelecer medidas de prevenção, identificação, acolhimento e resposta a situações de assédio sexual, exploração sexual, abuso sexual e outras formas de violência no contexto das atividades do Projeto Salvador SBN, em conformidade com as diretrizes do QAS do Banco Mundial.

**Justificativa**

Projetos urbanos com obras, reassentamentos, contratação de trabalhadores e intensa interação comunitária podem ampliar riscos de assédio, VBG e exploração de populações vulneráveis, especialmente mulheres, adolescentes e crianças.

Uma minuta do documento já foi elaborada e se encontra no Apêndice 4.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Assédio sexual;
- Exploração e abuso sexual;
- VBG;
- Intimidação e discriminação;
- Revitimização;
- Conflitos comunitários;
- Insegurança para mulheres e grupos vulneráveis;
- Danos reputacionais e institucionais.

**Público-Alvo**

- Trabalhadores do projeto;
- Empresas contratadas;
- Comunidades beneficiárias;
- Mulheres e adolescentes;
- Equipes sociais e operacionais;
- Prestadores de serviço e consultores.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Elaboração de código de conduta;
- Protocolos de prevenção e resposta;
- Canais seguros e confidenciais de denúncia;
- Medidas de proteção às vítimas;
- Capacitação obrigatória das equipes;
- Cláusulas contratuais específicas;

- Campanhas educativas;
- Integração com mecanismo de queixas;
- Articulação com rede local de proteção social.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração: antes do início das obras;
- Implantação: durante todo o ciclo de vida do projeto, especialmente nas etapas de mobilização de equipes e contratação de empresas;
- Aplicação e monitoramento: contínuos durante toda a execução do projeto.

### 9.10 Plano de Proteção da Biodiversidade (PPB)

**Objetivo**

Estabelecer diretrizes e medidas voltadas à proteção da biodiversidade urbana e à gestão sustentável dos recursos naturais relacionados às intervenções apoiadas pelo Projeto Salvador SBN. Deve incluir capítulos específicos com inventário de fauna e flora, destacando a situação dos maciços florestais remanescentes, além de programa de compensação e reposição de espécies arbóreas, manejo dos espaços florestados, incluindo os trechos de agrofloresta propostos, e recuperação de áreas degradadas. Se forem identificados habitats naturais ou críticos, o PPB deve ser orientado pelo princípio de "sem perda líquida", com metas mensuráveis, indicadores de desempenho e mecanismos de monitoramento de longo prazo, indo além das compensações financeiras previstas na legislação nacional.

**Justificativa**

O Projeto incorpora SBN e ações de adaptação climática urbana, podendo envolver recuperação ambiental e qualificação de áreas verdes urbanas. Nesse contexto, o PPB busca assegurar que as intervenções sejam compatíveis com a proteção ambiental e a conservação dos serviços ecossistêmicos.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Supressão pontual de vegetação;
- Degradação de áreas verdes;
- Impactos sobre fauna urbana;
- Manejo inadequado de espécies vegetais;
- Fragilização de serviços ecossistêmicos urbanos.

**Público-Alvo**

- UGP/UIP;
- Equipes técnicas ambientais;
- Empresas contratadas;
- Consultorias ambientais;
- Órgãos ambientais competentes;
- Comunidades beneficiárias.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Identificação de áreas ambientalmente sensíveis;
- Classificação dos habitats afetados como críticos, naturais ou modificados, e aplicação das estratégias de gestão correspondentes;
- Inventário de fauna e flora, com destaque para os maciços florestais remanescentes, conformando a linha de base de biodiversidade para a área de impacto e zonas tampão do Projeto, com foco em espécies ameaçadas da Mata Atlântica;

- Adoção de medidas preventivas;
- Priorização de espécies nativas;
- Recuperação e qualificação de áreas verdes;
- Monitoramento ambiental simplificado;
- Orientação ambiental relativa à fauna e flora às equipes executoras.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração inicial: fase preparatória do Projeto e previamente às intervenções ambientais e territoriais;
- Atualização: conforme detalhamento dos projetos e identificação de áreas ambientalmente sensíveis;
- Implementação: previamente ao início das atividades com potencial interferência ambiental;
- Monitoramento: durante toda a execução das intervenções e das ações de recuperação e qualificação ambiental.

### 9.11 Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS)

**Objetivo**

Estabelecer diretrizes e ações de mobilização, comunicação social, participação comunitária e acompanhamento social voltadas às populações beneficiárias e diretamente envolvidas nas intervenções do Projeto Salvador SBN.

**Justificativa**

Considerando a natureza territorial, comunitária e participativa do Projeto, o PTTS busca assegurar mecanismos permanentes de diálogo, transparência e engajamento social, fortalecendo a participação comunitária e a apropriação territorial das ações implementadas. O PTTS também deverá estruturar as ações de comunicação social do Projeto, contribuindo para prevenção de conflitos, disseminação de informações e fortalecimento institucional.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Baixa participação social;
- Desinformação;
- Conflitos comunitários;
- Resistência às intervenções;
- Fragilidade do engajamento territorial;
- Impactos sobre grupos vulneráveis;
- Dificuldade de adaptação a novos cenários pós-reassentamento;
- Falhas na comunicação institucional.

**Público-Alvo**

- Comunidades beneficiárias;
- Famílias impactadas por reassentamento involuntário;
- Lideranças comunitárias;
- Mulheres;
- Juventudes;
- Grupos vulneráveis;
- Organizações sociais;

- População diretamente afetada pelas ações do Projeto.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

- Elaboração do plano de comunicação social;
- Divulgação das ações do Projeto;
- Comunicação prévia sobre atividades territoriais;
- Reuniões comunitárias e oficinas participativas;
- Consultas públicas;
- Canais de atendimento e mecanismos de reclamação;
- Acompanhamento social das comunidades;
- Monitoramento de demandas e conflitos territoriais.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração inicial: fase preparatória do Projeto;
- Atualização: conforme definição das intervenções, cronogramas executivos e demandas territoriais identificadas;
- Implementação: previamente ao início das atividades territoriais e continuamente durante a execução das ações do Projeto;
- Monitoramento: durante toda a implementação das ações de mobilização, comunicação social e acompanhamento comunitário.

### 9.12 Programa de Monitoramento Ambiental, Geotécnico e dos Trabalhadores do Antigo Lixão de Canabrava (PMAGT-Canabrava)

**Objetivo**

Estabelecer diretrizes, parâmetros e periodicidades para o monitoramento sistemático das condições ambientais, geotécnicas e de trabalhadores do local do antigo lixão de Canabrava, durante e após as intervenções do Projeto Salvador SBN, visando identificar precocemente desvios em relação às condições de segurança do sítio, subsidiar decisões de gestão adaptativa e assegurar a conformidade com a NAS 2 e NAS 3 do Banco Mundial e com a legislação ambiental brasileira aplicável.

**Justificativa**

Os dois estudos técnicos contratados pela FMLF documentaram passivos ambientais ativos no sítio do antigo lixão de Canabrava. Ambos os relatórios recomendam a implementação de programa estruturado de monitoramento por no mínimo três anos após a conclusão das intervenções.

**Riscos e Impactos Socioambientais Correlacionados**

- Retenção de biogás no maciço, se não houver drenos verticais;
- Contaminação das águas subterrâneas por infiltração de chorume através da base do maciço, sem barreira de impermeabilização;
- Contaminação dos corpos hídricos receptores (Rio Mocambo e córregos da bacia Trobogy/Coroado) por efluentes do sítio;
- Instabilidade geotécnica dos taludes, com indicadores de erosão, escorregamentos superficiais e aquífero suspenso no interior do maciço;
- Recalques ou movimentações do maciço durante e após as obras, com risco para as estruturas implantadas no Parque;
- Exposição de trabalhadores a risco ocupacionais durante as intervenções no maciço.

**Público-Alvo**

- UGP/UIP;
- Empresas contratadas e responsáveis técnicos pela execução das obras;
- Equipes de fiscalização e monitoramento ambiental;
- Órgão ambiental competente;
- Comunidade do entorno do Parque Socioambiental de Canabrava.

**Principais Atividades a Serem Consideradas no Planejamento e Implantação**

O programa estrutura-se em seis componentes, com parâmetros e periodicidades conforme as recomendações dos estudos técnicos contratados pela FMLF.

- Componente 1: Monitoramento Geotécnico e Geométrico.
- Componente 2: Monitoramento de Biogás e Nível d'Água nos Drenos Verticais.
- Componente 3: Monitoramento da Qualidade do Chorume.
- Componente 4: Monitoramento das Águas Subterrâneas.
- Componente 5: Monitoramento das Águas Superficiais.
- Componente 6: Saúde e Segurança dos Trabalhadores.

**Cronograma de Elaboração e Implantação**

- Elaboração: antes do início das obras no Parque Socioambiental de Canabrava; o programa deverá estar aprovado pelo Banco Mundial previamente à emissão da ordem de serviço para obras na Fase A do aterro;
- Implantação: a partir da primeira campanha de linha de base, a ser realizada antes do início das intervenções, para registro das condições iniciais do sítio;
- Execução: durante toda a fase de obras e por no mínimo três anos após a conclusão das intervenções;
- Avaliação e eventual encerramento: ao final do período mínimo, mediante parecer técnico de profissional habilitado.

PRELI

## 10. APÊNDICES

### 10.1 Apêndice 1: Marco de Reassentamento Involuntário (MRI)

### 10.2 Apêndice 2: Minuta do Protocolo de Gestão de Riscos de Segurança (PGRS)

### 10.3 Apêndice 3: Minuta do Código de Conduta (CdC)

### 10.4 Apêndice 4: Plano de Prevenção e Resposta para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (PPREASAS)

### 10.5 Apêndice 5: Plano de Manutenção e Monitoramento das SBN (PMM)

## 11. ANEXOS

### 11.1 Anexo 1: Projeto Mata Atlântica Salvador: Classificação dos estágios sucessionais da vegetação do bioma Mata Atlântica. Área de influência da Avenida Luís Viana: Remanescente Canabrava. 2010.

Fonte: BAHIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA. **Projeto Mata Atlântica Salvador**. Diagnóstico da Vegetação do Bioma Mata Atlântica na cidade de Salvador. Ed. rev. e ampliada. - Salvador: [s.n.], 2013, p. 96.

### 11.2 Anexo 2: Projeto Preliminar da Unidade de Compostagem

Fonte: INCIBRA. **Desenho de modelo de negócios e governança para o Parque Socioambiental de Canabrava e elaboração de estudos técnicos para a implantação de instalações transformadoras no parque: uma unidade de compostagem e um horto para plantio de mudas de espécies da Mata Atlântica**. Prefeitura Municipal de Salvador, Agencia Promotora: GIZ, Apoio: City Climate Finance Gap Fund. Salvador: [s.n.], 2025. O documento no Anexo 2 corresponde ao “Produto 2 - Unidade de Compostagem”, e seus anexos estão disponíveis neste link.

PRELIMINAR